

EDIO ROBERTO MANFIO

**DOS DISCURSOS *SOBRE* O HUMOR E SEUS DESLOCAMENTOS: OS SENTIDOS DO  
SENSO COMUM E OS SENTIDOS CRISTALIZADOS**

Maringá

2006

EDIO ROBERTO MANFIO

**DOS DISCURSOS *SOBRE* O HUMOR E SEUS DESLOCAMENTOS: OS SENTIDOS DO  
SENSO COMUM E OS SENTIDOS CRISTALIZADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Maringá

2006

EDIO ROBERTO MANFIO

**DOS DISCURSOS *SOBRE* O HUMOR E SEUS DESLOCAMENTOS: OS SENTIDOS DO  
SENSO COMUM E OS SENTIDOS CRISTALIZADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Aprovado em **26 de abril de 2006**.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Honório  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
- Presidente -

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Célia Cortez Passeti  
Universidade Estadual de Maringá – UEM

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suzy Lagazzi Rodrigues  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/SP

À minha esposa, pelo esforço em compreender as irreparáveis lacunas.

Ao Dudu e à Gabi, pelos imensos vales...

Aos verdadeiros amigos ('que não vão ler nem pagando')

Aos amigos não verdadeiros ('que vão morrer em ao menos quinze paus pelo xerox')

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos mais sinceros à Professora Doutora Maria Aparecida Honório pela orientação segura, pela compreensão e paciência, pelo profundo respeito, pelo estímulo constante, pelas críticas oportunas, pelo imenso interesse demonstrado nas diferentes etapas de minha pesquisa e pelo lado tão humano - e não menos importante - que se fez maciçamente presente em todos os momentos desses vinte e quatro meses de convivência acadêmica (também pelo controle emocional eficiente nas muitas vezes que esteve prestes a me ‘defenestrar’ do terceiro andar do G34 quando me ouvia mobilizar conceitos estranhos à Análise de Discurso como ‘exemplos’, ‘evidências’, ‘clarividências’, *et seq.* e pela difícil atividade de degustação involuntária a propósito das minhas experimentações culinárias).

Minha carinhosa gratidão à Professora Doutora Maria Célia Cortez Passeti por nos ter dado a honra de fazer parte da banca, pela gigantesca contribuição teórica e crítica quando da qualificação do trabalho e pelo modo delicado e amigável com o qual sugeriu as necessárias mudanças que se encontram incorporadas ao presente trabalho (também por ter rido – ainda que não houvesse muitas outras alternativas – quando lhe afirmei ter suprimido todas as ‘mesóclises’ do texto, situação em que qualquer Doutor, destituído de tão apurado bom senso, não hesitaria em atirar aluno e dissertação escada abaixo).

Um agradecimento especial à Professora Doutora Suzy Lagazzi Rodrigues pelo grandioso prazer de tê-la como membro integrante da banca, pela riquíssima discussão crítica, pelas valiosíssimas sugestões que ora fazem parte da pesquisa e pelo modo tão gentil e sublime com que esteve presente na mais importante etapa de todo o processo do mestrado.

Sou muitíssimo grato à Professora Doutora Cláudia Netto do Valle pela imensa gentileza de ter participado como suplente da presente banca examinadora, fato que promoveu uma sensação de segurança, conforto e satisfação, tendo em vista sua grandiosidade acadêmica e seu fantástico perfil humano.

Devo muito também à Professora Doutora Maria Lídia Lichtscheidl Maretti, por todo o crédito depositado desde antes do início do curso de mestrado, pelo modo fraterno com que recebeu algumas dúvidas e inquietações acadêmicas, pela presteza e precisão ao fazer as sugestões que, certamente, ajudaram em muito a projetar algumas simplórias idéias ao imenso universo de pesquisa do qual hoje faço parte.

## RESUMO

O presente texto tem como objetivo principal analisar as práticas discursivas *sobre* o humor, procurando entender os sentidos que se produzem sobre o que é o humor em algumas discursividades de nossa conjuntura atual. O *corpus* de análise é composto pelos discursos em circulação — dizeres cuja origem ou autoria empírica não é conhecida, mas que estão aí e que significam — e pelos discursos de instrumentos lingüísticos legitimados — dicionários de língua portuguesa, mormente. Os discursos em circulação — que constituem parte do *corpus* — são compostos pela memória discursiva do analista e por respostas dissertativas coletadas a partir da pergunta ‘o que é humor?’. Acredita-se que todos esses discursos, apesar de aparentemente serem sempre interpretados a partir do SC (formação discursiva do senso comum), apresentam eventualmente ecos discursivos que apontam para várias discursividades (direções diferentes) e fazem com que o humor não signifique apenas algo previsível, e que está cristalizado dentro do nosso universo discursivo. Dessa forma, a partir de um recorte feito daquilo que se diz sobre o humor — tanto nos discursos em circulação como nos discursos institucionalizados —, trabalha-se com dois dizeres que nesse trabalho são chamados de mitos sobre o humor: (1) o de que o humor é apreciado e facilmente entendido; (2) o de que o humor está presente no texto sempre com a função principal de promover o riso. A partir desses dois mitos (concepções), que permeiam todo o trabalho, são feitas as análises tendo sempre como teoria de base a Análise de Discurso de linha francesa. Alguns dos conceitos mobilizados e considerados principais como humor, riso, senso comum, mito e formação discursiva são discutidos com suas respectivas referências teóricas. Os resultados apontam para fatos de que esses mitos podem ser desconstruídos e de que a diluição de algumas dúvidas pode originar outros tipos de questionamento sobre o discurso.

**Palavras-chave:** Lingüística. Análise de discurso. Humor. Riso. Mito.

## ABSTRACT

This text has as its main objective to analyse the discoursing practice about humor, trying to understand the working of the word humor in some discourses of our current process. The corpus of analysis is formed by the present discourses - sayings which the origin is unknown but have been used and have meanings - and by the discourses of legitimized linguistic tools - Portuguese language dictionaries. The present discourses - that make part of the corpus - are formed by the analyst's discoursing memory and by dissertative answers collected from the question "what humor is?". Some believe that all these discourses, besides being apparently interpreted based on a discoursing formation of the common sense, that eventually present discoursing echoes that point to different directions and make that humor does not mean only that which is predictable and that is crystallized in our discoursing universe. This way, based on a cut made of what is said about humor - in the present discourses as well as in the established discourses - two conceptions could be isolated, which in this paper are called myth about humor: that is appreciated and easily understood (1) and that is present in the text always with the main function that is to promote laugh (2). Analysis are made of these two conceptions that permeate all these paper, having as base theory the French Discourse Analysis line. Some of the concepts that are considered principal such as, humor, laugh, common sense, myth and discoursing formation are discussed with their theoretical references. The results of the analysis are satisfactory considering the partial decreasing of doubts that rouse the research, this fact can be partly appreciated in final considerations.

**Key-words:** Linguistic. Discourse analysis. Humor. Laugh. Myth.

## SUMÁRIO

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>  | 09  |
| 1.1      | O PRINCÍPIO DE TUDO  | 09  |
| 1.2      | DO UNIVERSO PESSOAL AO UNIVERSO DE PESQUISA                        | 14  |
| <b>2</b> | <b>A PALAVRA HUMOR</b>   | 24  |
| 2.1      | A PALAVRA HUMOR E SEUS SENTIDOS: BREVE PANORAMA HISTÓRICO          | 24  |
| 2.2      | A PALAVRA HUMOR NOS DICIONÁRIOS                                    | 31  |
| 2.3      | O MITO NO DISCURSO E A PALAVRA HUMOR                               | 44  |
| 2.4      | A PALAVRA HUMOR NO DISCURSO ATUAL                                  | 50  |
| 2.5      | O DICIONÁRIO E O DISCURSO ATUAL                                    | 58  |
| <b>3</b> | <b>QUEM ENTENDE DE HUMOR</b>                                       | 62  |
| 3.1      | SOBRE A OBSERVAÇÃO DO FENÔMENO                                     | 62  |
| 3.2      | DIFERENÇA ENTRE A PRÁTICA E O DISCURSO SOBRE O HUMOR               | 64  |
| 3.3      | HUMOR E RISO (DISJUNÇÃO OU CONJUNÇÃO)                              | 67  |
| 3.4      | SABERES SOBRE HUMOR  | 75  |
| <b>4</b> | <b>O SENSO COMUM</b>   | 78  |
| 4.1      | UM OLHAR SOBRE O FENÔMENO DISCURSIVO DENOMINADO SENSO<br>COMUM     | 78  |
| 4.2      | FORMAÇÃO DISCURSIVA E SENSO COMUM                                  | 86  |
| 4.3      | FORMAÇÃO DISCURSIVA DO SENSO COMUM                                 | 88  |
| <b>5</b> | <b>O SENSO COMUM E SEUS CONCEITOS SOBRE HUMOR</b>                  | 91  |
| 5.1      | RELAÇÃO DISCURSIVA ENTRE O SENSO COMUM E O DICIONÁRIO              | 91  |
| 5.2      | O SENSO COMUM EM PERSPECTIVA DISCURSIVA: PARÁFRASE E<br>POLISSEMIA | 92  |
| 5.3      | RELAÇÃO DISCURSIVA ENTRE SENSO COMUM E O MITO                      | 106 |
| 5.4      | SOBRE OS MITOS EM TORNO DO HUMOR                                   | 114 |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | 123 |
| <b>7</b> | <b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO</b>                                   | 126 |
| <b>8</b> | <b>ANEXOS</b>  | 130 |



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 O PRINCÍPIO DE TUDO

A arte ou o talento do cômico, do humorista e do satírico estão justamente em mostrar o objeto de riso em seu aspecto externo, de modo a revelar sua insuficiência interior ou sua inconsistência.” (PROPP, 1992, p. 176)

Talvez não esteja certo, mas, se me lembro bem, foi na terceira série que ouvi pela primeira vez a palavra “discurso”. Foi também na terceira série (hoje ensino fundamental) que comecei a notar efetivamente a existência do tal do “texto”. Aconteceu assim: certo dia, o Sérgio, um dos nossos colegas de classe, começou a gaguejar muito quando foi abordado pela Dona Ceni (nossa professora) a respeito da tarefa de casa. Ele deveria ter elaborado um texto, como o restante da sala, mas, como sempre, “se esqueceu” de fazê-lo. A obesa professora, então, levantou-se vagarosamente de sua cadeira e, com seu grande corpo trajado por um de seus também grandes vestidos floridos, foi em direção ao Sérgio, que enrubescia e se encolhia na carteira como uma galinha se acomodando no ninho. Diante do nosso amigo, a Dona Ceni levou as mãos à cintura, curvou-se aproximando-se ainda mais dele e disse com voz empostada – “Vá lá, já vai começar o seu discurso!”. Talvez ninguém tenha perguntado o que era discurso porque a sala toda ria (agora do que se tornou uma piada), mas senti que tinha aprendido alguma coisa nova. Aquele gaguejar do Sérgio em tom explicativo, talvez não fosse um argumento (o que é diferente de demonstração), mas o tal “discurso”. Sempre ouvi dizer, e ouço até hoje, que aprende-se tanto com a convivência quanto com as disciplinas escolares. E foi assim. Aprendi que aquilo que o Sérgio não elaborou chamava-se “texto” e a sua não elaboração gerou um discurso (cômico). Algum tempo depois, percebi que o texto que a diretora da escola não elaborava também gerava um discurso que ela sempre fazia nas famosas reuniões dos pais. A Dona Emengarda - ou Astrogilda, Clotilde, Balbina, não sei por quê, nunca gravei os nomes das diretoras - procedia assim: subia no palco do pátio coberto e dizia sempre as mesmas coisas, na mesma ordem, com os mesmos tiques e berrando como uma louca. Até nós, que éramos pequenos, percebíamos isso (imagine os pais). Mas se hoje sei que ela não planejava ou elaborava

o seu discurso é porque os funcionários da escola comentavam e a gente ouvia – “Quer ver, ela vai de novo falar que...”. Desse modo, já havia se tornado motivo de piada.

Porém, não eram só o Sérgio e a diretora que discursavam sem o texto. O Tonhão, um bêbado muito conhecido na cidade onde nasci, que então não tinha mais que quinze mil habitantes, também discursava. Toda vez que ele chegava ao seu bar preferido, pegado à minha casa, as pessoas que lá estavam erguiam os copos e gritavam – “Discurso, Tonhão! Discurso!”. Ele discursava e ganhava a bebida. Eu, que brincava em frente de casa, via tudo. Parece paradoxal, mas não me recordo de terem feito piada com ele alguma vez. Diziam que ele tinha sido professor, ficou desgostoso com a vida e caiu na bebedeira (creio que não tenha sido por causa da profissão). Até hoje não sei se isso é verdade. O fato é que, o Tonhão, o bêbado, se expressava infinitamente melhor que o leiteiro, que nem leite bebia.

Outro que vi discursar, porém, com o texto em mãos, foi um candidato a prefeito cujo comício certa vez assisti com meu pai e meu tio. Soube que se tratava de um discurso porque um homem disse ao microfone que em seguida teríamos o discurso do candidato. O “vagabundo do fulano”, como dizia meu pai, devia ter feito um texto muito ruim, afinal, quando fomos embora, meu pai e meu tio estavam muito bravos (pra não dizer outra coisa). Meses depois o “santinho” com a foto do candidato já era uma piada. Hoje entendo que o texto certamente não foi o maior problema.

Mas discurso mesmo, quem fazia, acho que era uma professora que tive na quinta série. A mulher se desdobrava em três, contava histórias e, se pedíssemos, acho que até plantava bananeira, tudo para nos convencer a ler os livros que propunha. Sem brincadeira. Amor ao ofício. Os tantos volumes da antiga *Série Vaga-lume*, o *Sítio do Pica-pau Amarelo*, o *Robinson Crusóé*, um *Memórias de um cabo de vassoura* aqui, um *Marcelo, marmelo, martelo* ali e outros mais que acabei lendo, devo realmente a ela. Cheguei até a possuir uma coleção do Perry Rhodan por conta própria (eram vendidos a preço de banana numa banca local).

É claro que devo também muito do que li e sei às minhas duas irmãs mais velhas, que já estavam na escola há muito tempo quando eu entrei. Aliás, foi por meio delas que eu descobri ser dono de um discurso próprio. Toda vez que fazia algo errado e era levado por elas à presença de minha mãe - assim como ocorria na Idade Média quando alguns fora-da-lei eram levados pelos guardas à presença do rei – chamavam a minha justificativa de discurso. Às vezes de repertório. Sem texto escrito.

## Os novos rumos

Terminei o oitavo ano na mesma escola em que fiz todas as outras séries e me mudei para Assis com quatorze anos. Em 1993, seis anos mais tarde, já trabalhando como técnico em eletrônica e, portanto, ganhando a vida com a profissão que foi proporcionada pelo curso técnico que fiz no colegial, prestei vestibular para o curso de Letras na Unesp de Assis. Passei e fiquei com as duas línguas que escolhi, o Italiano e o Latim, e terminei tudo em 1997. Alguns faziam piada: que eu era pára-quedista das línguas, ou seja, aluno mal classificado no vestibular que acaba ficando com as línguas menos procuradas. Mas, como disse anteriormente, foram minhas reais opções, e isso era demonstrado e não argumentado.

Contudo, apesar de licenciado em Letras e poder dar aulas na rede de ensino, tive de continuar no meu ramo de negócios. Estava casado há pouco tempo, o meu filho mais velho (hoje com seis anos) estava a caminho e eu precisava terminar a minha casa para não mais arcar com o aluguel (ou pagar para guardar os móveis, como diziam uns amigos). Tudo de uma só vez. Tempos difíceis. Sem piada. Gostaria de poder ter entrado no mestrado logo em 1998 como fizeram muitos amigos que hoje terminam o doutorado; afinal, tinha um projeto e muita vontade de pesquisar. A cada vez que um amigo mestrando me questionava sobre a minha pós, lá vinha eu com o meu discurso, sem texto, mas com estilo.

Continuei. Minha modesta casa ficou pronta em dezembro de 2001 e, só então, voltei a pensar seriamente em mudar de ramo, fazer o mestrado e trabalhar com a minha outra paixão, a docência.

Esse desejo me ocorreu bem na época em que um anjo intelectual, daqueles que vivem nas bibliotecas, começou a soprar ainda mais forte em meu ouvido: “Vai, Edio, ser pesquisador na vida”. Pensava que aquele balbúcio fossem os macacos (os símios responsáveis pela inspiração que meu avô materno dizia ter na cabeça). Mas era mesmo o tal “anjo da biblioteca”. Ele então me disse: “Ô meu chapa, cê se deu bem pacas com a lingüística na facú, por que não larga de ser mané e começa a pesquisar de verdade essa p...?”.

Tinha razão a “entidade” (que apreciava falar numa variedade lingüística não padrão). A disciplina com a qual eu mais me identifiquei na graduação foi a lingüística e suas vertentes: lingüística textual, lingüística aplicada, geografia lingüística, sociolingüística, enfim, tudo isso

me chamava muita a atenção. Comecei então a ligar os acontecimentos do passado, ou seja, as minhas inconscientes observações e experiências lingüísticas da infância, com a teorização da atualidade e me encontrei: além da experiência da leitura que me proporcionaram as professoras ou minhas irmãs, também tive na infância muito contato com histórias e piadas, e as contava muito bem. Pois se a Dona Ceni dizia que a “composição” tinha que possuir cabecinha, corpinho, perninhas e bracinhos, porque não teriam também esses elementos as piadas e histórias? É claro. Eram textos. E textos devem possuir, em sua concepção, o tópico frasal (cabecinha), o desenvolvimento (corpinho) e a conclusão (as perninhas e bracinhos), como está em *Comunicação em prosa moderna* (GARCIA). Logo, se na minha infância eu já dominava a minha língua a ponto de contar bem histórias e piadas, dominava também uma infinidade dos mais complexos mecanismos lingüísticos existentes na língua. Não sabia o que eram, nem sabia seus nomes, mas fazia uso deles.

Atualmente conheço os nomes desses mecanismos e continuo fazendo uso deles. Mas, uma coisa interessante ocorre a cada vez que consulto uma obra teórica. Quando me reencontro, por exemplo, com *A coerência textual* (KOCH e TRAVAGLIA), *A coesão textual* (KOCH) ou então *Redação e textualidade* (VAL), a sensação é a mesma: a redescoberta de um mundo lingüístico na versão estritamente teórica que me remete a um exemplo da infância. Vem à minha mente, então, a Dona Ceni, que dizia (e não só ela) - “Menino, você começou a escrever sobre uma coisa e já está falando de outra! Quem entende?”. *Introdução aos estudos lingüísticos* (BORBA) e *A gíria e outros temas* (PRETI) fazem, ainda hoje, vir à mente a imagem da Dona Ali (segunda série) explicando indignada - “Não pode falar assim com a professora! Comigo é de um jeito, com seus pais é de outro, com os amiguinhos de outro...”. Lembro-me sempre de uma professora que praticava violência cultural contra alguns alunos em sala quando consulto *Porque (não) ensinar gramática na escola* (POSSENTI). Ela dizia - “Você é burro, já disse que não é assim que se diz nós!”. Poderia exemplificar aqui com uma infinidade de acontecimentos que me fazem pensar sobre a teoria lingüística de maneira retrospectiva na minha vida, porém, um último exemplo deve ser colocado em função de retratar muito bem a minha personalidade e meu estado de espírito. Como disse, adorava contar piadas. E às vezes criava algumas. Certo dia tomei uma estrutura e incluí uma professora nela. - “Ô Sérgio! Cê sabe como se chama um mamífero muito grande que anda muito devagar mas não tem tromba?”. O Sérgio sacou que não era o elefante,

abstraiu mais um pouco e falou do hipopótamo. Eu então respondi - “Não; Dona Ceni!”. Ele adorou (e nós sabemos por que...).

Em outras palavras, noto uma facilidade muito grande de minha parte em ligar acontecimentos lingüísticos do cotidiano com a teoria lingüística. Talvez não seja uma novidade (sei que não é) mas tem tornado minhas aulas mais interessantes e alimentado meu projeto para o mestrado de modo muito eficiente.

Por isso tudo, em agosto de 2002, abandonei o meu emprego fixo sob uma chuva torrencial de discursos e saí em busca do mestrado e de um emprego como professor. Com ou sem texto, mas calcados em inúmeras ideologias, todos os discursistas, entre eles amigos e familiares, me chamaram de louco e irresponsável (depois de passarem vários dias achando que era piada). Tinham um pouco de razão, afinal, um pai de família que deixa um emprego certo para apostar numa incógnita, ou não está bem ou sabe realmente o que quer. Eu não sabia se estava bem porque me encontrava sob efeito da lingüística. Mas mesmo assim, sabia o que queria. Prestei concurso para o mestrado na UNESP de Assis (SP) e na UEM em Maringá (PR) no final do mesmo ano. Passei nas duas provas e fiquei nas duas entrevistas. O problema foi o mesmo: curriculum insuficiente. O texto, o discurso, o estilo, a gramatiquice, de nada adiantaram. Nem uma piadinha ajudaria. Problemas financeiros começaram a surgir e nada de mestrado. Comecei a dar uns “tiros” (com meu esquálido curriculum, é claro) e obtive alguns resultados positivos. Desde o início do ano (2003), lectionei em três faculdades particulares da região de Assis ministrando algumas disciplinas voltadas à lingüística e à lingua portuguesa.

Venho aplicando em sala quase tudo daquilo que aprendi e pesquisei enquanto aluno de Letras. Também coloco em prática todo o conhecimento que adquiri no convívio escolar de toda a minha vida. Estão lá as dezenas de livros, os vários estilos, uns pares de gramáticas, as tantas ideologias, os milhares de textos e discursos que consegui assimilar da melhor maneira possível. Mas é importante lembrar que meus alunos não são cobaias. Já tive experiência como docente antes. Trabalhei no ano de 1996 como instrutor em uma escola pública conveniada. Tive como alunos crianças, adolescentes e adultos em seus respectivos turnos. Mas as disciplinas estavam longe de serem lingüística. Abandonei em 1997 porque arranjei emprego melhor (e na hora certa).

Hoje, sendo docente em cursos de Letras, posso dizer que consegui o que eu queria. Voltar a lecionar exatamente na área em que me formei é muito bom. E melhor, como professor

universitário. E melhor ainda, lecionando duas disciplinas nas quais fui bem formado. Muito melhor do que isso seria não estar vulnerável aos discursos dos coordenadores de curso – “Você é ótimo profissional mas se não entrar na pós, já sabe!”.

Vivo mais uma batalha e penso que não vou perder a guerra. Não me importo de estar na trincheira do curso superior com uma metralhadora modelo “lata de marmelada” (aquela dos gangsters dos anos 40). Se é só o diploma de graduação que tenho por ora, é com ele que vou tentar acertar alguns bons alvos. Receio apenas, de repente, ter que voltar à estaca zero por algum tempo. Mas já não sou mais criança (só quando brinco com as minhas) e, como falam os amigos, já me tornei um 3.0. Portanto, com três décadas nas costas e um curso de Letras concluído tenho certa autonomia para explicar o que são todos esses elementos da língua que na infância não sabia ao certo o que eram. Fico feliz por ser hoje o que chamam de professor pesquisador. É claro que não vou cair na bebedeira como o Tonhão, amedrontar os alunos como a Dona Ceni, cristalizar no cérebro um discurso como a diretora Zelmíramis (não sei se é isso) ou ser um político como o “vagabundo do fulano”, mas vou exercer a função de pesquisador e cuidar para que todos os meus alunos sejam ao menos um pouco disso.

Assis, outubro de 2003

## 1.2 DO UNIVERSO PESSOAL AO UNIVERSO DE PESQUISA

Mas por que Deus ri ao olhar o homem que pensa? Porque o homem pensa e a verdade lhe escapa. Porque quanto mais os homens pensam, mais o pensamento de um se distancia do pensamento do outro. (KUNDERA, 1988, p. 140)

O interesse pessoal pelos fenômenos discursivos, portanto, vem de longa data. Ainda garoto, já notava os diferentes sentidos que a palavra discurso adquiria nos dizeres das pessoas que a pronunciavam. Verifiquei depois que não só existiam vários tipos de discurso sobre um mesmo tema, como também havia discursos sobre vários assuntos. Assim, como sempre fui tido como ‘bem humorado’ por aqueles que comigo conviviam, passei a me interessar pelos discursos *sobre* ‘humor’.

Na idade adulta, notei que o humor não era exatamente aquilo tal como significava nos discursos que ouvia. Todos à minha volta pareciam saber o que era humor. No cotidiano, quase ninguém hesitava quando alguém perguntava o que era e, na maioria das vezes, ficava a impressão de que já havia uma resposta pronta, tamanha a rapidez e a aparente certeza ou segurança com que as respostas eram colocadas.

Surgiram daí, então, dúvidas e questionamentos. Será que o humor é mesmo isso que as pessoas afirmam (acreditam) ser? As respostas por eles formuladas são mesmo tão claras e eficientes a ponto de darem a impressão de quase não suscitar dúvidas? Não há lugar para o equívoco<sup>1</sup> em colocações tão categóricas? Mesmo para os dizeres daqueles que responderam com ar de extrema segurança não haveria um espaço para a contradição?

A partir de questionamentos como esses é que se começou a pensar sobre uma maneira de analisar esses dizeres *sobre* o humor a fim de verificar e procurar entender como eles funcionam em termos de sentido tendo em vista a memória discursiva que os determina. Uma das hipóteses que mobilizou a investigação foi a de que existem alguns mitos sobre o que seja humor e estes mitos, materializados em enunciados, estariam determinando os sentidos sobre o humor. Estes mitos estariam representados em duas fórmulas: (1) de que o humor é apreciado e facilmente entendido e (2) de que está presente no texto sempre com a função principal de promover o riso.

Esses mitos (concepções), presentes em enunciados de época atual, parecem manifestar-se tanto nos discursos em circulação - dizeres cuja origem ou autoria empírica não são conhecidas, mas que estão aí e que significam – como nos discursos de instrumentos lingüísticos legitimados pelas instituições (NUNES, 2002 In NUNES & PETTER, 2002; ORLANDI, 2002), entre eles, os dicionários de língua portuguesa.

Importante deixar claro desde já que foi partir dos conceitos de **discursos em circulação** e de **discursos institucionalizados** que o *corpus* de análise pôde ser delimitado.

Os **discursos em circulação**, como já foi dito, estão aí e significam. Eles se manifestam nos dizeres de um povo (de época e conjuntura determinadas) tanto oralmente como materializados em algum tipo de suporte (caderno, livro, faixa, tela do computador, etc.). No *corpus*, os discursos em circulação dizem respeito especificamente a respostas dissertativas sobre

---

<sup>1</sup> O conceito de equívoco nesse trabalho é entendido tal como se encontra em AD, ou seja, está ligado ao deslocamento, à relação de conflito entre paráfrase e polissemia.

‘o que é humor?’ (como está detalhado mais adiante) e pela memória discursiva do próprio analista<sup>2</sup>.

Os **discursos institucionalizados** dizem respeito aos discursos sobre o humor encontrados nos dicionários, legitimados pelas instituições reconhecidas em um Estado nacional, no caso da presente pesquisa, no Brasil. Os dicionários, que são também um tipo de discurso, foram pesquisados para que fosse possível averiguar *como* os discursos cristalizados desses instrumentos lingüísticos poderiam afetar os discursos do senso comum – ou formação discursiva do senso comum<sup>3</sup>. Para disponibilizar os discursos sobre o humor dos dicionários procedeu-se fazendo um recorte do verbete ‘humor’ em cada um deles. O segmento resultante desse recorte deu origem à primeira parcela do *corpus* que pôde ser analisada<sup>4</sup>.

Os segmentos, considerados no percurso analítico como segmentos discursivos, foram retirados de quatro dicionários, dos quais dois são da modalidade latino-português e dois são da modalidade português-português (do Brasil). Algumas enciclopédias e dicionários estritamente etimológicos também foram consultados, mas como apresentaram acepções que funcionam como idênticas, decidiu-se que o presente material seria suficiente. A propósito, é preciso sempre deixar claro que o objeto de estudo da Análise do Discurso é o discurso e a unidade da língua é o texto. “Quando a palavra significa, é porque já é em si textualização de uma discursividade” (ORLANDI, 2002, p. 245).

Delimitado o *corpus* empírico sobre o humor, procurou-se, como foi dito, tentar entender como as seqüências discursivas analisadas produzem sentidos sobre o que é o humor, através da análise do funcionamento discursivo.

Acredita-se que esses discursos - discursos em circulação e discursos institucionalizados - sobre o humor tendem a interpretá-lo a partir de uma mesma formação discursiva, a formação discursiva do senso comum<sup>5</sup> (doravante SC) e, como foi discutido em determinados subitens, não é formada por apenas uma formação discursiva, mas por várias que compartilham entre si

---

<sup>2</sup> Dos discursos em circulação pertencentes ao *corpus*, apenas as respostas dissertativas à questão ‘o que é humor?’ aparecem numeradas e com a denominação SD (seqüência discursiva). Os outros, que dizem respeito à memória de um povo ou à memória do próprio analista, são destacados à medida que se mostram no corpo do texto.

<sup>3</sup> Para a definição destes conceitos, ver capítulo 4.

<sup>4</sup> Estes conceitos estão melhor definidos no capítulo 2.

<sup>5</sup> A *formação discursiva do senso comum*, denominada SC nesse trabalho, difere do conceito de *senso comum*, que ocorre no corpo do texto sempre em letras minúsculas.



ideologias muito parecidas pela contradição que as constituem, significam diferentemente (PÊCHEUX, 1995; ATHUSSER, 1979).

A hipótese é a de que alguns dos sentidos sobre o que seja humor ecoam de outras discursividades que não parecem pertencer à formação discursiva dominante (aqui denominada SC). Esses ecos – ou a ressonância da memória discursiva –, pouco detectáveis àqueles que não se investem de um olhar que procura trabalhar a opacidade da linguagem, afetam esses discursos de alguma forma e promovem, em alguns casos, certa ruptura discursiva e, ao que tudo indica, aponta para uma diferença, uma polissemia<sup>6</sup>.

E são nessas rupturas, nessas diferenças, nesse indício do equívoco que parecem funcionar os ecos de que ora se fala. Assim, é lançando um olhar crítico sobre esses discursos em circulação ou sobre os discursos legitimados (dos dicionários) que a compreensão de seu funcionamento parece tomar forma e alguns resultados podem ser apresentados.

A partir dos dois mitos delimitados, pretendeu-se, no decorrer do trabalho e das análises, desconstruir esses mitos (ou concepções míticas), ou seja, desnaturalizá-las, expondo e descrevendo outras discursividades não lidas pela superfície lingüística, ao se explicitar *como* eles funcionam no interior do universo discursivo na atual conjuntura.

Para pensar sobre este funcionamento, teve-se sempre em vista o lugar que a língua portuguesa do Brasil (que não é a mesma coisa que língua portuguesa *no* Brasil<sup>7</sup>) ocupa no imaginário do brasileiro, relativamente à sua cristalização pelos instrumentos lingüísticos e os efeitos de sentidos produzidos entre locutores brasileiros sobre os sentidos do humor a partir de certas condições de produção.

Diante da problemática instalada, este trabalho tem como objetivo analisar as práticas discursivas ou discursos sobre o que é humor, procurando entender o funcionamento desses discursos a partir do referido recorte, que foi produzido tendo em vista os dois mitos (ou concepções míticas) sobre o humor, enunciados anteriormente e que são colocados em discussão.

---

<sup>6</sup> Este termo está sendo compreendido na relação contraditória com o conceito de paráfrase, tal como trabalhado por Orlandi (1996, 2001a).

<sup>7</sup> A distinção LP *do* Brasil e LP *no* Brasil é absolutamente relevante em alguns pontos desse trabalho. Esses conceitos aqui são entendidos tal como concebidos em Orlandi (2003) que traz também discussões acerca de uma certa brasilidade e de uma certa nacionalidade.

O humor, no entanto, não é um tema pouco explorado. Enorme é o número de obras que tratam desse assunto desde a antiguidade até os dias atuais. Uma bibliografia sobre o humor “seria ora ofensivamente seletiva, ora interminável” (MINOIS, 2003, P. 15).

A presente pesquisa jamais pretendeu e tampouco conseguiu ser absolutamente inédita. Há uma significativa bibliografia de autores brasileiros que, de uma forma ou de outra, pesquisaram sobre o assunto.

Dessa forma, é possível dizer desde já que essa pesquisa justifica-se, não pelo tema (que é amiúde explorado), mas pelo modo como ele é abordado, pelos critérios com que o trabalho foi se projetando, pela maneira como o dispositivo teórico-analítico foi construído, pelo modo como o *corpus* foi selecionado, apresentado e analisado; pela cadência em que a pesquisa foi conduzida, não sem limites, mas sem os ‘temidos’ moldes que normalmente a presente teoria de base dispensa por não dizer respeito à sua própria epistemologia, enfim, pelo gosto e pela paixão com os quais se pôde agarrar a problemática, as dúvidas e os questionamentos não os deixando escapar até que se tornassem minimamente mais claros (pelo menos ilusoriamente) e interpretáveis.

Importante destacar alguns trabalhos - de perspectivas diferentes - sobre o tema, como os de Propp, Bergson, Hutcheon, Minois, Kraft, Ratey e Bakhtin. Tem-se as obras *Os humores da língua* (POSSENTI, 2001), que traz análises de piadas, blagues e chistes em uma postura bastante crítica, focalizando marcas lingüísticas que caracterizam esses discursos que podem ser denominados humorísticos, diferentemente do presente trabalho, que foca os discursos *sobre* o humor. Gil (1991), com *A linguagem da surpresa: uma proposta para o uso da piada* também apresenta análises de piadas, porém de modo um pouco diverso e mais voltado à lingüística textual. Há trabalhos historiográficos, como o de Saliba (2002), intitulado *Raízes do riso* que apresenta as curiosidades das manifestações humorísticas no Brasil do final do séc. XIX até o advento da TV; o de Rui (1979), chamado *A alegre história de humor no Brasil*, que traça um panorama de abordagens humorísticas desde a carta de Pero Vaz de Caminha até o Brasil república; ainda, o interessante *Anedotário geral da Academia Brasileira: fundadores e patronos* em que grandes nomes da literatura brasileira estão envolvidos. Com vertente teórica um pouco diversa, há o ensaio *O lúdico, o riso e a educação no romance de François Rebelais* (MARRACH, 1988), que discute o papel do lúdico na gênese da cultura. Conta-se também com vários artigos específicos sobre o humor, publicados em revistas que apresentam o discurso da

divulgação científica sobre humor, como *Superinteressante*, *Galileu*, *Veja*, *Época*, *Viver mente e cérebro*, *Vozes*, entre outras, em jornais como *Folha de São Paulo* e *Estadão*, e no discurso científico em anais e cadernos com publicações de eventos como CELLIP (Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná), GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo), CELLI (Colóquio de estudos lingüísticos e literários), SIGET (Simpósio Nacional de Estudos de Gêneros Literários), entre outros.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a Análise de Discurso de corrente francesa (doravante AD) constitui-se como a teoria de base dessa pesquisa. Especificamente, a tríade Orlandi-Pêcheux-Foucault foi quem orientou a maioria das reflexões no presente trabalho, ainda que se tenha recorrido a outros autores que pertencem à mesma vertente teórica.

O conceito de formação discursiva (PÊCHEUX, 1995), sobre o qual recaem vários dos questionamentos sobre o que se diz sobre o humor, teve de ser bem explorado.

O conceito de mito tal como é aqui utilizado precisou ser situado e, para tanto, foi necessário recorrer a alguns autores que tratassem do assunto filosoficamente.

Muito sobre o que é entendido por senso comum teve de ser explicitado para que fosse possível compreender melhor a sua relação com o conceito de formação discursiva, uma vez colocada a hipótese de que nos discursos analisados há ecos pertencentes a outras formações discursivas – que não a do sendo comum – que permitem ser o humor interpretado polissemicamente<sup>8</sup>. Os indícios dessa ruptura no discurso foram o princípio de organização dos questionamentos feitos acerca das concepções sobre o humor.

Apesar de, especificamente sobre o humor, vários teóricos terem sido consultados, baseou-se aqui também em uma tríade, desta vez composta por Minois-Propp-Bergson, cujos olhares (e/ou perspectivas) parecem ter contribuído mais às reflexões sobre os diferentes conceitos de humor aqui mobilizados.

Dessa forma, o dispositivo analítico aqui construído foi da responsabilidade do analista. As perguntas que desencadearam a análise foram: que concepções sobre o que seja humor circulam e habitam o imaginário de alguns brasileiros? O discurso do senso comum sobre o que seja humor está presente em outros discursos e é dominante? Há lugar de equívoco (no sentido discursivo) e, portanto, para possíveis deslocamentos desta posição discursiva dominante? Como

---

<sup>8</sup> Este conceito é entendido tal como concebido por Orlandi (2001a; 2001b), no jogo tenso entre paráfrase e polissemia. Para compreender melhor ver item 4.

as dúvidas entre os pesquisadores nem sempre são as mesmas, os conceitos mobilizados e os recortes realizados tendem a ser diversos e a se organizarem de outra forma (ORLANDI, 2001a).

Nesse sentido, ainda que o presente dispositivo teórico seja (e deva ser) o mesmo entre analistas de discurso, o dispositivo analítico não é organizado de tal maneira. Ele é a ‘individualização’ do dispositivo teórico (ibidem). É no momento da sua construção que determinados conceitos são mobilizados (e outros não) por determinado analista (ibidem). Aqui, é o conceito de formação discursiva da AD que se articula com conceitos de outros campos, como o de humor, de mito e senso comum, embora outros também tenham sido mobilizados dado o imbricamento entre os conceitos que fundamentam a AD.

Os discursos em circulação sobre o humor estiveram presentes por todo o trabalho. Parte deles diz respeito à memória do próprio analista e se constitui de discursos anônimos que eventualmente emergiram como ecos - lembrados enquanto outros eram esquecidos<sup>9</sup> - trazidos para o interior da escritura nos momentos em que certas concepções foram sendo trabalhadas (porque dessa forma é que seu percurso foi entendido).

Os discursos dos dicionários, ainda que tenham sido previamente analisados em 2.2, não foram prescindidos e estiveram também presentes na maioria das análises.

Não há, portanto, um espaço, página ou item predefinido em que estejam as análises nesse trabalho. Elas estão, de certa forma, já sendo feitas desde o momento em que as questões sobre o que se diz *sobre* o humor foram colocadas, questões que suscitam a dúvida que desencadeia e justifica a pesquisa.

Assim, essas análises estão também presentes nessa introdução, uma vez que a metodologia utilizada e os conceitos mobilizados aqui em exposição já induzem à observação crítica dos fenômenos discursivos. O *corpus*, nesse sentido, foi construindo-se à medida que as reflexões foram sendo feitas, a medida que a pesquisa caminhava. A propósito, o caminho seguido pela pesquisa também não previu uma seqüência para a discussão dos conceitos aqui mobilizados. A ordem como as contrapartes teóricas de cada um desses conceitos foram expostas não obedeceu a regras rígidas e não necessariamente ficou limitada somente aos títulos dos subitens.

---

<sup>9</sup> O conceito de esquecimento aqui mobilizado não é psicológico. Ele está relacionado aos esquecimentos 1 e 2 propostos por Pêcheux (1995), presentes em várias reflexões ao longo do trabalho.

O subitem 2.1 apresenta uma reflexão que há muito tempo foi idealizada. Quando as primeiras dúvidas surgiram acerca do funcionamento dos discursos sobre o humor já houve a necessidade de buscar elementos históricos que pudessem ajudar a compreender porque nos discursos atuais são mobilizados determinados sentidos e não outros. Essa busca sugeriu, entre outras coisas, que se consultasse o discurso institucionalizado dos dicionários em 2.2.

Em 2.3 expõe-se o sentido mobilizado para mito que permeia todo o trabalho, um sentido que é diverso daquele tido como ‘clássico’ na filosofia.

Procedeu-se em 2.4 com a análise de uma parte dos discursos em circulação que são respostas dissertativas à questão ‘o que é humor?’ aplicada em um ‘curso de férias’ a alunos do primeiro ano do curso de Letras de uma instituição de iniciativa privada do interior do Estado de São Paulo.

Nessa atividade, onde foram ministrados tópicos de literatura e lingüística, os alunos fizeram um minicurso em cada um dos dias do evento que durou duas semanas. Esses minicursos tinham início às 19h30 e terminavam às 22h30. Cerca de três quintos da sala era composta por mulheres e a idade geral era bastante diversificada. Em um dos dias, o professor responsável pela disciplina de lingüística distribuiu folhas de resposta em branco a todos e escreveu na lousa a pergunta ‘o que é humor?’. Em seguida, pediu gentilmente que todos respondessem à questão para que o minicurso pudesse começar. Após todos entregarem, o professor iniciou uma aula na qual tratou do assunto ‘humor’<sup>10</sup>.

Importante lembrar que, em AD, qualquer texto que se constitua em um discurso – efeito de sentido entre locutores – torna-se potencialmente objeto de análise para o analista.

O procedimento de coleta de dados - dados aqui como textos enquanto material empírico - , no entanto, aconteceu de improviso, disponibilizando discursos de sujeitos que procuraram interpretar ‘humor’ de modo singular, movidos pela ilusão de origem. As condições de produção pensadas como situação imediata foram parecidas: no mesmo dia, mesmo horário, mesma faculdade, sala, pergunta, tipo de folha, professor, etc. O produtos discursivos certamente seriam outros (não melhores ou piores) se os sujeitos fossem avisados sobre o que escreveriam ou se tivessem uma explicação prévia sobre o assunto. Outras ainda seriam as discursividades, se

---

<sup>10</sup> Todos os textos (discursos) que aparecem com a denominação feita por um número entre parênteses na presente pesquisa constituem essa parte do *corpus* que foi coletada a partir da pergunta ‘o que é humor?’. Esse *corpus*, com as vinte e seis seqüências discursivas pode ser apreciado no item 8. A transcrição (digitalização) procurou atender minimamente aos padrões exigidos nessa tarefa.

tivessem sido coletadas por um inquiridor munido de um gravador entre os passantes na rua, como foi sugerido em 4.3. O lugar social que ocupavam nesta situação particular, em termos de representação imaginária deste lugar também são constitutivos dos textos produzidos.

Procurou-se em 2.4, tendo como base os dois conceitos sobre o humor aqui denominados mitos, tentar detectar os ecos de outras discursividades que não pertenceriam ao SC e que apontariam para uma diferença no modo de discursivizar o tema.

Observados alguns dos ecos discursivos nessa parte do *corpus* procedeu-se em 2.5 com uma discussão acerca do modo como os dicionários discursivizam sobre o humor na atualidade e o modo como os sentidos tendem a cristalizar-se quando por eles arrolados.

Em 3.1 algumas ponderações foram feitas acerca do modo como o humor significa nas diferentes esferas sociais.

Em 3.2 o que está em pauta é o contraste entre o que se discursiviza e o que se faz em termos de humor desde os tempos mais remotos até a atualidade.

O subitem 3.3 traz reflexões que auxiliaram bastante quando da tentativa de compreender o modo como ocorreram os sentidos para humor nos discursos analisados tendo em vista que, mesmo para os discursos de alguns teóricos, humor e riso ora pareciam indissociáveis, ora completamente distintos.

Em 3.4 é colocada em questão a existência dos diferentes saberes sobre o humor e como essas discursividades podem ser detectadas no *corpus*, tal como foram previstas em 3.1.

O subitem 4.1 apresenta algumas teorizações sobre um dos mais importantes conceitos mobilizados pelo presente dispositivo analítico: o senso comum.

Quase concomitantemente, 4.2 e 4.3 trazem uma distinção importante e interessante no que diz respeito ao conceito de senso comum. No primeiro há continuidade da idéia de que o senso comum constitui-se de uma ou mais formações discursivas. No segundo são abordadas algumas especificidades das formações discursivas que interpretam os sentidos para o senso comum.

A idéia do dicionário ser uma espécie de discurso do senso comum com a especificidade da cristalização (institucionalização) de sentidos é tratada em 5.1.

Mais adiante, o subitem 5.2 apresenta várias reflexões sobre o modo como o SC interpreta o humor. Foi necessário nesse momento trazer para a escritura, um tipo de texto bastante

difundido tido como humorístico e classificado entre muitos sujeitos discursivos como pertencente à modalidade ‘piada’.

Verificar as características discursivas comuns entre o mito e o senso comum – dois conceitos previamente trabalhados respectivamente em 2.3 e 4.1 – no item 5.3 foi um dos procedimentos considerados bastante relevantes e interessantes para pesquisa.

Finalmente, em 5.4, após terem sido expostas ao longo do trabalho as teorizações acerca dos conceitos organizados no dispositivo analítico presente (humor, riso, formação discursiva, senso comum, mito), muito do que foi discutido pôde ser explorado nas discursivizações dos textos coletados.

## 2 A PALAVRA HUMOR

### 2.1 A PALAVRA HUMOR E SEUS SENTIDOS: BREVE PANORAMA HISTÓRICO

‘Tendo rido Deus, nasceram os sete deuses que governam o mundo... Quando ele gargalhou, fez-se a luz... Ele gargalhou pela segunda vez: tudo era água. Na terceira gargalhada apareceu Hermes; na quarta, a geração; na quinta, o destino; na sexta, o tempo’. Depois, pouco antes do sétimo riso, Deus inspira profundamente, mas ele ri tanto que chora, e de suas lágrimas nasce a alma. (MINOIS, 2003, p. 20)

Esse texto de autor anônimo extraído de um papiro alquímico do século III denominado Papiro de Leyde, parece apresentar uma versão bem mais humorada da criação do mundo. Isso porém, depende de *quem*, de *onde* e de *quando* se faz tal afirmação, afinal, a antiquíssima palavra humor nem sempre significou a mesma coisa.

Entre os gregos, era a denominação de cada um dos líquidos presentes no corpo humano: a bile amarela, a bile negra (ou atrabíles), a fleuma (ou pituíta) e o sangue. Aquele que os estudava e tentava por quaisquer meios de intervenção controlá-los era chamado humorista. O humorista grego, uma mistura de filósofo e médico, acreditava que o comportamento de um indivíduo variava à medida que esses humores desequilibravam-se proporcionalmente entre si.

Hipócrates (*Hippokrátēs*), nascido em 460 a.C., tido como pai da medicina (ainda que essa ciência já existisse na China, na Índia e no Egito entre outras civilizações antigas) foi quem primeiro escreveu sobre o humor.

No entanto, um dos maiores humoristas da antiga Grécia talvez tenha sido Galeno (130 d.C.), discípulo dos ensinamentos hipocráticos. Ao que parece, a qualidade de humorista consistia em uma certa especialidade médica, logo, Galeno teria sido um médico humorista.

O mestre Hipócrates, porém, ainda que tenha deixado muitos escritos, não realizou dissecações em humanos. Galeno o fez. Além de ter utilizado corpos de várias pessoas em suas dissecações que lhe permitiram verificar, entre muitas outras coisas, que as artérias transportavam sangue e não ar como se pensava, baseou-se quase sempre na teoria dos humores corpóreos (bile negra, bile amarela, fleuma e o sangue) em suas atividades.



Como os humores, segundo os humoristas gregos, estavam diretamente relacionados ao comportamento dos indivíduos, a palavra ‘humor’, já naquela época, também poderia significar indiretamente algo como ‘estado de espírito’<sup>11</sup>. Pelo comportamento do indivíduo supunha-se qual dos líquidos poderia estar excedendo-se no organismo: a bile negra promovia o escárnio, a bile amarela as lágrimas, a fleuma o desinteresse geral e o sangue patologia cerebral. Tendo em vista que as expressões faciais sempre acompanham o ‘estado de espírito’ do enfermo, havia ainda uma tênue relação entre a predominância de um desses humores e o sorriso: o riso maldoso do escárnio, a ausência do riso nas lágrimas, o riso forçado – ou amarelo como diz Pinto (1970)<sup>12</sup> - do desinteresse e a impossibilidade de riso em certa patologia.

Platão e Aristóteles, cujos entendimentos sobre o humor e o riso divergiam de modo bastante drástico a ponto de beirar os contrários, foram contemporâneos de Hipócrates e o tinham em grande conta. Apesar disso, a questão dos *humores corporis* não parecia fazer parte de seus discursos. Já havia aí, nas práticas discursivas, uma separação entre o que era biológico do que era ‘estado’ ou ‘disposição de espírito’. Separação que aponta para um deslocamento no modo de discursivizar o tema: de uma posição em que o corpo e a alma são inseparáveis para uma posição, por assim dizer, aos moldes cartesianos, que separa corpo da mente.

Mais tarde, por volta de 250 anos antes de nossa era, quando os romanos invadiram a Grécia e puseram-se a absorver a cultura helênica, a palavra ganhou uma versão latina (*humor, oris*) e, com o passar do tempo, mais algumas outras acepções. Isso fica claro quando a palavra é observada em um texto clássico latino ou em um dicionário de língua latina.

Cícero, grande orador romano, parecia manusear com eficiência alguns recursos hoje chamados humorísticos quando tratava de assuntos sérios. Acabava assim, tocando de modo contundente em temas delicados usando certa dose de ‘humor’. Em *Sobre a conjuração de Catilina*<sup>13</sup>, isso parece ficar claro em alguns trechos em que o autor, tomado pela indignação e movido pela moral, espeta Catilina com sua pontiaguda habilidade em promover o escárnio, a derrisão, a chacota e um humor bastante ácido, ainda que sutil.

Cícero, por vezes, teria comentado sobre a eficácia do humor e do riso como arma, como meio, como instrumento para destituir ou afrouxar algumas relações de poder. Havia, contudo, limites. A *urbanitas* (riso atenuado) representava regras de que Cícero valia-se quando fazia o

<sup>11</sup> Os discursos analisados em 2.4 mobilizam esse sentido e, interessantemente, pertencem à época atual.

<sup>12</sup> Um breve comentário sobre riso amarelo pode ser apreciado em 3.3.

uso do riso para que as rédeas do humor não fossem totalmente soltas, momento em que poderia não ser mais tão eficiente (MINOIS, 2003).

Propp (1992) comenta sobre o riso ter mesmo esse potencial de destruir a falsa autoridade e a falsa grandeza de indivíduos sobre os quais se pratica o escárnio.

O poder instituído, no entanto, sempre desconfiou do riso. Aconteceu, entre outras civilizações, na Grécia e depois em Roma.

Na Grécia, Aristófanes, o herdeiro do *kômos* (agressões verbais) não poupava ninguém: os políticos, os sacerdotes, o povo e até mesmo os deuses tornam-se tema de suas peças. Aristófanes era um pensador político, por isso não abria apenas as portas da alegria. Interessantemente, como pode ser visto nas análises, a alegria é o que parece ser esperado do humor na maioria dos discursos constituintes do *corpus*. À medida que alguém ‘exagera’ no humor nos dias atuais, aparentemente aproxima-se mais do modelo de Aristófanes que, com suas grosserias, metáforas sexuais e agressões, denunciava a degradação do político. “Conta-se que, quando Dion de Siracusa pediu a Platão ensinamentos sobre o funcionamento do Estado ateniense, ele lhe teria aconselhado a ler as peças de Aristófanes” (MINOIS, 2003, p. 40).

Não tardou que o poder instituído passasse a exercer pressão sobre ele e, em 432 antes de nossa era, Diópetas instaurou um decreto que previa perseguição aos que não acreditavam nos deuses instituídos pelo Estado. Outros, no entanto, viriam. Menandro, com a nova comédia que poupava deuses e políticos; Diógenes, o cínico, que se masturbava em praça pública e dizia “praça aos céus, que também fosse suficiente esfregar o ventre para não sentir mais fome...”; Luciano, o homem que ria de tudo, do qual até mesmo Caronte, o barqueiro do inferno, teria reclamado e perguntado algo como ‘de onde vem esse cão que de tudo ri?’ (MINOIS, 2003, p. 40).

O silenciamento<sup>14</sup> do riso por parte do poder chega até nossos dias. Parece não ser admissível, mesmo no século XXI, que uma autoridade pública que é tida como exemplar ria, faça graça e conte piadas deliberada e exageradamente diante da população. Da mesma forma não seria possível que programas humorísticos (televisivos ou não) veiculassem discursos que migram em nossa conjuntura para o interdito, como nos moldes de Aristófanes. Nesse sentido, se

---

<sup>13</sup> Parte do original e tradução do texto *De coniuratione Catilinae* pode ser apreciado em Almeida (1994).

<sup>14</sup> O silenciamento aqui é entendido tal como é definido por Orlandi (2001a), ou seja, o “silêncio como horizonte, como iminência de sentido”, denominado *silêncio fundador* (p. 83). Em alguns casos uma palavra apaga outras palavras (silêncio constitutivo), em outros casos uma palavra é proibida de ser dita (silêncio local).

esses humoristas continuam no ar é porque ainda não tocaram naquilo que deve permanecer silenciado, como o fez Menandro, que poupava os deuses e o político.

Com o cristianismo, outros sentidos para humor adquirem significado. Uma infração é cometida, surge o pecado original e o riso aparece: é o Diabo. Com a diabolização do riso na Idade Média aparece o mito de que Jesus nunca riu.

Assim, não é sem motivo que durante parte da Idade Antiga e praticamente toda a Idade Média, várias forças atuaram a favor e contra a manifestação do humor (e do riso) nas civilizações ocidentais. O humor não era entendido mais tão somente como o equilíbrio de líquidos corpóreos ou uma simples manifestação de comportamento, mas uma evidência bastante forte de tendências com o potencial de favorecer ou colocar a perder estruturas políticas e religiosas de diferentes estados das diferentes épocas.

Especificamente a respeito disso muito pode ser dito. Os *procedimentos de exclusão* (ou sistemas de exclusão), citados por Foucault (1996), estão bastante envolvidos nessa discussão. A palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, que são os maiores de todos segundo o próprio autor, podem ajudar e muito a esclarecer o fenômeno do humor ao longo da história da civilização ocidental. Em vários momentos da história, a palavra humor certamente sofreu interdição nas diferentes sociedades, assim como tantas outras que porventura tiveram suas temíveis materialidades silenciadas. Por esse motivo, o controle, a seleção, a organização e a redistribuição dos discursos que as veiculassem teriam como função dar manutenção ao domínio de seu acontecimento aleatório (FOUCAULT, 1996).

Não se quer afirmar com isso que a região discursiva do humor durante parte da Idade Antiga e praticamente toda a Idade Média estivesse tão fadada à interdição (que é um dos *procedimentos de exclusão*) quanto a sexualidade e a política em nossos dias, como diz Foucault (1996). Na verdade, não está em pauta aqui a idéia de uma comparação em termos de proporção entre essas diferentes regiões discursivas de diferentes épocas. O que se quer é mostrar, sob a ótica do autor citado, que há uma infinidade de discursos que não tiveram, como hoje alguns não têm, um trânsito livre nas atividades discursivas em nossa sociedade.

Outro importante fator é que uma vez interditado, o discurso revela de imediato sua relação com o desejo e com o poder. Se é no discurso que, nos dias de hoje, “a sexualidade se desarma e a política se pacifica” (ibidem, p. 9-10), talvez não fosse diferente que uma espécie de aniquilação (nos moldes da interdição) do humor na antiguidade também revelasse sua relação

com o poder ou, quem sabe, pelo desejo. Mais importante que isso, é o fato de que nesse momento em que se desarma, se pacifica ou se aniquila (para o caso do humor), o discurso é o lugar em que as palavras exercem “alguns de seus mais temíveis poderes” (ibidem).

Em *O nome da rosa* (ECO, 2003), a tentativa do silenciamento do humor, do riso e da gargalhada leva à morte vários monges. *Jorge de Burgos*, um dos mais antigos monges e detentor de um poder paralelo na abadia, tenta impossibilitar que um tratado sobre o riso escrito por Aristóteles seja lido pelos noviços sedentos de curiosidade envenenando suas páginas. A interdição então, passa a ter relação com as forças obscuras, dada a natureza inexplicável das mortes, deixando *Jorge* livre de suspeitas, ainda que faça questão de deixar evidente que sua ordem, diferentemente da ordem franciscana, condena o riso.

Propp (1992) a respeito disso, comenta sobre uma certa restrição que sofre o humor nas doutrinas religiosas e coloca que “o âmbito da religião e do riso excluem-se reciprocamente” (p. 35). Coloca também que se por um lado é difícil imaginar Cristo rindo, é muito fácil imaginar o diabo fazendo-o. A propósito, já é possível verificar aqui ecos dos efeitos discursivos da Idade Média que apontam para o mito de que Cristo nunca riu e, ao que parece, esses ecos explicitam-se nas pesquisas desse autor do século XX.

Minois (2003), porém, tece vários comentários acerca da existência de humor na Bíblia. Há, por exemplo, uma tresloucada narrativa sobre Abraão e Sara que constituiria com outras os primeiros episódios da Bíblia. Numa tradução (versão) ecumênica, quando Deus disse que o casal deveria ter um filho, ambos caem na gargalhada por se acharem velhos demais: “‘Enrugada como estou, como poderia gozar?’” (p. 113). Há também a história de Jonas que foi engolido por um peixe e passou três dias em seu interior. A propósito, a letra da música *Mestre Jonas* (SÁ, RODRIX e GUARABIRA, 2001) apresenta uma discursivização acerca desse episódio bíblico. Em um dos trechos da canção<sup>15</sup> parece haver já um trabalho intertextual que faz operar um deslocamento de sentido tendo em vista a nossa conjuntura, ou melhor, ao modo brasileiro tido como ‘mais alegre’ de ver as coisas, tal como é discursivizado em alguns textos do *corpus*:

“(…) E ele diz que se chama Jonas  
E ele diz que é um santo homem  
E ele diz que mora dentro da baleia por vontade própria

<sup>15</sup> A letra completa pode ser apreciada no item 8, ANEXO C.

E ele diz que está comprometido  
 E ele diz que assinou um papel  
 Que vai mantê-lo dentro da baleia até o fim da vida  
 Até o fim da vida, até subir pro céu (...)"

Os deslocamentos de sentidos, no entanto, só podem ser detectados quando se observa o texto do Antigo Testamento (BÍBLIA..., 1967). Lá, Jonas é atirado ao mar pelos marinheiros após tomarem conhecimento que a ameaçadora procela fora enviada por Deus em castigo a Jonas que fugia de seu destino. Um peixe, sob o comando divino, o engole por três dias e o vomita na praia em Nimesis onde teve de pregar. Digno de nota é que, no Antigo Testamento, entre outras coisas, Jonas não sabia do peixe (achou que morreria afogado), não há menção sobre o tipo de animal que o engole (ainda que uma ou outra tradução ecumênica diga ser uma Baleia) e achou que iria perecer em seu interior. Nesse sentido, a canção parece representar alguns desses efeitos que aqui se fala.

Na Idade Média, porém, não houve só interdição<sup>16</sup>. Coexistiu o relativo silenciamento do riso com a festa do povo, que recebeu autorização da igreja para ser realizado uma vez por ano e assim permanece até hoje, considerando os devidos deslocamentos de sentidos.

As festas do antigo mundo grego emprestaram muitos elementos às festas populares da Idade Média: a reatualização dos mitos, a mascarada, a inversão, os exageros e o castigo do efêmero soberano ao final adaptaram-se à outras épocas e conjunturas e mantiveram-se funcionando da memória de muitas nações (MINOIS, 2003; BAKHTIN, 1981).

Obscura, de certa forma, é a busca de alguns sentidos presentes em determinadas discursividades durante essa fase da humanidade. Talvez não seja mesmo por qualquer motivo que foi chamada de ‘a idade das trevas’ que parece apontar para uma denominação construída historicamente. Não seria muito colocar que os glossários e vocabulários das várias línguas conhecidas na época estiveram durante esses séculos de posse da Igreja e que a circulação dos saberes era absolutamente controlada, tanto mais se fossem saberes sobre regiões de conhecimento que estivessem sob rígido silenciamento, como quem sabe, o humor.

---

<sup>16</sup> A interdição aqui é entendida tal como é definida por Foucault (1996), ou seja, como um dos processos de exclusão internos. A interdição (a palavra proibida) se difere, portanto, da separação/rejeição (segregação da loucura) e do contraste verdadeiro/falso (vontade de saber).

Contudo, o humor continuou a se manifestar nos discursos em diferentes modos de significar.

O termo *humeur* em francês, que deu origem a *humour* em inglês, já a partir do século XVII não mais funcionava para a maioria dos discursos como líquidos corpóreos, mas como um sinônimo de ‘gracejo’.

Os sentidos para a palavra humor, portanto, sofreram vários deslocamentos desde então. Nas palavras de Gilles Lipovetsky (apud MINOIS, 2003; KUPERMANN, 2001), estamos imersos em uma sociedade que se quer *cool* e *fun* e, ainda que ele fale de outra conjuntura e de outro contexto enunciativo diverso daquele dos brasileiros, não se pode negar que o homem do século XX quer rir e, não só quer rir mas quer produzir humor. E a televisão, o cinema, o teatro, a mídia impressa, a grande rede parece bombardear a todos com essa prática de que tanto se fala e que tanto se deseja.

Porém, o paradoxo parece insistir em um fato: ainda que se tenha a impressão de que o humor está presente em tudo, todos parecem rir menos, mesmo sabendo de seus méritos descobertos pela várias áreas da ciência. Nas palavras de Kupermann (2001), o humor vigente parece ser bem menos crítico e tomado por certa gratuidade em relação àquele descrito por Freud em *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905), retomado mais tarde em *O humor* (1927). O humor freudiano, substancial e dotado de certa rebeldia contrasta com o cinismo desencantado da era pós moderna, tomado por uma certa “dessubstancialização” e uma “banalização esterilizante” (KUPERMANN, 2001; 2006)

Interessante é que boa parte de toda essa teoria, de tudo isso que ora se discute é absolutamente perceptível nos discursos que compõem o *corpus* desse trabalho. Não de modo absolutamente explícito nas discursividades, tampouco presente materialmente nos textos para a maioria dos casos, mas detectáveis como ecos de efeitos de discursos que há muito tempo foram produzidos e que até os dias de hoje são interpretados por algumas das formações discursivas presentes na atual conjuntura sócio-histórica.

## 2.2 A PALAVRA HUMOR NOS DICIONÁRIOS

Como está em 2.1, a palavra ‘humor’ há muito vem sendo usada pela maioria das línguas latinas e assim como tantas outras palavras, seus sentidos foram institucionalizados e estão presentes nos respectivos dicionários dessas línguas.

A propósito, é bastante provável que pela primeira vez na história do homem na terra essa palavra, que designava líquidos corpóreos, tenha sido mesmo escrita em grego (mesmo que possa ter sido pronunciada primeiramente por algum outro povo ágrafo).

O grego, no entanto, não interessará aqui enquanto código lingüístico, ainda que os maiores mestres em humor e riso da antigüidade tenham discursado nesse idioma. O português originou-se mais diretamente do latim e por esse motivo talvez não seja necessário verificar com precisão as peculiaridades desse empréstimo proveniente da língua helênica.

Os discursos que serão analisados e apresentados no presente trabalho estarão escritos todos em português do Brasil. Prossegue-se, dessa forma, dando um olhada no que diz a respeito de humor o dicionário de latim. É válido lembrar que este serviu de modelo para a construção dos primeiros em língua portuguesa e, um pouco mais tarde, o dicionário de Tupi organizado pelos jesuítas.

Importante colocar desde já que o dicionário é um tipo de discurso. Dessa forma, ele pode ser tomado como objeto discursivo à medida que se consegue delimitar com certa precisão suas condições de produção em determinada conjuntura. O saber lingüístico sob a forma de dicionários (e mesmo gramáticas) é portanto construído sob o efeito das teorias, instituições e acontecimentos em conjunturas sociais e momentos históricos determinados (NUNES, 2002 In NUNES & PETTER, 2002).

Assim, o dicionário latino baseia-se, entre outras coisas, como acontece com os diferentes dicionários tanto de línguas neolatinas como de outros ramos do indo-europeu, nos grandes escritores ou manejadores da língua da época em que o compêndio foi formulado. Para o caso dos dicionários de língua portuguesa do Brasil, como está no capítulo 2, há certamente algumas particularidades no que concerne à sua construção. Eles serviram, juntamente com as gramáticas que então também estavam em formulação, para dar forma a uma língua nacional que as

conjunturas da época exigiam: a independência do Estado em relação a Portugal deveria acontecer não só politicamente, mas também lingüisticamente<sup>17</sup>.

Com o dicionário de latim não ocorreu dessa forma. Após a queda do império Romano no século IV, muitos glossários e vocabulários circularam na Idade Média, porém, o dicionário latino-português tal qual o conhecemos hoje só tomou essa forma em épocas mais recentes. Está envolvido um outro caráter de legitimação diverso do da nacionalidade, que se constitui a partir de outras condições de produção em outra conjuntura sócio-histórica.

De uma forma ou de outra, as duas modalidades de dicionário são tipos de discurso e nem todos os sujeitos estão nessa *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996) do mesmo modo em determinada sociedade de uma dada época. As ideologias que regem uma construção desse tipo e as instituições que a regulam estão acessíveis a apenas alguns sujeitos. Dos três *procedimentos de exclusão* de que fala Foucault (1996) – os que se exercem do exterior, os que exercem seu próprio controle e os que permitem o controle –, os que permitem o controle é o que parece representar melhor esse fenômeno de que está em pauta.

Dessa forma, estaria em jogo a determinação das condições de seu funcionamento (os que permitem o controle), de delegar e impor regras aos sujeitos que os pronunciam impedindo que determinados sujeitos (discursivos) tenham acesso a eles. Não é mais um processo de rarefação do discurso como o *comentário*, o *autor* e a *organização das disciplinas*. Trata-se agora da rarefação do sujeito. Só entrarão na ordem desse discurso – aqui, o discurso do dicionário – aqueles que atenderem às exigências e forem qualificados para isso (ibidem).

Tais procedimentos de controle talvez não ocorram apenas com os dicionários (de sinônimos ou de uso) mas também com a maioria das gramáticas. Se a época prestigia a poesia, esses compêndios poderão ser baseados na produção dos poetas. Se a época prestigia determinada modalidade literária vigente, eles então poderão ter como referência os escritores correspondentes. Por outro lado, se a época exige certa independência lingüística em relação ao colonizador num processo de nacionalização, eles vão apontar para a direção correspondente e, assim, indefinidamente.

Estão envolvidas em todo esse processo as instituições que regulam e controlam o modo como determinados conhecimentos devem ser veiculados pelos sujeitos pertencentes a uma dada conjuntura sócio-histórica. Isso talvez elucide o fato de que muitos receiam amiúde entrar na



arriscada *ordem do discurso*. Esses são tomados pelo desejo de não terem de iniciar um discurso (que na verdade já teve início em outro lugar), afinal, a instituição lhe dá o alvará ao mesmo tempo que o observa e controla. (ibidem).

A noção de formação discursiva está muito ligada a tudo isso. Ela consiste em determinar aquilo que pode e deve ser dito em uma determinada sociedade de uma dada época. Não se trata, pois, de um tipo de procedimento de controle ou exclusão como aqueles sobre os quais se falou brevemente há pouco. Trata-se de um fenômeno em cujo interior podem se agrupar as figuras de controle. Dessa forma, em uma sociedade de uma dada época, muitas formações discursivas podem estar presentes.

Assim, não se pode prescindir nesse momento, de tecer um comentário mínimo a respeito das condições de produção, que estão diretamente relacionadas à conjuntura social e ao momento histórico do discurso que está em análise. Como o objeto discursivo que está em foco nesse momento é um dicionário, pode-se dizer que todo saber lingüístico que é legitimado quando da construção de um compêndio como este depende das condições de produção vigentes na época em que estava sendo confeccionado.

Como diz Nunes (2002 In NUNES & PETTER, 2002), muito complexos são os fatores que envolvem o fenômeno de compilação de um saber lingüístico e um saber lexicográfico presentes em um dicionário. Sobre as condições de produção do dicionário de língua portuguesa do Brasil, no entanto, várias considerações serão feitas no subitem 2.5. Nesse sentido, talvez seja desnecessário um aprofundamento sobre as condições de produção envolvidas na confecção do dicionário de latim, afinal, ainda mais complexos talvez sejam os fatores envolvidos na compilação de tal obra.

Algo, porém, deve ser dito. Como o latim, após a queda do império romano, só teve prestígio enquanto língua científica, eclesiástica ou de cultura, as suas referências mormente concentraram-se ao que foi produzido pelos escritores do chamado Período Clássico, compreendido segundo os textos que versam sobre história da Literatura Latina entre o ano 81 (antes de nossa era) e 68 de nossa era. No entanto, estão sendo aqui desconsideradas as latinidades próprias de épocas posteriores. Vários autores produziram, a partir do ano 1500 no Brasil colônia, alguns de seus discursos em latim no território brasileiro. Outro fato são os muitos latinistas espalhados pelo mundo que discursam entre si com seu latim repleto de neologismos no

---

<sup>17</sup> Sobre esse assunto, vários aspectos são tratados nos capítulos 5 e 6.

espaço cibernético. Não há, porém, indícios de uma nova gramática ou um novo dicionário de latim (salvo os breves glossários) para esse início de século XXI e assim, observe-se sob a perspectiva da presente teoria do discurso aqueles clássicos que aí estão.

Esta reflexão sobre as latinidades brasileiras do Brasil colônia e das latinidades que circulam no espaço cibernético dá ainda mais crédito ao que Nunes (2002, In NUNES & PETTER, 2002) diz a respeito do quão complexos são os processos e as condições de produção envolvidos quando está em estudo o fenômeno de arrolamento de palavras que compõem, ao menos, um saber lexical.

Observe-se, então, o verbete humor. Ao estabelecer uma comparação entre as acepções apresentadas pelos dicionários de língua latina com aquelas dos dicionários de língua portuguesa mais atuais, constata-se de imediato que esses mostram ‘acepções extras’ para o mesmo verbete. Isso não representa nenhuma anormalidade e é natural que seja assim, afinal, as concepções mudam e as palavras adquirem novos sentidos com o passar do tempo. Dito de outro modo, os deslocamentos de sentidos são praticamente inevitáveis tendo em vista que o discurso é curso, é movimento (ORLANDI, 2001a), e os contextos sócio-históricos nos quais eles (os sentidos) aparecem também se articulam. Para o caso da palavra humor entre outras milhares, tem-se, tranqüilamente, mais de dois mil anos de uso e abuso da palavra discursivamente falando, seja na modalidade do *sermo urbanus*, do *sermo vulgaris* ou de qualquer língua neolatina que, desde pouco depois da fundação de Roma, operaram com outros novos sentidos em infinitas situações discursivas.

A escolha pela consulta a dicionários caracterizando um ponto de partida para a pesquisa sobre esse fenômeno tipicamente humano não é falta de opção. Poder-se-ia prontamente iniciar esse trabalho observando a palavra humor em funcionamento nos discursos da atualidade, ou seja, a palavra humor utilizada por um sujeito, inevitavelmente atravessado por ideologias em suas respectivas atividades discursivas. Um fato, porém, é que o dicionário já é um tipo de discurso, ainda que de certa forma, bastante cristalizado (literal). Outro fato é que, queira ou não, o dicionário parece ser a última saída quando não há ninguém para dizer o que significa determinada palavra.

Isso não quer dizer que não há para quem perguntar o que significa ‘humor’. Ao contrário, em determinado ponto desse trabalho, o objeto de estudo será o discurso cotidiano<sup>18</sup> sobre humor, ou seja, discursos dissertativos sobre humor em resposta à pergunta ‘o que é humor?’.

Em AD, porém, não se deve perder de vista que os sentidos das palavras e das expressões não existem em *si mesmos*, mas são determinados pelas posições ideológicas vigentes no processo que envolve grupo social e época determinados, como lembra Pêcheux (1995). Os sentidos, portanto, são construídos a partir de um certo contexto enunciativo. A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos e, esses, rompem ou se associam a determinadas formações discursivas (que representam as formações ideológicas), assumindo assim determinada posição na esfera social a qual pertencem ou passam a pertencer.

O dicionário, porém, é concebido em meio a procedimentos de exclusão. Na ocasião da construção dos primeiros dicionários de português do Brasil, por exemplo, houve toda uma política lingüística que determinava o que entrava e o que ficava de fora em termos discursivos. Ao trabalhar, portanto, a hegemonia do português do Brasil, outras línguas eram silenciadas enquanto um saber lingüístico e um saber lexical aos poucos eram legitimados por essa peculiar discursivização (NUNES, 2002 In NUNES & PETTER, 2002). Isso provavelmente também tenha ocorrido outrora na Europa. Guardadas as devidas proporções, muitas línguas que lá existiam foram silenciadas pelo mesmo processo quando da eleição e sistematização de uma língua nacional.

Na França, até tempos recentes, muitas das chamadas línguas minoritárias territoriais ainda faziam suas reivindicações lingüísticas requerendo tanto a manutenção como o reconhecimento. É importante notar que a eleição do francês de Paris como língua nacional, num processo histórico de legitimação, não se dá sem que hajam silenciamentos, sem que ocorram as exclusões (VERMES & BOUTET, 1989).

Lembrando que o discurso do dicionário está em curso como tantos outros e que os saberes lingüísticos e lexicais também sofrem mudanças fazendo com que sua legitimação seja um processo infundável no decorrer da história, não se pode ter em mente que o silenciamento de línguas como foi descrito há pouco é típico apenas de acontecimentos relacionados à época das grandes navegações. Há bem pouco tempo, no início do século XX, como relata Honório (2002,

In NUNES & PETTER, 2002), missões religiosas coletaram material lingüístico na região do Alto Rio Negro da Amazônia e contribuíram para a construção de uma gramática que favoreceu a redução da diversidade lingüística da região. Várias línguas da família Tucano como o Dressana, o Wanano, o Tuyuka, o Nheengatú e o próprio Tucano organizaram-se em “uma nova unidade imaginária” denominada o *Tucano ‘oriental’* ou *geral*.

No Timor leste, algo semelhante talvez esteja acontecendo nesse começo de século XXI. Após sua independência, resultado de um processo que veio ocorrendo nos últimos instantes do século passado, a língua portuguesa tornou-se a melhor candidata a língua nacional. Há, no entanto, além do tetum (língua nativa), uma infinidade de outras que estão fadadas ao silenciamento nesse processo de construção de um saber lexicográfico e lingüístico que compreende a legitimação da língua padrão.

A organização de línguas em uma unidade imaginária é um processo infundável como foi dito há pouco, afinal, os discursos estão em curso. Assim, partindo-se do pressuposto de que todo discurso é construção, trabalho, filiação a formações discursivas, o dicionário pode ser entendido como produto de práticas de leitura (NUNES, 2002 In NUNES & PETTER, 2002). Essas práticas ocorrem cada qual de acordo com as condições de produção envolvidas, ou seja, as conjunturas do Brasil colônia, do Brasil indígena do século XX ou do Timor do século XXI.

A posição dos profissionais (lexicógrafos, gramáticos, filólogos, etc.) que produziram (ou que estão produzindo) esse discurso (o dicionário), no entanto, só pode ser compreendida quando se leva em conta as condições de realização do trabalho na história, como foi dito anteriormente.

Um dicionário é um tipo de texto resultante da leitura de um *corpus* responsável por representar documentos tidos como relevantes à delimitação da nova unidade lingüística imaginária, a língua nacional. Por essa perspectiva, tem-se uma leitura da qual decorrem gestos de escrita que podem se materializar em formas textuais lexicográficas. Concebe-se, dessa forma, a produção do dicionário como um *trabalho de leitura*, como diz Pêcheux (1995, 1988 apud NUNES, 2002 In NUNES & PETTER, 2002).

Observados, ainda que rapidamente alguns dos mais importantes fatores envolvidos na construção de um dicionário enquanto discurso, torna-se relevante também explicitar a diferença entre o discurso do dicionário do discurso cotidiano. Por ser absolutamente arriscado (estaria -- entrando na arriscada ordem do discurso) falar sobre diferenças entre discursos, faz-se a opção

---

<sup>18</sup> Mais observações sobre o conceito de discurso do cotidiano está em 3.1

por falar de uma nuance que dá contraste de um em relação a outro. Trata-se da diferença estabelecida entre discurso atual e discurso vigente feita nesse subitem, que tem a função de apontar para um possível contraste entre aquilo que se cristaliza (literaliza-se como efeito) ao ser arrolado por um compêndio como o dicionário e aquilo que é dinâmico, ativo, o discurso como movimento, afinal, observar o homem falando é estudar o discurso (ORLANDI, 2001a).

Por essa perspectiva, observar o homem falando a partir do dicionário requer gestos de leitura, gestos de interpretação que por vezes envolvem fatores outros relativos, na maioria das vezes, à construção dos saberes lexicográficos e lingüísticos, próprios dessa discursivização.

Colocados os motivos para esse direcionamento que contempla a observação desse tipo de discurso, procede-se então consultando, nos dois tipos de dicionários há pouco citados, o verbete 'humor'. Vale lembrar, no entanto, que nem todas as acepções apresentadas pelos dois compêndios são absolutamente diversas entre si. Algumas delas, ao que tudo indica, são deslocamentos de sentidos produzidos em relação à antigüidade e que tendem a funcionar como idênticas.

As condições de produção dos dicionários de língua portuguesa e língua latina - doravante denominados LP e LL, respectivamente - dos quais foram recortados alguns dos segmentos discursivos assemelham-se em muito poucos aspectos, considerando-se que as condições de produção em AD compreendem, basicamente, os sujeitos, a situação e a memória (que 'aciona' e faz valer as condições de produção). Em um sentido mais amplo, as condições de produção abarcam o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2001a).

Veja-se a seguir um quadro esquemático (*quadro 1*) onde os enunciados foram agrupados de acordo com um critério que tenta separar as diferentes formações discursivas das diferentes épocas e sociedades.

| <i>Quadro 1</i>   | <b>Dicionários de latim</b>  | <b>Dicionários de português</b>   |
|-------------------|--|---|
| <b>Segmento 1</b> | Umidade; lentura; vapor; humor; líquido (de toda espécie: água, vinho, lágrimas, sangue); vinho (baechi humor: líquido de baco)                  | umidade   |
| <b>Segmento 2</b> | Humores do corpo humano; saliva ( <i>humor linguae</i> : líquido da língua); urina ( <i>humor corporis saecatus</i> ou <i>humor proefandus</i> ) | Substância orgânica líquida ou semilíquida; designação comum a certas matérias líquidas existentes no organismo; líquido secretado pelo corpo e que era tido como determinante das condições físicas e mentais do indivíduo; designação comum a |

|                   |  |  |
|-------------------|--|--|
|                   |  | substâncias líquidas existentes no corpo; humor aquoso; humor vítreo; corpo vítreo   |
| <b>Segmento 3</b> |  | disposição de espírito; estado de espírito ou de ânimo; espírito; estado afetivo (ou de irritabilidade, impassibilidade, tristeza); disposição; temperamento |
| <b>Segmento 4</b> |  | capacidade de perceber, apreciar ou expressar o que é cômico ou divertido; faculdade de perceber ou expressar comicidade                                     |
| <b>Segmento 5</b> |  | veia cômica; graça; comicidade em geral; jocosidade; expressão irônica e engenhosamente elaborada da realidade; humor negro                                  |

Os dicionários de LL apresentam discursividades que se caracterizam como discursos da cultura clássica, com uma materialidade lingüística que trabalha a relação de tradução (ora monolingüe, ora bilingüe), trazendo as possibilidades sinonímicas para o âmbito da cultura clássica como na discursividade *humor Baechi* (líquido de Baco) - este mais relacionado a uma discursividade mítica da antigüidade. Apresentam também sentidos um tanto genéricos e pouco delimitados como “líquido de toda espécie” - ainda que, no entanto, restrinja o “toda espécie” a alguns tipos que entrariam em relação com enunciados do **segmento 2** ao enumerar água, vinho, sangue, etc. (afinal, se é de “toda espécie” não se justifica na atual conjuntura tal especificação).

Em contrapartida, há um outro deslocamento de sentidos no **segmento 1** do dicionário de LP em relação ao de LL. O que nesse segmento pode se discursivizar nas quatro palavras arroladas (umidade, lentura, vapor, humor), cada qual funcionando diferentemente nas diversas condições de exercício definidas pelas formações discursivas, é utilizado em apenas um enunciado no discurso do dicionário de LP: “umidade”. Esse enunciado parece já estar sendo interpretado na atual conjuntura com os deslocamentos que sofreu e que lhe permite funcionar como um sentido geral - mas sem quaisquer especificações - transcendendo as possibilidades significativas do LL para o **segmento 1**.

Talvez pudesse parecer uma simplificação. Discursivamente falando trata-se novamente de um deslocamento de sentidos em que “umidade, lentura, vapor e humor” possam ter passado a funcionar nos discursos de modo idêntico e, em determinado momento, não havendo mais tantas nuances significativas por aqueles que as empregavam, ocorreu o silenciamento de algumas (lentura, vapor e humor), que passaram a ser representadas por “umidade” no discurso do dicionário de LP.

No **segmento 2**, o LL apresenta uma discursividade que fala de uma perspectiva mais próxima de uma certa cientificidade, representando apenas os líquidos presentes nos organismos vivos, em especial, nos humanos (saliva, urina). O LP, da mesma forma, fala de uma perspectiva científica, porém, com termos próprios de uma época em que já se sabe mais sobre o corpo humano (substância orgânica líquida ou semilíquida; designação comum a certas matérias líquidas existentes no organismo; humor aquoso; humor vítreo; corpo vítreo). Temos, portanto, acréscimos no dicionário de LP que não existem no dicionário de LL.

O de LP anuncia uma certa organização, um certo critério em relação aos tipos de líquidos, traz uma visão eminentemente mais organicista. Além disso, os enunciados dos dicionários de LP falam da perspectiva de um discurso biológico, marcado lingüisticamente pela estrutura *que x* (estrutura que liga um referente à sua denominação por um pronome relativo).

Interessante ainda observar que entre o primeiro sentido do dicionário de LP e o segundo há um deslocamento temporal: “*que era*”, ao mesmo tempo que apresenta o sentido antigo, o anula (e/ou apaga) discursivamente colocando-o como um sentido do passado.

Outra diferença são as adjetivações (orgânica, aquoso, transparente, vítreo), que parecem apontar para uma conjuntura socio-histórica diversa daquela em que se acreditava serem apenas quatro os humores os responsáveis pelo comportamento do indivíduo. É possível detectar discursividades de uma conjuntura socio-histórica na qual há predominância de uma linguagem mais técnica, própria de uma época em que as várias áreas da ciência já estão mais avançadas e organizadas, por assim dizer.

Isso se observa pelo fato de que no LL não há indicações do tipo fisiol. (fisiologia), anat. (anatomia), med. (medicina), hist. med. (história medieval), abreviações próprias de dicionários de língua portuguesa que legitimam um saber lingüístico e um saber lexicográfico de uma época bem mais contemporânea. No dicionário de LL há apenas indicações que estabelecem uma certa divisão entre um sentido mais cristalizado e outro que sofreu certo deslocamento em função das significações que recebeu à medida que eram discursivizados pelos escritores da época.

A seqüência em que as acepções são arroladas no interior de cada entrada no dicionário de LL – regra que parece servir também para os de LP – não são aleatórias. Elas dizem respeito a

isso que está sendo colocado: primeiro o sentido mais cristalizado, “literal” e depois os sentidos que se constituem de deslocamentos<sup>19</sup>.

As diferenças, no entanto, não se limitam apenas aos sentidos no **segmento 1** e no **segmento 2**. Os sentidos do **segmento 3** sequer estão presentes no de LL. Aqui, embora o de LP traga sentidos cuja matriz<sup>20</sup> parece estar nos segmentos **1** e **2** – já não se fala em qualquer tipo de líquido ou líquido de qualquer organismo vivo, mas líquidos dos homens, dos seres humanos – o de LP novamente aponta para sentidos utilizados em uma outra conjuntura, em que outras condições de produção estão envolvidas como falado há pouco.

Note-se que já se está verificando o que se chamou de ‘acepções extras’, ou seja, aquelas que não estão presentes nos dicionários latinos.

O humor passa de propriedade do corpo humano (LL) para propriedade física e mental do indivíduo – aqui o corpo ganha um sujeito que o possui. Esse sujeito, no entanto, aparece aqui individualmente, ou seja, não é coletivo nem social.

Lembre-se novamente que isso ocorre em função do chamado avanço tecnológico (e reorganização) das variadas áreas de conhecimento científico uma vez que o “eu” significa de modo bastante diverso na conjuntura atual, momento em que as várias ideologias que estão por trás das instituições hoje existentes interpelam os sujeitos diferentemente de épocas passadas.

Importante lembrar que o *quadro 1* e sua breve análise não busca apresentar equivalências, o que faria com que o analista incorresse no erro do conteudismo. O que existem são deslocamentos de sentidos nas várias discursividades de diferentes épocas e disposições sociais.

No **segmento 3** o humor significa da perspectiva de um sujeito emocional/psicológico - e em um sentido tido como mais abrangente, o humor representa o próprio estado de espírito de um indivíduo.

No **segmento 4** ele significa da perspectiva de um sujeito cogniscente ou epistêmico em sua relação com o fenômeno humor - em um sentido tido como mais específico o humor representa a capacidade de entender e rir de algo considerado humorístico.

---

<sup>19</sup> Conferir o anexo A, item 8.

<sup>20</sup> Aqui há referência ao conceito de matriz definido por Pêcheux (1995).



No **segmento 5** o humor significa da perspectiva de sua existência autônoma, logo, independente do sujeito tal como está no **segmento 4**, em um sentido tido como mais geral, ou seja, representando diretamente a alegria, o riso e a diversão.

Os enunciados do **segmento 3** podem ser um discurso cuja *matriz* discursiva parece estar nos discursos do **segmento 2**. Dessa forma, parece ser adequado dizer que de “líquido secretado pelo corpo e que era tido como determinante das condições físicas e mentais do indivíduo” para “disposição de espírito, estado afetivo, estado de espírito ou de ânimo, disposição, temperamento” (**segmento 3**) houve um deslocamento de sentidos que eram próprios de uma conjuntura sócio-histórica para outra.

Esse deslocamento de sentido é especialmente interessante a essa pesquisa. É provável que seja possível detectar nesses dois segmentos (**2 e 3**) uma certa regularidade discursiva que se faz presente também nos discursos em circulação da atual conjuntura.

Em outras palavras, ainda que no dicionário de LL estejam inscritos na região do não-formulado, os sentidos para humor enquanto determinante da condição do indivíduo (**segmento 2**), eles parecem significar em função de ser a única possibilidade através da qual os sentidos encontrados no dicionário de LP poderiam encontrar sua matriz de sentidos:

humores do corpo > humores responsáveis pela condição física e mental > estado de espírito

Isso está ocorrendo aqui quase nos mesmos moldes verificados em uma das partes da análise do **segmento 1**, ou seja, está envolvida uma reorganização das variadas áreas de conhecimento científico que configura um novo modo de discursivizar o tema – de “umidade, lentura, vapor, humor” para “umidade”.

Dessa forma, pode-se dizer que tanto em um como em outro (segmentos **2 e 3**), estão presentes ainda discursos sobre as propriedades físicas e mentais do indivíduo, lembrando sempre que isso não implica dizer que significam do mesmo modo.

No **segmento 4**, acrescenta-se a dimensão psicológica do humor e o humor passa a ser não só estado do indivíduo (propriedades físicas e mentais) em sua dimensão interna – “disposição de espírito, estado afetivo”- mas um certo aspecto cognitivo, uma competência perceptiva em sua dimensão externa – “capacidade de perceber, apreciar ou expressar o que é cômico ou divertido, expressão irônica e engenhosamente elaborada da realidade”. O indivíduo

agora não só sente (o corpo tem um sujeito que o possui), mas percebe, avalia, interage e produz humor.

Em uma rápida e superficial analogia, essa acepção transcende em muito o que reza o estruturalismo a respeito do indivíduo assimilar a língua (social) passivamente, momento em que a interação com a língua fica em segundo plano.

Na verdade, esse deslocamento do sentir para o perceber e produzir o humor parece dar ao indivíduo uma qualidade que caminha para uma direção parecida com aquela que é dada ao sujeito pela AD. Lá, o sujeito, ao significar, significa a si próprio. Daí poder-se dizer em AD que sujeito e sentido constituem-se ao mesmo tempo (ORLANDI, 2002).

Por fim, o **segmento 5**, não parece mais dizer respeito ao indivíduo, seja em termos de dimensão interna ou externa, mas a um certo fenômeno discursivo - ou ao próprio fenômeno discursivo em si, o humor. Esse significado para humor pode ser encontrado em utilização por vários teóricos que versam sobre o humor e o riso e, não raro, manifesta-se também nos discursos em circulação<sup>21</sup>.

Pontue-se que apesar de os dicionários aspirarem a uma neutralidade ideológica pelo fato de sua representação dar aos interlocutores a ilusão de uma língua (imaginária) homogênea, perfeita, completa, sem falhas, não se pode prescindir do fato de que ele é um tipo de discurso e todo discurso é ideológico. Muito da ideologia positivista que constituiu os processos de construção dos saberes a serem legitimados no final do século XIX no Brasil pode ser percebido ainda hoje nas gramáticas e dicionários, como pode ser visto em 4.1 e 5.1.

Não se deve esquecer, no entanto, que todos os indícios do texto que faz parte do discurso podem ser objeto de análise dependendo do critério que se estabelece para trabalhar a problemática e a hipótese, afinal, eles também significam. Desse modo, tudo, desde a pontuação (aspas, ponto, ponto e vírgula, vírgula, dois pontos, hífen, etc.), os recursos de grifo (sublinhado, negrito, itálico), os recursos formais (maiúsculas, minúsculas), a disposição da mancha de texto, e até os silenciamentos, o não-formulado também podem se tornar objeto de análise - eles significam (ORLANDI, 2002).

Aqui, no entanto, escolheu-se por não analisar a todos em função do modo como o recorte está sendo feito. Desse maneira, os recortes dos segmentos não dizem respeito a uma transcrição

---

<sup>21</sup> Conferir as análises dos discursos em circulação nos capítulos 2 e 5.

*ipsis litteris*, mas ao que é considerado suficiente para a análise tal como foi idealizada no dispositivo analítico.

Por essa perspectiva, o que se tem em vista aqui é sempre o discurso, tal como se apresenta textualizado (ORLANDI, 2001b) e não uma oração, uma frase, uma expressão, etc. Talvez, para o analista, não fossem necessários sequer extrair exemplos dos quatro dicionários, mas de dois, ou até mesmo de um. Bastaria que o *corpus* constituísse um discurso sobre o humor.

Supõe-se que os sentidos aqui chamados provisoriamente (e arbitrariamente) de ‘acepções extras’, identifiquem-se com ideologias que também são próprias das construções discursivas do século XX e desse começo do século XXI e isso é verificado quando se analisa a outra parte do *corpus* (vide 2.4).

O que se pode adiantar a partir de já é que a palavra humor, nestes dois séculos, foi interpretada a partir de formações discursivas diversas ou, especificamente falando, a partir de algumas poucas formações discursivas: a que representa a discursividade da cultura clássica (determinada pelas coerções da sociedade da época), outra do científico (biológico, fisiológico, etc.), outra que considera o corpo como propriedade de um sujeito, e uma outra que verifica certa autonomia ao humor enquanto fenômeno (que poderíamos também categorizá-lo como discurso científico positivista). O *quadro 1*, que direcionou as análises realizadas nesse subitem, já havia permitido, de certa forma, visualizar o modo como os segmentos se distribuem nessas formações discursivas que, como quaisquer outras formações discursivas, não possuem forma nem limites absolutos.

Discursivamente, já é possível também dizer, considerando que o discurso é forma e conteúdo ao mesmo tempo, que os sentidos aí produzidos não são os mesmos (ORLANDI, 2001a). Além disso, as palavras significam de acordo com o lugar que ocupa aquele que as emprega e, desse, tudo isso deve ser levado em conta quando se analisa o discurso. A análise do *corpus* que está se constituindo ao longo desse trabalho trará mais luz a isso que ora se discute.

### 2.3 O MITO NO DISCURSO E A PALAVRA HUMOR

Os mitos sobre o humor que constituem o recorte analítico desse trabalho não têm a mesma natureza dos mitos tais como são tratados pela filosofia. Não foi necessário, portanto, um trabalho de verticalização em termos filosóficos sobre o que seja mito.

No capítulo 3, foi tecido um comentário a respeito da não necessidade do aprofundamento teórico que prezasse pela exaustividade quando se tratou da relação entre humor e riso sob a especificidade da conjunção ou disjunção. Foi necessário proceder dessa forma tendo em vista que o objetivo desse trabalho não é o de contrastar metodologicamente esses dois fenômenos, mas observá-los de modo cuidadoso para que não se incorresse em eventuais e dispensáveis confusões terminológicas. Dessa forma, verificou-se que era mister apenas expor algumas características principais e apresentar pareceres de determinados teóricos a respeito da relação entre esses dois fenômenos.

Nesse subitem, do mesmo modo, serão feitas algumas colocações essenciais à delimitação do termo mito entre os brasileiros, ou melhor dizendo, nos discursos presentes nessa conjuntura sócio-histórica. Para tanto, serão inevitáveis as consultas a alguns autores que tratem do mito sob uma vertente eminentemente filosófica. O que aqui será colocado sobre esse fenômeno, porém, pode não ser referência para o pesquisador que pretende entender a fundo a natureza do mito sob essa vertente teórica. Como já se sabe da complexidade que envolve a concepção de mito, fato alertado ao final do subitem 5.3, tudo o que foi aqui explorado a seu respeito apenas atenderá aos objetivos do trabalho.

A prática de mobilizar conceitos e construir dispositivos analíticos (ORLANDI, 2001a) como foi feito desde o início do trabalho será mantida, pois só assim se pode proceder com a AD quando estão em jogo outros “continentes científicos” (PECHÊUX, 1990) que não conversem diretamente com, pelo menos, uma das três grandes pilastras básicas da AD, a saber, o marxismo, a psicanálise e a lingüística.

Uma mobilização de conceitos que venham ao encontro da abordagem mítica trará certamente um universo gigantesco, repleto de teorias e autores, que nem sempre abordam o assunto de modo parecido.

De uma forma ou de outra, os mitos estão sempre presentes e indissociáveis do homem. Parece não haver meio do homem coexistir num grupo sem ser interpelado em sujeito por ideologias que tratem de assuntos que se caracterizem como mitos.

O fato de existir uma sociedade moderna que não mais acredita nos mitos de determinada etnia não implica na sua descrença total em qualquer tipo de mito. Segundo Moura (1988, In MORAIS, 1988), o homem e o mito são inseparáveis, “o basicamente humano se funda, seja agora como outrora, todo ele no mito” (p. 49).

O mito é mito e continua sendo mito à medida que os conhecimentos sobre o mundo se mantêm imóveis, estáticos. Sempre que uma sociedade desenvolve uma determinada tecnologia que permite a ela uma nova compreensão daquilo que a cerca e que lhe é vital, (CAMPBELL, 1990), um mito é suprimido para dar lugar a um novo.

Ao estudarmos sobre a Idade Média, vários desses fenômenos podem ser observados a partir dessa ótica. Entre muitos deles pode se citar os mitos sobre terríveis e gigantescos monstros nas águas do sul do Atlântico, sobre a Terra ser chata (ou quadrada), sobre o nosso planeta ser o centro do universo, sobre o fim do mar onde as embarcações cairiam num infinito desconhecido e perderiam-se por toda a eternidade, etc. Esses temas, a propósito, já foram amiúde explorados pelo cinema e televisão justamente por serem risíveis. Note-se que, a partir do momento em que a ciência deu explicações e demonstrou não procederem os valores representados por essas imagens e simbologias, muitas sociedades tiveram a necessidade de reformular sua mitologia, afinal, a essência humana, como já foi dito, funda-se no mito.

Atualmente, as dimensões míticas sobre o espaço físico ampliaram-se em medidas astronômicas. Se há quinhentos anos pensava-se não ser possível ir aos mares do sul em função das crenças há pouco citadas (monstros, fim do mar, etc.), hoje pensa-se que não seja possível atingir o cinturão de Kúiper, limite abstrato estabelecido ao sistema solar por alguns astrônomos mais contemporâneos, pertencentes à era dos telescópios espaciais como o Hubble.

A partir disso, faça-se uma projeção hipotética para um futuro não muito distante. Dominando algumas outras formas de energia mais eficientes e podendo viajar à velocidade da luz dentro de um século, o homem possivelmente acharia risíveis as afirmações que seus antepassados fizeram sobre aquilo que se conhecia sobre limites do universo no início do século XXI.

Visto desse modo, os mitos nos quais os homens acreditam podem realmente ser convidados a sair de cena quando há intervenção científica. A adaptação de um mito para uma nova conjuntura social e momento histórico diverso pode ser vista como uma transformação previsível a esse fenômeno para quem o toma como algo dinâmico, que se mantém no imaginário popular, ainda que em constante mutação.

Guardadas as devidas especificidades de uma teoria ou outra, assim é o mito: presente, necessário e coerente às disposições sócio-histórico-culturais.

Dessas características relacionadas sobre o mito até o presente momento, uma interessa especialmente a esse trabalho: de ter uma relação muito íntima com as disposições sociais e históricas.

A partir do momento em que se reconhece essa característica, muitas especulações discursivas podem ser feitas sobre sua natureza. O mito (seja ele qual for) deve, em grande parte, sua existência ao código falado pelo respectivo povo (nação, país, etc.), afinal, se não pudesse ser representado e explicado pelo código sua natureza possivelmente seria outra. Se há um código social, há dizeres e, se há dizeres há ideologia. Como não se pensa em ideologia sem discurso, o mito então deve, em grande parte, sua existência aos discursos que o mantêm, que o significam a partir de determinadas formações discursivas.

Colocado dessa forma, não interessa aqui *o que* significa o mito mas *como* ele significa nos discursos. Do mesmo modo, não interessa, em princípio, um ou outro mito em especial mas, *de quando* ele é. Importante lembrar que o que se espera de um analista do discurso é exatamente isso. Não interessará a ele se algo está certo ou não. Também não é de grande interesse a ele o que significa tal discurso mas, *como* ele significa e, ainda que não tenha em vista necessariamente esse ou aquele discurso, o momento histórico e a disposição social a qual determinado discurso pertence é absolutamente relevante quando a escolha se define.

Torna-se, desse modo, mais importante a esse trabalho a concretude histórica e os mecanismos discursivos pelos quais um mito funcionam, o que implica considerar como ele significa nas discursividades sobre o humor. Considerando-se que o homem tem sempre perto de si mitos, independente da época ou a cultura envolvidas, sempre haverá mitos significando.

Mas há mitos e mitos.

Um mito indígena sobre a origem da mandioca evidentemente não conquistaria novos seguidores entre os alunos de uma universidade em nossa conjuntura. Para os membros da

academia (dada a atual organização das disciplinas contemporâneas) é absolutamente impossível que a mandioca brote dos restos mortais de um ser humano, como representa a maioria das versões desse mito.

Entre outros brasileiros não pertencentes ao meio acadêmico talvez isso também não seja possível. Os sentidos mobilizados pelos sujeitos desse outro grupo (não acadêmico) possivelmente também apontariam para essa direção, afinal, é até difícil de imaginar que alguém no século XXI, além de algum membro de determinada comunidade tradicionalmente indígena, possa achar isso verossímil.

Assim, parece bastar que, por meio de demonstrações e experiências, alguém de fora da comunidade prove aos crédulos que a mandioca pertence a uma determinada família de vegetais que passou um processo de evolução ao longo de milhares de anos como tantas outras plantas para que o mito comece a significar de modo diverso. Os mais velhos possivelmente mostrariam-se céticos e talvez até ririam. Os mais novos veriam, nas novas ideologias veiculadas pelos estrangeiros, outras possibilidades de interpretação. Haveria aqui uma migração do discurso autoritário - estritamente parafrástico - para o polêmico - equilíbrio entre paráfrase e polissemia (ORLANDI, 2001a; 2001b).

Essa simulação que expõe um caráter interventivo de uma cultura sobre outra soa, de alguma forma, interessante. Talvez seja por isso que alguns filósofos admitam que a observação científica pode destruir um mito, tendo em vista que os membros da sociedade na qual ele existe não costumam questionar sobre a verossimilhança daquilo que a eles é ensinado.

Contudo, há outros tipos de mitos. Não são mitos que envolvem antigos povos e antigas culturas que não se ‘modernizaram’, mas mitos que parecem sempre estar relacionados com elementos mais contemporâneos. Há o mito de que o televisor ligado atrai ainda mais raios em um dia tempestuoso. Há aquele de que não se pode ir para o chuveiro depois que se come. Há tantos outros que não poderiam ser aqui relacionados sem que esse trabalho não se tornasse um ensaio de um dicionário de mitos da cultura brasileira contemporânea – e o objetivo não é esse.

Veja-se que esses fatos que são chamados de mitos parecem ter especificidades. A possibilidade de existência dessas especificidades talvez esteja no modo *como* a palavra mito funciona nos discursos dos brasileiros.

O mito, como foi dito, mantém-se pelo discurso. Não fossem os indivíduos interpelados em sujeitos pelas ideologias que versam sobre o mito, ficaria difícil imaginar *como* ele funcionaria.

Tanto o mito da mandioca como o do chuveiro, funcionam respectivamente em suas próprias conjunturas sociais e momentos históricos. Assim, independe do fato de um grupo estar mais próximo da tecnologia atual que outro, afinal, para ambos os grupos podem ser verificadas a presença das respectivas formações discursivas que delimitam os discursos.

Portanto, sob a ótica da AD, há mais semelhanças de funcionamento entre essas crenças do que propriamente diferenças. Por isso fala-se aqui em especificidades.

Sobre essas especificidades, porém, algumas delimitações precisam ser feitas. Dependendo da posição social em que se encontra o sujeito que fala sobre o mito ou que, simplesmente coloca o termo em funcionamento em determinada manifestação discursiva, tem-se significados que podem apontar tanto para algo sagrado e inquestionável como para um conjunto de *equivocos* (PÊCHEUX, 1995; ORLANDI, 1996, 2001a) sobre algum tema.

Uma abordagem mais filosófica do que se fala talvez caiba aqui. Segundo Cesar (1988, In MORAIS, 1988), “um exame da palavra mito revela, de imediato, que esta é empregada de modo ambíguo na linguagem contemporânea. Assim, poderemos assinalar a existência de uma dupla valorização, negativa e positiva do termo” (p. 37).

Quando se diz que um notável e reconhecido artista é um mito, é porque provavelmente ele constitui um símbolo que representa determinados valores em uma conjuntura sócio-histórica. São os mitos com valorização positiva. Porém, quando se diz que um dizer é um mito, é porque provavelmente ele constitui um símbolo que representa determinados valores que não procedem em uma conjuntura sócio-histórica. São os mitos com valorização negativa. Esses são facilmente identificados nos discursos contemporâneos quando algum sujeito enuncia algo como por exemplo “isso é besteira”, “isso é tolice” ou mesmo “isso é mito”.

O primeiro sentido, que segundo Cesar (*ibidem*) teria valorização positiva, parece remeter-se aos antigos mitos sagrados (ou não) que há muito tempo existem nas formações discursivas de determinados povos e que continuam significando entre os membros dessas sociedades ou tribos.

O segundo sentido que de acordo com Cesar (*ibidem*) teria valorização negativa, parece dizer respeito os mitos de que o vídeo game danifica o televisor, de que não se pode servir pinga gelada ao ébrio, de que não se pode tomar leite e comer manga, de que cachorro que gane ao ser



suspensão pela pele do pescoço não é de raça, que não se pode sair com o carro (motor) frio, de que abrir guarda chuvas dentro de casa atrai descargas atmosféricas, de que o humor é apreciado, facilmente entendido e está presente no texto sempre com a função principal de promover o riso, entre outras milhares de interessantíssimas discursividades que aí estão e que significam na conjuntura atual - os discursos em circulação.

O mitos que interessam aqui, portanto, são aqueles que possuem, dentro da proposta de Cesar (ibidem), a especificidade das valorações negativas, não porque importe ao analista as medidas ou parâmetros dessa valoração, mas porque ela serve para ajudar a mapear e detectar as especificidades dos mitos tal como se apresentam em nossa conjuntura. À medida que se fala, portanto, em valores positivos e negativos relacionados a sentidos que foram mobilizados em determinados discursos, não se está fazendo juízo de valor mas, tão somente, um paralelo entre os termos que aparecem em funcionamento no *corpus* pelos respectivos sujeitos discursivos.

O recorte previsto nesse trabalho, portanto, seleciona a segunda opção como foco da discussão nesse subitem, ou seja, quando se fala aqui em mitos sobre o humor, está-se apontando para sentidos em que se manifesta o equívoco.

As observações feitas até o momento parecem sugerir algo bastante interessante. Há vários elementos especialmente valiosos ao analista de discurso que são comuns aos conceitos de formação discursiva, SC e mito: os três fenômenos concentram ideologias, dependem de sujeitos que sejam interpelados por elas e estão numa relação muito íntima com as implicações sócio-históricas<sup>22</sup>.

Relacionadas essas três identidades, verifica-se que, assim como formação discursiva e SC são analisados e explicados tendo em vista o momento histórico e a disposição social, não há mito que possa ser abordado sem o seu devido posicionamento na história e na sociedade. Em outras palavras, não há como ser compreendido fora de um certo contexto histórico e social. O mito, portanto, é interpretado no interior de uma formação discursiva. Dessa forma, pode-se ter a formação discursiva do mito.

---

<sup>22</sup> Especificamente sobre formações discursivas e formação discursiva do senso comum vários aspectos foram tratados em 4.2 e 4.3.

## 2.4 A PALAVRA HUMOR NO DISCURSO ATUAL

Os deslocamentos parecem ser inevitáveis. O discurso, sempre em curso, em movimento, e que é o lugar onde podem ser observados esses deslocamentos, complementa a afirmação. Os mitos, que como se vê são interpretados a partir de formações discursivas, também estão à mercê das particularidades do discurso.

Para a antiquíssima palavra humor não é diferente. Os sentidos que ela adquire dependem da posição que ocupam aqueles que a empregam e às conjunturas e momentos históricos envolvidos. Pouco importa a grafia - se ela ainda é escrita com ‘agá’ como na Roma antiga. O que importa são os deslocamentos de sentido que ela sofreu de lá para cá. Também não está em discussão se ainda hoje a seqüência fonética da palavra humor é parecida com aquela da Idade Média. Certas semelhanças, certas homogeneidades da língua podem se constituir em ilusões quando se trata do discurso.

Tome uma palavra latina como *poeta*, tão antiga quanto humor. Note-se que na sua materialidade, na ordem do simbólico, além de continuar sendo escrita (e talvez até pronunciada) em português do Brasil de forma muito similar a dos antigos romanos, ainda significa nos discursos atuais algo bastante próximo do que significava há mais de vinte séculos: profissão (*ars*). No entanto, essa homogeneidade, essa surpreendente universalidade nada mais é do que uma ilusão criada pelo conjunto de metodologias que configuram os instrumentos lingüísticos (dicionários e gramáticas mormente). O poeta, na antigüidade, era uma profissão exclusivamente masculina assim como tantas outras – *vestifex, sutor, pistor, nauta, auriga, orator*, etc. - que existiram naquela sociedade patriarcal. Aliás, a mulher entre os antigos romanos não poderia ter profissão (*ars*). No século XXI, mesmo que ainda predomine um certo patriarcalismo, poeta pode significar tanto o profissional homem como mulher. Daí a palavra discursivizar-se tanto como “o poeta” quanto como “a poeta”.

Isso, porém, representaria apenas o início de uma análise (superficial). Note-se que apenas um dos vários aspectos da historicidade dessa palavra está em pauta. O exemplo talvez sirva para ilustrar o deslocamento de sentidos ao longo de séculos, assim como é o caso da palavra humor, da qual está sendo feita uma análise detalhada ao longo desse trabalho.

Veja-se a seguinte narrativa fictícia denominada *Humores*<sup>23</sup>:

Rabelais, ao término do expediente, dirige-se ao restaurante para tomar uns humores com os amigos, como toda sexta à tarde. Estando pouco gelado o humor da marca apreciada, tomaram o que tinha à disposição. O cheiro da comida deixava todos de humor na boca e de tão faminto, Rabelais feriu o dedo ao cortar seu filé. Estancou rapidamente o humor com um lenço de papel e, como já havia tomado muito, foi ao banheiro fazer humor. Ao retornar, notou humores no rosto de sua noiva, triste por vê-lo tão ébrio.

A função do texto *Humores* aqui não é a de fazer humor (no sentido do senso comum, como potencialmente capaz de promover risos e sorrisos). Também não se quer insinuar com essa simulação narrativa que os gregos ou os romanos chamavam de humor todos os líquidos que viam, afinal, seria uma simplificação muito grosseira. O discurso acima apenas ilustra o fato de essa acepção não mais ser usada na atualidade para umidade ou para soluções fluidas, sejam elas quais forem – salvo para algumas poucas áreas da ciência como se verá nesse mesmo item mais adiante. A substituição do que seriam respectivamente as palavras “cerveja, saliva, sangue, urina e lágrimas” por humor retoma a acepção do dicionário de LL no sentido chamado ‘clássico’ (*quadro 1*) do subitem 2.2 em que, humor representa todos os tipos de líquidos, naturais ou artificiais.

O recurso utilizado no texto *Humores* – de se utilizar de palavras tidas como desusadas ou esdrúxulas em construções discursivas atuais - é bastante presente nas peças publicitárias. Por meio dele tenta-se convencer um consumidor a comprar um produto que se pretende mais moderno que outro, já fora de linha, mas em uso por muitas pessoas. Por vezes, os interlocutores são colocados em uma situação discursiva em que os sentidos mobilizados parecem absurdos em relação aos que vigoram nos discursos contemporâneos para forçar a idéia (segundo as propostas colocadas pelos idealizadores) de que é retrógrado o indivíduo que ainda não entrou na moda<sup>24</sup>. Nesse caso, como em *Humores*, trata-se tão somente de uma simulação, afinal, não é possível prever os efeitos dos discursos ou controlar os sentidos de modo a dar precisão aos resultados que

---

<sup>23</sup> O texto *Humores* é uma criação do próprio analista e constitui, com outros textos presentes no trabalho, os discursos em circulação que são parte do *corpus*, tal como explicitado na Introdução.

se pretende. Daí, talvez, o ‘fracasso’ de algumas peças publicitárias que funcionam com base nesse recurso – e quem sabe, o fracasso também do analista ao tentar mobilizar sentidos sobre os quais não tem absoluto controle como ocorre com qualquer sujeito discursivo.

De qualquer forma, *Humores* parece servir aos objetivos meramente ilustrativos. O humor dificilmente significa ‘líquido’ nos discursos vigentes. A acepção tida como ‘clássica’ que, como se viu, está relacionada nos dois dicionários comparados, sequer é mobilizada nos dias atuais. Dessa forma, essa acepção manterá a característica de referência durante a pesquisa, uma vez que é mais rara no *corpus* aqui presente.

Interessante, no entanto, é pontuar brevemente, a título de esclarecimento, que essa acepção pouco usual ocorre em alguns discursos da área de biologia ou fisiologia. Em outros casos ainda mais esporádicos, em construções poéticas com função estilística.

Considere-se sobre isso algo que já foi colocado quando da análise das entradas dos dicionários no subitem 2.2. Lá, falou-se rapidamente sobre os efeitos que os avanços e descobertas das mais variadas áreas da ciência podem ter produzido nos discursos dos dicionários. Esse avanço, ou essa reorganização das disciplinas tem relações muito estreitas com as proposições que são formuladas no interior das disciplinas quando de sua organização.

É bem provável que em algum momento da história em nossa sociedade, determinadas proposições (FOUCAULT, 1996, 2000) tenham sido formuladas no interior de disciplinas como biologia, fisiologia, anatomia ou mesmo estilística, desencadeando um processo que culminou nos sentidos para humor hoje existentes.

Essas novas proposições disciplinares passaram a existir e a significar entre os sujeitos de modo que um determinado sentido para humor fosse selecionado e outros excluídos. O sentido de humor deslocou-se de modos diversos nas diferentes disciplinas e passou a significar diferentemente em fisiologia, em biologia, estilística. Da mesma forma, um determinado sentido para humor foi selecionado no interior de formações discursivas próprias das áreas do cinema e da televisão ao mesmo tempo em que outros foram silenciados<sup>25</sup>.

Pode-se dizer, talvez, que houve uma migração de sentidos de um domínio a outro do conhecimento, num processo de especialização dos saberes. A organização das disciplinas, um

---

<sup>24</sup> Entre uma infinidade de exemplos pode-se citar as peças publicitárias do ‘tiozinho da Sukita’ (década de noventa) com seu ‘chuchu beleza’ e a da concessionária de telefones móveis *Oi* (2005) cujo personagem pronuncia um sonoro ‘pô, bicho’.

<sup>25</sup> A respeito deste conceito ver Orlandi (1999).

dos procedimentos de rarefação do discurso, denominado por Foucault como o segundo grupo de procedimentos de exclusão prevê que “uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições” (FOUCAULT, 1996, p. 30).

Assim, o que interessará daqui em diante serão os sentidos que em 2.2 foram denominados ‘acepções extras’, pelo fato de estarem presentes nas formações discursivas dominantes na sociedade de nossa época. As ‘acepções extras’, ou seja, a tematização da alegria (riso, diversão), da capacidade de entender e rir de algo considerado humorístico e o estado de espírito manifestam-se nos discursos atuais com muito maior freqüência.

É necessário, dessa forma, iniciar um processo de balizamento para que se possa ter um panorama mais preciso de qual dessas acepções são mais usuais no interior daquilo que se diz e é permitido dizer numa determinada sociedade de determinada época, ou seja, no interior da maioria das formações discursivas entre sujeitos brasileiros. O termo balizamento aqui é o que parece mais adequado tendo em vista que não se pode erigir muros separando terrenos que ora se mesclam, ora se sobrepõem<sup>26</sup>.

Importante lembrar que tudo o que envolve uma formação discursiva, ou seja, aquilo que pode e deve ser dito num grupo de determinada época, implica antes em uma posição e uma conjuntura previamente dadas, ao que se chama de formação ideológica (PÊCHEUX, 1995).

Como nesse trabalho estão delimitados o país (Brasil) e o tema discursivo (humor), como foi proposto na introdução (item 1), algumas constatações podem ser feitas quando se tem em mãos algumas definições sobre humor. Os sujeitos discursivos responsáveis por esses discursos, ainda que diversos entre si, parecem estar atravessados pelas mesmas ideologias em sua maioria. Essas ideologias pertencem a determinadas formações discursivas que, como foi dito há pouco, definem o que pode e deve ser dito em determinada organização social de determinado momento do tempo.

Procedendo com o balizamento proposto, vê-se que muitas formações discursivas sobre humor presentes em muitas das diferentes esferas sociais parecem desconsiderar a existência da dicotomia bom humor/mau humor. Os sujeitos, como foi dito, atribuem ao humor, na grande maioria da vezes, os sentidos de alegria, riso, diversão. São relativamente poucas as formações

---

<sup>26</sup> A mescla, a sobreposição parece ser uma característica do funcionamento entre as formações discursivas (vide 4.2 e 4.3)

discursivas que interpretam o humor como um fenômeno potencialmente capaz de ser bom e também ruim. Aparentemente, o mau humor quase sempre é prescindido em termos de possibilidade. Ele não se materializa em texto, aparecendo em algumas formações discursivas. É um sentido que não é interpretado por algumas delas.

Mesmo os dicionários de língua portuguesa do Brasil tocam muito de leve nesse ponto. No recorte dos discursos dos dicionários em 2.2, existe apenas uma menção: o ‘estado de espírito’. Sabe-se que o estado de espírito pode se manifestar em valores dicotômicos ou mesmo, opostos. Essa distinção, no entanto, é bastante rara nas manifestações discursivas entre os sujeitos quando a expressão ‘estado de espírito’ funciona em conjunto com humor em uma construção discursiva.

Verifique-se a seqüência discursiva<sup>27</sup> (doravante SD) 02:

“Humor pra mim é um estado de espírito; é estar alegre, feliz, contar piadas, fatos engraçados, é fazer a pessoa que está ao seu lado rir e sentir-se feliz depois de falar com você.”

O sujeito discursivo responsável por esse texto mobilizou em seu discurso apenas uma das faces, ou melhor, um dos dizeres possíveis em nossa conjuntura sócio-histórica para o ‘humor’. Assim, pode-se dizer que no presente discurso foi selecionado um sentido (tido como ‘positivo’) e outros (entre eles, por exemplo, o que seria o correspondente ‘negativo’) foram excluídos. O que importa aqui não é o fato de esse sujeito possuir ou não em sua memória discursiva todos os outros sentidos possíveis para humor. Importa, é que a partir das condições de produção (algumas delas já foram apresentadas) em que mobilizou tal sentido e, portanto, constituiu-se como sujeito - “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo” – (ORLANDI, 2002), foi interpelado por uma ideologia e produziu o discurso do interior de determinada formação discursiva.

A potencialidade dos outros sentidos nos discursos entre brasileiros<sup>28</sup> pode ser, de certa forma, assegurada em função dos *corpus* que se tem aqui disponíveis (o discurso dos dicionários

<sup>27</sup> A expressão seqüência discursiva, abreviada como SD, foi adotada em todo o trabalho para denominar os discursos coletados com a pergunta ‘o que é humor?’, tal como está explicitado em nota de rodapé no item 1.

<sup>28</sup> O conceito mobilizado para brasileiro aqui está previamente relacionado como questões como ‘o que é ser brasileiro? que imagem se tem dele? ele é alegre, hospitaleiro, festeiro?’ Projeta-se daí uma observação que implica em verificar que forma tem a nossa sociedade e como ela é interpretada. Vários desses aspectos estão discutidos em 2.5 e 4.1.

e os discursos em circulação). Alguns já foram analisados, outros estão em análise nesse item e em momentos oportunos mais alguns serão verificados. Assim, o ‘humor’ no discurso (2) não só está relacionado à alegria, ao riso e à diversão - alguns dos sentidos possíveis, como foi dito - como também a ‘estado de espírito’: “Humor pra mim é um estado de espírito; (...)”. Assim sendo, no processo de produção discursiva não foram apenas selecionados e excluídos sentidos para humor, mas também para ‘estado de espírito’ e, se humor parece significar para ele “um estado de espírito”, então estado de espírito também pode apontar para sentidos como alegria, riso e diversão. Note-se que o humor já significava ‘estado de espírito’ na Grécia antiga, como exposto em 2.1. Lá, porém, havia ao menos quatro variantes: o riso saudável, o riso maldoso do escárnio, a ausência do riso nas lágrimas, o riso forçado.

Uma sobreposição entre a prática e o discurso do humor também está presente. O fenômeno do humor não é apenas um ‘estar’, um ‘ser’ - referentes aos dizeres sobre o humor -, mas um ‘fazer’, um ‘realizar’ - referentes à prática do humor, tal como está verificado no capítulo 3.

Mas há ainda um deslocamento em relação à formação discursiva do dicionário, ou seja, aqui aparece o fato de fazer o outro rir e se sentir feliz: “é fazer a pessoa que está ao seu lado rir e se sentir feliz depois de falar com você”. A questão, então, é o outro, agradar o outro, deixá-lo bem, o que parece estar associado com um certo discurso religioso (amar o próximo, ajudar o próximo) mas, contraditoriamente, com um sentido que, ao migrar para uma forma sociedade que instaura um sujeito de direito<sup>29</sup> (aquele responsável pelo que diz e pela sua interpretação, ele, o dono de si) aparece como onipotente - que difere da onipotência divina, da onipotência de Deus.

Neste confronto é importante observar também que determinados tipos de alegria (e o riso) eram condenados na Idade Média pela igreja - o sujeito-religioso -, pois significava profanação, transgressão<sup>30</sup>.

O sentido mau-humor, no entanto, parece ter se inscrito na região do não-formulável, lembrando que as formações discursivas funcionam não só como princípio de seleção, mas também de exclusão como está em 4.2. O sentido mau-humor, portanto, não está materialmente presente.

---

<sup>29</sup> Sobre a forma-sujeito de direito e a forma-sujeito religioso ver Harouche (1992).

<sup>30</sup> O conceito mobilizado para carnavalização é tal como encontrado em Bakhtin (1987).

Como dito há pouco, são relativamente poucas as formações discursivas que interpretam o humor como um fenômeno potencialmente capaz de ser bom e também ruim. Alguns discursos apresentarão um sentido para essa outra face do humor, porém, não haverá discursividade sobre ele. Em outras palavras, o sujeito parece saber da existência do mau humor, mas não discorre sobre ela. Seja qual for a relação que o humor mantiver com outras coisas para a maioria das discursividades verificadas, o silenciamento, de uma forma ou de outra incidirá sobre essa contraparte do humor. Ao que parece, dos tipos de estado de espírito dos antigos gregos só é permitido mobilizar o sentido referente ao riso saudável, ou seja, aquilo que por eles era considerado como o perfeito equilíbrio entre os humores.

Note-se que, entre brasileiros, quando se fala em programa humorístico, é mínima a possibilidade dos interlocutores cogitarem que esse entretenimento explore as duas faces do humor potencialmente possíveis em ‘estado de espírito’. Logo, um humorista do século XXI, quase sempre tentará em prática somente a parte que diz respeito ao bom humor (que seria para o humorista grego, o perfeito equilíbrio fisiológico). Isso se dá porque o humorista normalmente está inscrito em uma formação discursiva que determina o que alguém assim denominado pode e deve dizer, em outras palavras, “define as condições de exercício da função enunciativa” (ORLANDI, 2001b, p.108).

Não se pode perder de vista, porém, que na sociedade moderna a ironia é uma discursividade importante no discurso humorístico. A ironia dá ao humor uma outra forma, porque o sentido do que seja engraçado, que seja causador do riso, que seja bom humor, movimenta-se, afinal, pode-se rir de desgraças, rir num universo em que a depressão é uma das características do sujeito do mundo moderno (KUPERMANN, 2001 e 2006) - e o modo como o humorista faz isso pode ser problematizado.

A propósito disso, Possenti (2001b) coloca que quase só há piadas sobre temas que são socialmente controversos como sexo, política, racismo, canibalismo, instituições (igrejas, escolas), loucura, morte, desgraças, sofrimento, defeitos físicos, etc. Segundo esse autor, são todos temas relativos a ‘domínios discursivos quentes’, nos quais podem ser identificados elementos ideológicos próprios de determinada conjuntura.

Estendendo, talvez, um pouco mais essa reflexão, Saliba (2002) verifica a possibilidade da representação humorística caracteriza-se



(...) como aquele esforço inaudito de desmascarar o real, de captar o indizível, de surpreender o engano ilusório dos gestos estáveis e de recolher, enfim, as rebarbas das temporalidades que a história, no seu constructo racional, foi deixando para trás. (p.29)

Contudo, não fica anulada com essas colocações a possibilidade da palavra humor apontar para um sentido oposto, que soe como algo que é tido como “negativo” nas manifestações discursivas de alguns sujeitos. Essa relação, ainda que bem menos recorrente, manifesta-se nos discursos quase sempre na forma da expressão ‘mau humor’.

Veja-se a SD01:

“O humor é um dos sentimentos atos verbais ou não verbais criados para servirem de entretenimento para todos os seres humanos, uma pessoa com bom humor está sempre de bem com a vida há também pessoas que se dedicam em fazerem humor para alegrar a vida de outras pessoas”

O humor nesse discurso pode ser potencialmente ‘bom’ ou ‘mau’. Isso pôde ser detectado no enunciado “...uma pessoa com bom humor está sempre de bem com a vida...”. Note-se que, o sentido ‘mau humor’ foi mobilizado mesmo não estando materialmente presente pois se ‘bom humor’ está presente no discurso, é porque parece existir a sua contra-parte. Em outras palavras, funciona pela marca de pressuposição (a adjetivação) pois se há bom humor é porque há mau humor. Relevante aqui também o fato de aparecer como uma especialidade ou profissão de alguém: “...há também pessoas que se dedicam em fazerem humor...”. Assim, não é qualquer um que faz especificamente isso, diferente do funcionamento verificado no discurso (2). Parece estar presente aqui, de certa forma, um deslocamento da condição de especialista em humor que existiu entre os antigos gregos visto em 2.1. Lá, não eram quaisquer pessoas legitimadas a dar diagnósticos sobre a condição dos humores de alguém. Aqui, em nossa conjuntura, não são quaisquer pessoas que recebem a ‘licença’ para exercer o ofício, ou seja, continuam à mercê da legitimação – quem pode assumir determinada posição, quem pode falar de um lugar específico.

O sentido mau-humor, diferentemente do que ocorreu em (2), apresenta-se em sua materialidade, está inscrito na região do formulável, ou seja, não foi excluído. Por outro lado, não puderam ser detectadas mais discursividades acerca dessa outra face do humor nesse discurso.

Já se pode, no entanto, iniciar uma seleção de segmentos dos dois discursos – (2) e (1) – vistos nesse item de forma a organizá-los em enunciados que fazem parte de uma mesma formação discursiva. Eis o *quadro 2*:

| <i>quadro 2</i>      | segmentos selecionados   |   |
|----------------------|--|---|
|                      | humor como sentimento  | humor como ação   |
| <b>discurso (02)</b> | “humor pra mim é um estado de espírito; é estar alegre, feliz (...)” | “(...)contar piadas, fatos engraçados, é fazer a pessoa que está ao seu lado rir (...)”                       |
| <b>discurso (01)</b> | “o humor é um dos sentimentos (...)”                                 | “(...) atos verbais ou não verbais criados para servirem de entretenimento para todos os seres humanos (...)” |
|                      | MESMA FORMAÇÃO DISCURSIVA  |   |

Acredita-se que os segmentos selecionados no *quadro 2* estejam inscritos em uma mesma formação discursiva a partir da qual a maioria dos discursos sobre o humor são produzidos. Além do humor ser identificado tanto como sentimento quanto como prática (fato já observado nesse mesmo subitem) ele está predominantemente relacionado à alegria, ao riso, etc. Essa formação discursiva, denominada nesse trabalho SC, está exposta em mais detalhes no subitem 4.3.

## 2.5 O DICIONÁRIO E O DISCURSO ATUAL

Foi dito que o dicionário tenta relacionar e descrever aquilo que já está presente no âmbito dos discursos e essa, talvez, seja uma das suas principais funções, afinal, um dicionário que eventualmente arrolasse apenas palavras e acepções de palavras que caíam em desuso estaria fadado a mofar nas prateleiras das livrarias. Talvez sequer serviria para legitimar uma língua nacional<sup>31</sup>. As análises dos discursos de dicionários em 2.2 apontam para isso. Há nos dicionários de língua portuguesa sentidos e significações<sup>32</sup> bem atuais em relação àquelas outras que

<sup>31</sup> Algumas reflexões sobre legitimação de uma língua pode ser apreciado nos capítulos 4 e 5.

<sup>32</sup> Somente aqui, ‘sentido’ e ‘significação’ dizem respeito à terminologia usada em semântica estrutural.

praticamente não sofreram alterações desde que seu respectivo verbete (para usar um termo bem ao gosto dos dicionaristas) começou a funcionar nos discursos.

Foi dito também que o dicionário é um tipo de discurso, e por isso mesmo, ele cristaliza/estaciona certos sentidos, inclui alguns e exclui outros, além de dizer o mesmo de maneira diferente (como ele diz o que diz) tendo em vista determinada instância histórica. Há uma certa diferença nos processos de construção de sentidos de um dicionário em relação aos de uma revista semanal, de um jornal, das peças publicitárias. Os últimos, apesar de também estarem a mercê do discurso da norma, estão num processo de renovação constante num curto espaço de tempo numa mesma sociedade. Com o dicionário, essa atualização não se dá de modo tão rápido pois os seus interlocutores o consultam e só influenciarão seu discurso – em termos de efeito de sentidos entre locutores - quando da atualização da nova versão do compêndio, momento em que os profissionais que trabalham em sua atualização eventualmente poderão consultar entre seus usuários (alguns ‘seletos’ representantes de toda a nação) algumas impressões sobre o conteúdo administrado anteriormente. O fato é que isso costuma levar dois ou três pares de anos.

O lexicógrafo, então, parece ser aquele que tem a incumbência de tentar atualizar os dicionários, seja adicionando a uma palavra antiga uma nova acepção, separando-a em duas entradas ou adicionando uma palavra nova (neologismo) em suas páginas. Sabe-se, no entanto, que não é só o lexicógrafo que trabalha na construção e atualização de um dicionário. Semanticistas, sintaticistas, gramáticos e filólogos, entre outros, normalmente compõem o quadro de profissionais que, às minúcias, fazem esse trabalho.

Orlandi (2002) traça um panorama sobre como os instrumentos lingüísticos (gramáticas e dicionários) atuaram na legitimação da língua nacional. Assumir autoria de uma gramática, em um momento como esse “é ter um lugar de responsabilidade como intelectual e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil” (ORLANDI, 2002, p. 157). A construção desse novo saber lingüístico e lexicográfico, era a “constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática” e também nos dicionários. (ibidem, p. 158). Então a diferença no modo de dizer o humor nos dicionários não é só uma questão técnica, mas diz respeito a também a uma dimensão política. Os profissionais que constróem dicionários não são neutros; o simbólico é trabalhado na relação com o político e com uma certa política institucional.

Por esse motivo, procura-se buscar nas mais diversas formações discursivas existentes numa determinada nação de determinada época, construções discursivas que possam contribuir com o tão requisitado livro. Os dicionários de uma língua como o português tidos como mais completos e confiáveis estão quase sempre entre os mais caros, os mais volumosos e os mais pesados que se pode encontrar em uma livraria. Nele estão, normalmente, informações sobre a correta grafia e acentuação da palavra, sua etimologia, sua classe gramatical, sua transcrição fonética, seus sinônimos, expressões que pode formar quando associada a outras palavras, e até exemplos de como ela pode ocorrer em alguns contextos.

Tenha-se em vista que todos esses elementos constituem algumas das condições de produção específicas desse gênero em determinado momento. A respeito disso é conveniente comentar sobre o fato de que nas diferentes épocas, os instrumentos lingüísticos assumem diferentes funções. No século XIX, como dito há pouco, havia a necessidade de se construir um saber lingüístico específico para que se pudesse instituir a língua nacional e constituir o cidadão brasileiro, entre outras coisas. No século XX, com o Estado já estabelecido, a produção dos instrumentos lingüísticos perde o caráter de nacionalização e ganha caráter científico. Note-se que as condições de produção nos dois casos são bastante diversas.

Em outras palavras, na ocasião da produção de um instrumento lingüístico, seja com caráter de nacionalização como no século XIX ou com caráter científico como no século XX, é inevitável que alguns sentidos sejam selecionados e outros sejam excluídos.

O dicionários são tidos, em nossa sociedade atual, como referências de acerto, erudição, precisão, formalidade, um exemplo a ser seguido e, muitas vezes, como um princípio de homogeneidade, universalidade e unidade da língua, que constituem, como já foi dito, uma ilusão, imperceptível para a maioria dos sujeitos porque não têm controle de como essas informações constituem-se neles. Elas fazem sentido na memória e portanto significam. Dessa forma passam a integrar-se à cultura (ORLANDI, 2002).

Assim, a aura de poder dos dicionários como instrumentos lingüísticos ligados à preservação, manutenção e legitimação da unidade lingüística nacional mantêm-se com o passar dos tempos. Ainda no século XXI é possível perceber nos discursos formulados por brasileiros ecos dos efeitos produzidos a partir de uma imagem construída de língua portuguesa do Brasil, uma, homogênea, universal, para todos os brasileiros, como a pretendiam na época da independência do Estado em 1822.

Nos mesmos discursos também é possível perceber traços da ideologia positivista que definiu os dicionários como resultado de uma prática científica, traços que não estão só presentes na forma como esses instrumentos lingüísticos significam ainda hoje, ou nas formas como o dístico ‘Ordem e Progresso’ podem significar a partir de determinadas formações discursivas que o interpretam, mas em muitos outros discursos que são produzidos por várias instituições (ORLANDI, 2002).

Tendo em vista essas colocações sobre os instrumentos lingüísticos já é possível compreender melhor para onde apontam os sentidos que os dicionários mobilizam em seus discursos, em especial os sentidos para a palavra humor.

A consulta aos dicionários latino e português (do Brasil), portanto, tem sua razão de ser. O LL apresentou parte do discurso dos antigos escritores onde a palavra humor era utilizada, uma vez que, o dicionário, entre outras coisas baseia-se também nos grandes manejadores da língua de época determinada. O LP apresentou, além de boa parcela daquilo que o LL apresenta, parte do discurso sobre o humor da atualidade. Mas nem tudo nesses discursos interessará aqui. Os humores enquanto líquidos praticamente não estão mais presentes na maioria dos discursos atuais. Os humores enquanto fluidos ou manifestações de umidade pertinentes aos estudos científicos das áreas de anatomia ou biologia também são raros. Interessará muito mais a esse trabalho as acepções de ‘alegria, riso, diversão’ e ‘capacidade de entender o humorístico’ pelo fato de se manifestarem em várias formações discursivas detectáveis no *corpus* e, dessa forma, por representar aquilo que parece ser o próprio senso comum sobre o que seja o humor.

### **3 QUEM ENTENDE DE HUMOR**

### 3.1 SOBRE A OBSERVAÇÃO DO FENÔMENO

“Alguns definiram o homem como ‘um animal que sabe rir’. Bem o poderiam ter definido também como um animal que faz rir...” (BERGSON, 1993, p. 17)

‘O que é humor?’ não parece ser uma pergunta muito comum em nossa sociedade. Dificilmente há esse tipo de questionamento por parte dos interlocutores que discursam no dia a dia. Ao invés de interrogar sobre o fenômeno o discurso cotidiano pratica-se o humor (conta-se piadas, por exemplo), predica-se sobre o discurso humorístico (‘não achei graça’, ou ‘essa piada é boa’, etc) Salvo para o caso em que esse questionamento é feito a partir de determinadas condições de produção mais específicas, todos parecem saber exatamente o que a palavra humor significa. Quando diz respeito a um documentário televisivo sobre o fenômeno humor, por exemplo, é muito comum que muitas das colocações que por ventura sejam feitas em seu interior tenham a função de preencher as lacunas que essa pergunta deixar. Outro caso parecido poderia ser um artigo de uma revista do ramo científico sobre o assunto. Um terceiro caso seria o presente trabalho.

Excetuando-se, no entanto, esses entre outros casos semelhantes, é até estranho que alguém pergunte numa roda de amigos ou entre os colegas de trabalho o que seja humor. Uma pergunta desse tipo em tal contexto enunciativo promoveria talvez o riso tamanha a impropriedade da colocação, afinal, parece ser impossível dentro de algumas das formações discursivas previstas em nossa conjuntura algum sujeito não saber o que é humor – ou não ter a ilusão da certeza. Mais especificamente falando, são as ideologias pertencentes a uma formação discursiva, que por sua vez representam uma formação ideológica dada, que fornecem evidências a partir das quais ‘*todo mundo*’ sabe o que é um professor, um pesquisador, o humor, o riso, entre outras milhares de *coisas a saber*. Essas evidências permitem que uma palavra ou todo o enunciado no qual ela funciona ‘*queira dizer o que realmente diz*’ e mascaram sob ‘transparência da linguagem’ aquilo que pode ser chamado de “o caráter material do sentido” das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

O caráter material do sentido em relação aos sentidos textualizados sobre o que seja humor significa a partir do momento em que é interpretado no interior dessa ou daquela formação discursiva onde estão as ideologias que interpelam o indivíduo em sujeito. A palavra humor,

portanto, significa a partir das evidências deixadas pelas ideologias que eventualmente estejam em jogo para esse ou aquele contexto enunciativo.

Basta observar o que se diz sobre ele no cotidiano. Um enunciado como “vamos até o teatro ver a apresentação de Shakespeare Hilariedade, o contador de anedotas. Quero me esquecer das coisas boas e me entristecer um pouco!”<sup>33</sup> pode constituir-se como um não-sentido para as condições de produção atuais sob diversos aspectos se for considerado que o tal artista é tido realmente como um excelente contador de anedotas e que faz indiscriminadamente todos rirem freneticamente. Poderia também constituir-se como uma ruptura, promovida por alguém que fala de outra posição – numa discursividade lúdica ou como num quadro psicótico, por exemplo.

Isso remete a algumas colocações que foram tecidas quando se tratou do ‘senso comum’ sobre o humor. A discursividade acima parece ser o contrário do que se diz em nossa conjuntura tendo em vista tal contexto enunciativo, ou seja, ter-se-ia algo como “vamos até o teatro ver a apresentação de Shakespeare Hilariedade, o contador de anedotas. Quero me esquecer das coisas ruins e me alegrar um pouco!”.

No discurso cotidiano<sup>34</sup>, portanto, acredita-se, salvo para casos em que o sujeito está operando com outros mecanismos discursivos ou que é portador de alguma anomalia psicológica, que o humor esteja em conjunção com riso, alegria, gracejo, entretenimento, entre outras e em disjunção com tristeza, choro, lágrimas, etc. Em outras palavras, são selecionados e mobilizados sentidos como riso, alegria, gracejo e entretenimento e excluídos outros como tristeza, choro e lágrimas quando da produção do discurso.

Não se pode perder de vista, que, mesmo aqui, interessa ver os modos de dizer este conteúdo, afinal, as formações discursivas não têm fronteiras absolutamente delimitáveis<sup>35</sup> – momento em que surgem questões como ‘será que os sentidos para riso, alegria, etc. são homogêneos e são interpretados do mesmo modo?’

Um texto de Ziraldo do começo da década de setenta do século passado parece ilustrar o que está sendo dito. Na ocasião, afirmou, com o humor que lhe é característico, que “Ninguém entende de humor” (PINTO, 1970). Seu texto, que versa basicamente sobre parte daquilo que foi

<sup>33</sup> Essa discursividade faz parte dos discursos em circulação e diz respeito à memória discursiva do analista.

<sup>34</sup> O conceito de discurso cotidiano será explorado em vários subitens. Aqui já há uma profunda aproximação entre discurso cotidiano e discurso do senso comum que permite compreendê-los como sinônimos. Acredita-se que aquilo que se classifica como discursos do cotidiano não seja o mesmo que discurso institucional ou o científico, ou seja, eles parecem se opor.

<sup>35</sup> O capítulo 4 apresenta várias reflexões acerca do conceito de formação discursiva.

exposto em 2.1 a respeito dos antigos humoristas, é saborosamente poderoso discursivamente falando.

Apesar de se compreender, porém, que a colocação de Ziraldo é produzida a partir de um certo contexto enunciativo, não interessa ao analista de discurso investigar quem entende de humor e quem não entende. Mesmo porque haveria a necessidade de definir o que é humor e sabe-se que, quando se pensa historicamente, essa definição não é neutra e nem sempre foi a mesma. Neste sentido, são os discursos sobre humor que configuram a constituição de seus respectivos sujeitos discursivos o que interessa.

Um dos caminhos que permitem conduzir essa investigação no intuito de compreender aquilo que está sendo chamado de SC é questionar as pessoas, ou questionar-se sobre o sentido do humor, a partir da pergunta ‘o que é humor?’ para que se tenha em mãos mais uma parte do que constitui o *corpus* dessa pesquisa. A resposta parece estar, para a maioria dos sujeitos, pronta. O ‘senso comum’ sobre o que seja humor apresenta-o momentaneamente como algo agradável, salutar e inofensivo, ou como foi colocado anteriormente de acordo com as acepções dos dicionários, relacionado à ‘alegria, riso, diversão’ e ‘capacidade de entender o humorístico’.

O ‘senso comum’ sobre o fenômeno do humor, no entanto, mereceu praticamente todo o item 5 dada a complexidade e eminência do assunto sob a perspectiva teórica desse trabalho.

### 3.2 DIFERENÇA ENTRE A PRÁTICA E DISCURSO SOBRE O HUMOR

Há muito tempo o homem vem percebendo uma diferença entre o que se diz e o que se faz em termos de humor. Minois (2003) acerca disso, chama atenção para o fato de que muito sobre as manifestações humorísticas já foi escrito desde o início dos tempos. Chega a dizer que, quando alguém se propõe a falar sobre um assunto tão complexo e amplo, pode-se tanto pecar pelo agressivo excesso bibliográfico, quanto por uma simplificação arbitrariamente seletiva.

Explicita também uma elucidativa diferenciação entre a prática e a teoria sobre o riso, . Comenta que a prática é difícil de se perceber, possui fontes bastante heteróclitas e dispersas e evoluiu sempre mais lentamente que a teoria. Por outro lado, a teoria é fácil de seguir pois muitos tratados foram escritos, e é mais evolutiva. “A história do riso”, diz ele, “é antes de tudo a história da teoria do riso” (ibidem, p. 18).



No romance de Humberto Eco, *O nome da Rosa*, praticamente toda a história gira em torno da procura por um tratado escrito por Aristóteles sobre a comédia. O livro, uma raridade de alto valor intelectual, era tido como perdido até ser descoberto no interior da gigantesca biblioteca por um curioso monge.

A propósito, há um trecho transcrito por Minois (2003) em que Aristóteles parece estabelecer uma questão que vem ao encontro dessa discussão sobre a diferença entre prática e teoria: “Como o gosto pela pilhéria é muito difundido, e a maior parte das pessoas tem nos gracejos e nas pilhérias uma fonte de prazer maior que o necessário, confere-se aos bufões uma reputação de pessoas de espírito, só porque eles agradam” (ibidem, p. 73).

As pessoas de espírito refinado (*eutrapeloi*), nesse sentido, seriam aquelas que agradam de uma maneira geral, e por extensão, aquelas que fazem rir. “Esse comentário deixa entrever a distância que existe entre os textos teóricos, que constituem nossas fontes, e a prática social” (ibidem, p. 73).

Nos discursos que já estão em análise nesse trabalho é possível perceber alguns ecos desses efeitos discursivos. Fala-se sobre o humor algo que na prática nem sempre é detectável. Em várias dessas discursividades é possível observar uma espécie de versão do *eutrapeloi* em pleno século XXI, ou seja, parecem ser atribuídas determinadas qualidades a alguns indivíduos somente porque contam piadas ou anedotas freqüentemente e em certa quantidade.

Considerando que, segundo a AD, as palavras (e também os sujeitos) ganham sentidos em função da formação discursiva a partir da qual eles falam, temos por hipótese que a grande maioria dos sujeitos produz discursos sobre humor o fazem a partir de formações discursivas que compõem o discurso do senso comum e, desta posição interpretativa, o humor parece ser interpretado como um fenômeno tido como ‘positivo’ como foi visto em 2.3. Porém, esses mesmos sujeitos, inconscientemente<sup>36</sup>, pensando discursivizar em apenas uma direção, deixam ‘escapar’ outras interpretações que divergem daquela dominante em que ele pensa estar. É deste lugar de reflexão que esses ecos podem ser detectados e uma certa diferença entre o que se diz e o que se faz em termos de humor, que se pretende trabalhar a análise.

Mais um ponto a ser considerado, na presente reflexão, diz respeito às condições de produção do discurso. Neste sentido, o que se diz, o modo como se diz e para quem se diz ou se pratica humor determina a forma do discurso. Sabemos que os chistes, blagues ou pilhérias não se

manifestariam veladamente em certas esferas sociais se não veiculassem algo de pernicioso em relação a um outro grupo ou, mais especificamente, a uma outra ideologia. É justamente por serem considerados “perniciosos” ou proibidos em uma certa época que tomam a forma de discurso velado. Atualmente, o discurso do politicamente correto e do respeito à diferença que configura-se como uma característica da forma como nossa sociedade tem se organizado tem determinado que não se contam piadas que versem sobre defeitos do corpo sejam quais forem quando há deficientes físicos por perto do mesmo modo como não se contam piadas que versem sobre temas extremamente picantes quando há crianças ouvindo; o mesmo pode ocorrer quanto aos povos ou grupos sociais categorizados pela chamada diversidade cultural (índios, negros, etc.)

O sujeito, porém, não tem controle sobre o dizer e sobre os efeitos de sentido que seu dizer produz no outro. Considera-se, por essa perspectiva, os diferentes gestos de interpretação (PÊCHEUX, 1995; ORLANDI, 1996) e lugares de filiação histórica, a partir dos quais as palavras podem significar  $x$  e não  $y$ . Não é raro alguém se chatear com um simples dito espirituoso quando o conteúdo toca em algo que lhe diz respeito. Também não é raro que um contador de piadas acabe por colocar a perder a dignidade de algum dos presentes em uma festa familiar, por exemplo.

A prática do humor, no entanto, não se restringe à prática de contar piadas. Há muitos modos de manifestação da prática do humor: nas charges, nos cartoons, nas peças publicitárias, nas tirinhas dos jornais e revistas, nas crônicas, no rádio, no cinema, na televisão, etc.

A prática contar piadas face a face é diferente de contá-las no rádio ou na TV. Veja-se que a questão do gênero é diferencial, discursivamente falando.

Uma observação no entanto deve ser feita. Nem toda manifestação de sorrisos, risos ou gargalhadas necessariamente é resultado ou faz parte da prática do humor. Nem sempre o humor está presente quando se ri.

Vários detalhes a respeito dessa questão estão expostos em 3.3, porém, alguma coisa já se pode adiantar. É questionável, por exemplo, que em festas onde o indivíduo paga para inalar gás hilariante, como ocorreu no século XIX, o humor esteja presente tal como ocorre numa roda de amigos. Veja-se ainda que o recurso da sedação para rir não é uma coisa nova e não é exclusivo só dos centros urbanos, mas também entre indivíduos de antigas civilizações. De qualquer forma,

---

<sup>36</sup> Esta noção está sendo trabalhada a partir das duas formas de esquecimento da teoria de sujeito de Pêcheux (1995)

essa prática, diversa daquela do bufão grego na antiga Grécia, daquela do bobo da corte na Idade Média, daquela dos humoristas televisivos dos séculos XX e XXI, também se mostra diverso daquilo que se teoriza, se fala ou, bem ao gosto do analista, discursiviza-se sobre o humor.

Assim, essas colocações já servem para suscitar um olhar crítico acerca do que se diz sobre o humor, tendo em vista que a prática mostra-se bastante diversa. Nas palavras de Minois (2003), retomando o que foi dito há pouco, “a prática do riso evolui de maneira muito mais lenta e imperceptível que a teoria” ( p. 18).

Essa observação de Minois, concisa, econômica e contundente, desdobra-se em várias reflexões nesse trabalho tendo em vista o principal objetivo que é analisar, a partir de um *corpus* discursivo (e nele alguns discursos gerados pela pergunta ‘o que é humor?’), a palavra humor, procurando compreender seu funcionamento a partir de dois mitos que circulam no cotidiano, como visto no item 1.

### 3.3 HUMOR E RISO (DISJUNÇÃO OU CONJUNÇÃO)

Mostra-se difícil, no entanto, tratar da questão do humor sem falar em riso. São tênues as fronteiras teóricas que separam esses dois elementos, afinal, não parece haver um consenso entre a maioria dos autores que se propuseram a falar sobre esses assuntos em termos de delimitações mais precisas. Pelo contrário, vários desses autores utilizam-se de um ou outro termo deliberadamente em suas obras quando tratam em alguns momentos de assuntos como comicidade, jocosidade, ironia, escárnio, cinismo, derrisão, diversão e alegria, entre outros.

Alguma diferença, no entanto, há entre humor e riso. A dificuldade parece não estar em tentar explicá-los de modo separado como fazem os dicionários e enciclopédias. Nem em considerá-los como constituintes de uma dicotomia como se faz em lingüística estrutural. Um exemplo clássico, em termos comparativos, seria o que ocorre com *significante* e *significado*. Para esse impasse lingüístico, Saussure deixou claro que ambos não poderiam existir separadamente, ou seja, o signo lingüístico é fruto da coexistência entre *imagem acústica* e *conceito* e, portanto, sua separação só tem função didática. Mas essa comparação não é eficiente. Não há nada que prove (ainda) a necessidade absoluta da coexistência de humor e riso, afinal, em

alguns casos um pode se dar sem o outro. Da mesma forma não se pode dizer que são coisas diversas e que ocorrem isoladamente.

A dificuldade, portanto, está em determinar nas diferentes situações sociais a inter-relação entre os dois, tendo em vista que nem sempre é o humor que causa o riso e nem sempre a manifestação do riso é a indicação da presença de uma nuance do humor.

Em uma epidemia de riso como a que aconteceu numa vila da Tanganica (hoje Tanzânia, África) na década de 60 isso pode ser melhor observado. No ano de 1962, o riso epidêmico que irrompeu entre meninas de uma escola do lugarejo obrigou as autoridades a fecharem as escolas e separar os grupos para que se pudesse dar fim ao tão peculiar e bizarro acontecimento (RATEY, 2002; MINOIS, 2003).

Crises de riso parecem ser comuns entre os humanos, mas as epidemias não. As crises duram alguns minutos ou no máximo algumas horas. A epidemia de que se fala durou mais de seis meses e contagiou não só as meninas da escola, mas as mães e parentes do sexo feminino. Várias investigações foram feitas e entre as conclusões, estava a de que a epidemia não foi causada por qualquer tipo de doença contagiosa.

É questionável, portanto, que em um caso como esse o riso esteja indicando a presença do humor ou que, pelo menos, o humor estivesse presente durante os seis meses em que o riso manifestou-se entre as crianças.

Um fato digno de nota é que a única solução foi evitar o encontro entre as pessoas, por assim dizer, contagiadas. Evitou-se, portanto, o social.

Bergson (1993) e Propp (1992), a propósito, cada qual a seu modo, falam muito sobre o caráter eminentemente social do riso. É improvável, segundo eles, que alguém possa rir sozinho salvo pela condição de existir algo que o excite a isso (uma leitura, uma cena, uma lembrança, etc.). Algumas descobertas científicas mais recentes vão ao encontro dessas colocações. Experiências comprovam que, mesmo quando o indivíduo ri induzido artificialmente, a reação é sempre maior quando está presente o aspecto social.

O óxido nítrico, descoberto no século XIX e usado desde então na medicina é um eficiente e seguro anestésico que, devido a um conhecido efeito colateral, passou também a ser chamado de gás hilariante. Assim, paralelamente à medicina, também foi usado em festas no século XIX e pelos diversos aparelhos de repressão de estado no mundo ocidental. O fato é que, o gás hilariante é tanto mais eficiente como causador do riso quanto mais pessoas a ele forem

submetidas em um mesmo ambiente. Note-se que isso vale tanto para as manifestações públicas – em que eventualmente se fazem presentes os aparelhos de repressão - quanto para as festas. Nas palavras de Ratey (2002), “o óxido nitroso (...) perde muito de sua potência se inalado em solidão” (p. 275).

O riso artificialmente induzido ou como efeito de uma epidemia, no entanto, são casos isolados. De suas características interessam o fato de não estarem necessariamente relacionados ao humor – fato especialmente interessante nesse subitem - e de serem contagiosos.

Sobre o contágio do riso, várias coisas se tem a dizer. Propp (1992) e Bergson (1993) falam sobre o caráter contagioso do riso comentando que em uma apresentação cômica, seja ela qual for, as gargalhadas serão tanto mais duradouras quanto mais pessoas estiverem presentes. É o social e seus efeitos, de que já se falou.

Há, contudo, mais particularidades.

Empiricamente, pode-se tomar o humor como uma abstração, algo que não pode ser tocado, que não pode ser mensurado de modo técnico ou categórico. O ‘estado de espírito’, termo bastante genérico e difícil de ser delimitado como está exposto em 2.1 e 2.2, parece ser algumas vezes sinônimo de humor e como se não bastasse, humor amiúde é sinônimo de alegria, fenômeno humano sobre o qual não é menos penoso abstrair.

O riso, por sua vez, sob um mesmo olhar empírico, parece ser algo bastante concreto, afinal, pode ser percebido pelos sentidos humanos. Talvez seja por isso que Bergson, Propp e Minois, entre outros, tenham preferido usar o termo riso nos títulos de suas obras.

Na maioria das vezes, o riso pode ser percebido concomitantemente pelos sentidos da audição e visão nas pessoas, porém, não necessariamente. Em alguns casos, o riso pode ser ouvido, ainda que seu autor não esteja no campo de visão. Pode ser visto, estampado nos traços faciais de alguém, ainda que por um motivo qualquer não se possa ouvir. Em alguns outros casos, o riso pode ser percebido na prosódia de outrem quando tomado pela força contagiosa do ‘rir’, momento em que alguns dos músculos responsáveis pela configuração facial, pelo diafragma e pelas cordas vocais são contraídos pelo mesmo mecanismo fisiológico e a voz soa, por assim dizer, em tom de riso. Não raro, percebe-se também o riso pelo tato quando, por exemplo, sente-se uma ligeira alteração no formato do rosto de alguém do qual se está por trás tapando-lhe os olhos e esperando pela adivinhação. O riso, portanto, mostra-se tão concreto quanto os humores corpóreos que consistiam objeto de estudo dos antigos humoristas gregos.

Empiricamente, porém, não se pode ir muito mais longe. Humor e riso são muito mais complexos.

Bergson (1993) comenta que não há maior inimigo do riso que a emoção. A presença ou não de determinado tipo de sensibilidade, segundo o autor, pode determinar a possibilidade de se rir ou não de algo que normalmente não é risível. Aproximando essas colocações de Bergson à nossa conjuntura sócio-histórica atual, poder-se-ia dizer que enquanto a maioria das formações discursivas determinam que não se deve rir de alguém acometido por um problema físico em nossa sociedade, o anestesiar-se da piedade e do dó caracterizariam certa insensibilidade e tornaria esse riso possível.

Não é tão simples assim. Em verdade, na nossa sociedade (como também em outras) há normas de boa conduta (civildade, fraternidade, patriotismo, etc.) que tentam normalizar e tornar o indivíduo coerente assujeitando-o (LAGAZZI, 1988). Mas há também uma possibilidade desse indivíduo não se assujeitar a algumas delas e tornar-se, nesse sentido, não coerente em alguns aspectos como por exemplo, rir de alguém que tem dificuldade para falar.

Pode-se então pensar que há risos permissíveis e outros menos, que as fronteiras que determinam do que “se pode rir” e do que “não se pode rir” são complexas.

De qualquer forma, os contextos enunciativos e sócio-históricos precisam ser levantados para se saber exatamente quais são os sentidos que estão sendo mobilizados em cada caso. A colocação de Bergson pode ser pertinente a partir do contexto enunciativo do qual ele fala, considerando a conjuntura e época a qual pertence (Comunidade Européia de meados do século XX). Mas não serve para todos os momentos históricos e sociedades. Isso, como foi dito, precisaria ser levantado.

Propp (1992), sobre esse caso, parece mostrar-se um tanto mais cauteloso e comenta sobre a clara incompatibilidade entre o riso e uma autêntica dor. Ainda que seja possível rir de tudo no homem, como diz o próprio autor, é necessário, segundo ele, excluir dessa afirmação o domínio do sofrimento, coisa que Aristóteles já havia previsto.

Mas como foi dito, não é tão simples assim. Tanto para o que Bergson disse quanto para as colocações de Propp valem as mesmas observações feitas sob a perspectiva teórica presente, a da AD. Propp pode ser pertinente a partir do contexto enunciativo do qual ele fala, considerando a conjuntura e época a qual pertence (Rússia de meados do século XX). A pertinência de suas colocações para outras conjunturas sócio-históricas pode não servir.

De uma forma ou de outra, todas as colocações sobre humor ou riso desse subitem, terão sempre como respaldo os sentidos mobilizados nos discursos que constituem o *corpus* desse trabalho, tendo em vista que nem sempre os autores trazem os elementos necessários ao analista. Assim, o material e a pergunta é que vão determinar o quadro metodológico e, nesta medida, a análise (ORLANDI, 2001a), tal como foi exposto na introdução.

Os dois autores (Propp e Bergson), no entanto, colocam em pauta o poder da emoção sobre o riso. Assim, se desta perspectiva, o sujeito interpretando ou não a partir de determinadas formações discursivas, só poderá rir se for tomado por determinado tipo de emoção, o fato é saber qual é o sentido mais exato de emoção lá mobilizado.

Parece haver aqui uma congruência entre a concepção de ‘emoção’ e ‘estado de espírito’, já visto nas análises em 2.4. O sentido de emoção enquanto piedade ou dó aqui parece estar relacionado com o sentido de ‘estado de espírito’ tal como ocorre em alguns discursos constituintes do *corpus*. Em alguns desses discursos, ‘humor’, ‘sentimento’, ‘emoção’, ‘estado de espírito’ mesclam-se e funcionam como idênticos como no segmento do discurso (2) “Humor pra mim é um estado de espírito;” ou no segmento do discurso do LP “disposição de espírito, estado afetivo, estado de espírito ou de ânimo”.

Note-se que, ainda que as formações discursivas não sejam as mesmas em um discurso e outro, parece haver uma certa afinidade de ideologias colaborando para que os sentidos apontem para direções próximas entre si e, daí a hipótese de funcionarem como idênticas.

Uma questão então surge: para esses autores, a emoção seria mais o elemento psicológico que determina se uma pessoa sorrirá ou ficará com a cara fechada ao ver um bebê gargalhando espontaneamente numa manifestação de alegria?<sup>37</sup> A hipótese de que há congruência e/ou equivalência discursiva entre o sentido de emoção e estado de espírito talvez possa ser observada nas análises.

As teorizações em termos de humor e riso no que se refere aos fenômenos conjunção ou disjunção, contudo, não param.

Assim como não há só o bom humor, não há também só o bom riso. De acordo com Propp (1992), o riso bom seria desprovido de qualquer nuança derrisória e o riso mau não estaria ligado à comicidade, não suscitaria a simpatia.

---

<sup>37</sup> Tanto Bergson (1993) quanto Propp (1992) utilizaram-se de exemplo parecido quando tratavam da existência de um riso verdadeiramente espontâneo.

Mas há mais. Diferentemente do que se manifesta em alguns dos discursos - cujas análises poderão ser apreciadas adiante - a respeito desses dois fenômenos tão humanos, há pessoas de mau humor que riem e há pessoas felizes que choram. Pode-se caracterizar aqui, respectivamente, o que se conhece como o riso forçado (amarelo), como coloca Ziraldo<sup>38</sup> (PINTO, 1970), e o choro de alegria<sup>39</sup>, ambos oriundos das mais diversas situações.

Excetuando-se esses casos mais comuns, tem-se ainda o riso como ritual durante o sacrifício de crianças e adultos, como o que acontecia na Fenícia e no Egito. Conta-se que, deformados pela temperatura, os rostos esticavam-se e davam a impressão de estarem rindo. Os que assistiam, acreditando ver uma manifestação de alegria, também sorriam e daí talvez o riso como ritual (MINOIS, 2003)<sup>40</sup>. Parece aqui se caracterizar aquilo que Bergson verificou ser possível mediante anestesiamiento de sentimentos e o que Propp considerou improvável enquanto riso verdadeiro ou autêntico.

Note-se que esse tipo de riso parece também não ter necessariamente uma relação com o humor. Não é o riso induzido artificialmente ou o riso epidêmico, mas é um tipo de riso em que estão presentes outros fatores bastante diversos.

Sobre o riso perceptível à audição algumas coisas podem ser ditas. Basta que alguém ria para que outras pessoas se aproximem procurando saber o que estão perdendo. O som do riso ativa uma das regiões mais antigas do cérebro, pois trata-se de um reflexo que foi desenvolvido pelos humanos no início da evolução (KRAFT, 2004). Mas nem sempre se pode ter certeza se o que é ouvido caracteriza-se como um riso ou um choro tamanha a fragilidade distintiva entre um som e outro, principalmente quando não se pode visualizar o autor, ou pelo menos, sua face.

Não é raro em nossa sociedade ver alguém escondendo o rosto com as mãos e, com o corpo ligeiramente inclinado para frente, emitir o som característico do choro e do riso que são as contrações regulares e rápidas do diafragma com as respectivas vibrações das cordas vocais.

---

<sup>38</sup> O sentido para a expressão sorriso amarelo tal como se apresenta parece ser próprio da discursivização de nossa cultura.

<sup>39</sup> 'choro de emoção', 'choro de mãe' são expressões esporadicamente encontradas na literatura mas muito comuns nos discursos cotidianos. Trata-se aparentemente de um choro que não precisa ser questionado ou interrompido por qualquer tipo de intervenção, o choro que não gera sentimento de preocupação mas condescendência, ou sublime satisfação. Essas discursividades fazem parte dos discursos em circulação.

<sup>40</sup> Aqui, o exemplo de Minois já apresenta alguns elementos que compõem as condições de produção para o riso ritual, daí poder-se fazer um paralelo com as colocações de outros teóricos.



Para esse caso específico, trata-se normalmente, segundo os profissionais de várias áreas da medicina e da neuropsicologia, de um reflexo natural que as pessoas têm acerca da necessidade de esconder (ou camuflar) a exteriorização de sentimentos como a tristeza ou a alegria em determinadas situações sociais. Essas situações podem variar muito de acordo com o local, com a época e com as pessoas que lá estiverem.

Diante de uma situação como essa, não é raro que se pergunte à pessoa o que está havendo. Aqui, no entanto, a preocupação do interlocutor parece estar em saber se ela está chorando, uma vez que, entre os brasileiros, salvo para os casos em que se requer certa seriedade como uma cerimônia religiosa, por exemplo, rir não parece ser um problema – ainda que na atualidade a igreja já tenha uma relação ‘menos tensa’ com o riso mesmo no interior dos templos como ocorre nos ‘espetáculos’ de fé, cujo *modus operandi* tem estreitos laços com os mecanismos responsáveis pela audiência utilizados na mídia.

O crânio humano também parece deixar uma dúvida: estaria rindo? Minois (2003), comentando sobre a relação do riso com a morte, faz pensar a respeito do aspecto do crânio humano e seu ‘eterno sorriso’. Para uns, não há nada de assustador em sua aparência de formas exageradas: olhos grandes e escuros, boca e dentes desproporcionalmente avantajados, predominância exacerbada do monocromatismo, entre várias. Algumas pessoas o possuem (originais ou réplicas artísticas) em suas casas por diversos motivos. Muitas civilizações antigas e até algumas tribos atuais utilizam o crânio em muitos de seus rituais. Para outros, só o fato de ter pertencido a um ser humano, de ser os restos de alguém que já esteve vivo, já gera um certo tipo de desconforto.

Muitos desenhos animados, histórias em quadrinhos, seriados televisivos e até o cinema lança mão das possibilidades representativas da caveira humana. Para as crianças, é comum ela aparecer como algo que à primeira vista soa engraçado, desengonçado, alvo de piadas e chacotas, inofensivo, cujo ápice da fragilidade é o momento em que se desmonta toda. O ‘Cranícula’ de Maurício de Souza parece representar uma parte disso tudo em nossa cultura. Para os adultos das mais diferentes esferas sociais, a representatividade de um crânio pode varrer um vasto espectro de significação que vai do riso de alegria às mais obscuras fontes de conhecimento.

Uma dúvida parecida pode ocorrer quando o quadro ‘Monalisa’ é observado com atenção. Não é possível saber ao certo se ri, sorri, escarnece, zomba, ironiza, alegra-se ou opera com um cinismo que pode variar do sutil ao mais ácido entre os homens. Aqui, como pode ser visto, já

não se fazem as perguntas ‘tá rindo ou chorando?’ e ‘é triste ou feliz?’, mas ‘o que estaria fazendo?’.

As condições de produção, no entanto, é que vão determinar uma direção para o discurso em cada um desses casos. E ainda, observando a construção histórica do sentido de riso, é importante ressaltar que esses sentidos migram de um campo discursivo a outro sendo resignificados, afinal quem determina e/ou define o que é riso não é sempre o mesmo<sup>41</sup>.

Note-se que, por hora, é relação do humor com o riso em termos de conjunção ou disjunção que mais interessa.

Para todos as discursivizações citadas, o riso pode ser percebido pelos diferentes sentidos humanos e, dessa forma, interessa pensar quais as condições envolvidas que permitem sua manifestação concreta, como há pouco foi comentado.

Salvo para as situações em que a relação do humor com o riso seja improvável, como é o caso das epidemias de riso, do riso induzido artificialmente ou do riso como ritual, entre outros fenômenos isolados, não se pode negar que humor e riso aparentemente operam muito mais em conjunção do que em disjunção.

Existe, no entanto, eventuais tentativas metodológicas de separar humor do riso por parte de alguns autores que tratam desses assuntos. No entanto, Minois, Propp, Bergson, Ratey, Kraft, Provine, Saliba, entre outros, não raro, usam um ou outro termo para definir determinado fenômeno. Algumas vezes outros ainda aparecem funcionando como idênticos: satisfação, prazer, comicidade, hilariedade, espirituosidade, etc.

É possível que, por algumas vezes, fique difícil discernir entre um e outro quando se estiver adotando determinadas perspectivas, momento em que esse trabalho versará sobre algo que oscilará entre o humor e o riso, ou uma mescla indiscriminada de ambos. E é neste espaço intervalar que se procura pensar os sentidos do humor.

### 3.4 SABERES SOBRE HUMOR

O humor significa de modo diverso nos discursos e os sentidos possíveis apontam para direções também diversas. A palavra humor que tem, tranquilamente, mais de dois mil anos de

idade, passou por muitas modificações ao longo desse tempo, modificações que aqui chamamos de deslocamentos de sentidos (ORLANDI, 2001a; 2001b). A acepção matricial (relativa à matriz de sentidos) ou aquela tida como ‘clássica’, no entanto, mantém-se relativamente imaculada uma vez que os dicionários atuais não a apresentam com exclusividade, mas sim, entre as outras que agregaram nesses vinte e cinco séculos mais significados ao verbete.

Retomar, portanto, esse sentido – que em AD não pode ser chamado de original mas de uma matriz de sentidos dependendo da formação discursiva em que aparece - mobilizado em uma época e sociedade tão distintas da nossa, de que o humor é constituído por líquidos corpóreos que concorrem para o equilíbrio entre si, parece mesmo um modo de jogar com a idéia de que não se sabe mesmo nada sobre humor, tendo em vista os discursos mais cotidianos sobre o assunto.

Assim, afirmar cientificamente – e não jocosamente como fez Ziraldo (PINTO, 1973) -, que nada se sabe sobre humor (e o riso), ou desconsiderar os sentidos já produzidos sobre o humor, como o acima descrito, é invalidar o próprio quadro epistemológico no qual o presente trabalho se sustenta ou, como seria dito em ‘bom humor’, dar um tiro no pé.

Visto desse modo, é mister abstrair acerca de um modo mais equilibrado de imaginar como estão distribuídos os conhecimentos sobre o humor entre os sujeitos discursivos de nossa sociedade. Válido lembrar que esses conhecimentos materializam-se nos discursos dos sujeitos, que atravessados por determinadas ideologias, manifestam suas opiniões sobre o assunto em questão. Sabe-se, pelo que foi exposto até aqui, que mesmo o discurso cristalizado e estático do dicionário apresenta algumas definições sobre o humor que puderam servir de ponto de partida para a discussão em pauta. Dessa forma, não se trata necessariamente de classificar quem sabe mais ou menos.

Entre as dúvidas que desencadearam a pesquisa, estava também uma outra que não foi arrolada: ‘quem entende de humor, afinal?’ Essa dúvida, no entanto, foi suprimida pelo próprio modo como a teoria de base direciona o dispositivo teórico-analítico, ou seja, não interessará ao analista especificamente quem entende ou não de humor, mas *como* o discurso sobre o humor funciona e produz sentidos, no jogo tenso entre repetição e deslocamento (ORLANDI, 2001a).

Porém, como essa pergunta, ‘quem entende de humor?’ pode surgir e não se pode negar que algumas poucas formações discursivas parecem ter conceitos com outras especificidades sobre o tema humor na atual conjuntura, não há dúvidas que cada um pesquisou ou sabe a partir

---

<sup>41</sup> Especificamente sobre isso verificou-se Foucault (2000) sobre a formação das modalidades enunciativas.

de certa perspectiva e que a nossa sociedade (“sociedade letrada”) privilegia certo tipo de saber (o chamado científico e, diga-se portanto, o da escrita) e não outros (aquele adquirido pela “experiência”, aquele transmitido pela oralidade, o discurso do cotidiano)

No capítulo 2 algumas considerações foram tecidas a respeito dos saberes especializados que tiveram o seu papel quando da independência do Brasil. Ser autor de um dicionário ou gramática representava então uma responsabilidade e uma posição de autoridade em relação à língua portuguesa do Brasil, tal como era idealizada.

Ao sair do domínio dos saberes especializados, o que se tem, entre outras coisas, são analogias que podem incorrer em mensurações lineares, contínuas e planas dos saberes. Uma simulação de como funcionam algumas dessas analogias pode ser feita. Considere-se um *continuum* imaginário onde estejam dispostos os conhecimentos das pessoas sobre o humor. Imagine-se, em seguida, que esses conhecimentos funcionem como as marcas de uma régua milimétrica e que se possa, dessa forma, mensurar com um pouco mais de precisão o que está mais próximo do mínimo e o que está mais próximo do máximo. Estabeleça-se, então, um parâmetro (ainda que arbitrário e problemático) para esses extremos de forma que o máximo represente o que mais se sabe e o mínimo o que menos se sabe sobre o humor na atualidade.

A colocação acima, ainda que soe de certa forma interessante, não serve ao analista.

Os saberes não são lineares assim como o discurso não o é. Há dispersão, descontinuidades (FOUCAULT, 2000). A idéia de um texto que tem começo meio e fim, típica dos manuais de redação e até mesmo de disciplinas mais engajadas como a lingüística textual não tem boa aceitação entre os analistas de discurso. O texto, unidade básica em AD, está mais para um bólido em que incidem, entre outras coisas, a disposição social e o momento histórico, do que para uma linha contínua e plana com fronteiras delimitáveis.

As valorações, no entanto, como mais ou menos, máximo ou mínimo, no que dizem respeito a quantificações de saberes pouco interessam em AD. Não raro, tornam-se terreno instável para o analista que definitivamente não tem como função fazer análises conteudistas.

Mais detalhes a respeito de certas especificidades de determinadas formações discursivas estão presentes em 5.3, onde algumas delimitações e considerações sobre especificidades das formações discursivas do senso comum podem ser apreciadas.

Ainda que o conteúdo ideológico sempre veiculado pelo humor nem sempre seja facilmente delimitável, como é o caso do humor direcionado às crianças e tido muitas vezes

como humor neutro pelo ‘senso comum’, eles dificilmente passam despercebidos pelos olhos mais atentos dos sujeitos discursivos dispostos a interpretar a partir de suas formações discursivas mais específicas. Talvez seja o caso dos pesquisadores acadêmicos e de outros pensadores que se envolvem, de um modo ou de outro, com o fenômeno.

Como foi dito, não interessa quem entende de humor, mas *como* ele é interpretado a partir das variadas formações discursivas que ora são próprias de certos saberes disciplinares, e ora concentram ideologias próprias do senso comum.

## **4 O SENSO COMUM**

### **4.1 UM OLHAR SOBRE O FENÔMENO DISCURSIVO DENOMINADO SENSO COMUM**

O humorista é o moralista disfarçado de sábio... (BERGSON, 1993, p. 92)

O 'senso comum' vem sendo interpretado comumente como um conjunto de idéias normalmente aceitas em uma dada época por uma determinada sociedade cujas variações ou desvios são tidos como uma espécie de patologia individual. Um significado para 'senso comum' bastante parecido com esse é também encontrado nos dicionários, nas enciclopédias e nos elucidários normalmente no interior na entrada do verbete 'senso'. Consultar, porém, o que significa 'senso comum' em um dicionário que não seja pelo menos um dicionário de usos, chega a ser até paradoxal. Isso pode ocorrer porque o próprio dicionário já tem certa tendência a condensar os sentidos previstos pelas ideologias dominantes e essa condensação muitas vezes concorre a uma espécie de simplificação, um ponto de equilíbrio ou outro 'senso comum'. O resultado pode ser, então, um senso comum sobre o 'senso comum', legitimado em nosso contexto sócio-histórico pelos respectivos instrumentos lingüísticos.

Importante lembrar aqui o conceito de *ideologia dominante*, que não pode ser confundido com *ideologia em geral*. A *ideologia em geral*, não tem existência histórica e concreta, o que a torna não-histórica, ou *omni-histórica*. A *ideologia dominante*, por sua vez tem forma histórica completa resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação em determinada formação social historicamente dada, como coloca Pêcheux (1995) ao lembrar a teoria Althusseriana. Vale colocar ainda que ideologia dominante não coincide com classe dominante (ALTHUSSER, 1979).

Desse modo, quando aqui é colocado que o dicionário tem certa tendência a condensar os sentidos previstos pelas ideologias dominantes podem não estar incluídas aí apenas as ideologias que se manifestam nos discursos dos sujeitos tidos como bons manejadores da língua como escritores, poetas e intelectuais em geral, mas outros discursos que, de certa forma, compartilham de algumas dessas ideologias.

Um panorama bastante denso e elucidativo acerca exclusivamente do senso comum em Lagazzi (1988) vem ao encontro disso que está em pauta. Alguns dos aspectos conhecidos sobre senso comum hoje pode encontrar explicação no *ecletismo* surgido e implementado no interior do aparelho escolar da França do século XIX em resposta ao risco que representava a reflexão crítica ou até mesmo a revolta que então eram veiculados pela filosofia.

Em toda a história das sociedades coercitivas – e não só na França – o objetivo implícito “foi sempre o de chegar à melhor forma de assujeitar o indivíduo a um poder que lhe fosse exterior.” (ibidem, p. 29). Dessa forma, a centralização do poder, a constituição e a legitimação de uma língua una (e imaginária como já foi dito), a dissolução de questionamentos quaisquer que possam suscitar revoltas quanto a existência de mecanismos de controle de indivíduos em prol dos interesses do Estado e da Religião, são apenas algumas das medidas que normalmente são tomadas no interior desse tipo de sociedade.

O *eclétismo* de Cousin, portanto, “tinha seu espaço no interior da universidade que, incitando à reflexão, fazia com que o sujeito se libertasse do poder religioso, ainda relativamente forte, assujeitando-o ao Estado” (ibidem, p. 29). Talvez aqui até caiba, como analogia, um comentário sobre um clichê comum nos desenhos animados: um gato, mostrando-se mais amigável, salva a ave da frigideira do colega e a convida para um banho quente, que na verdade é uma panela. Daí o *eclétismo* constituir-se num paradoxo, como diz Lagazzi.

O eclétismo, segundo o próprio Cousin (cf. LAGAZZI, 1988, p.30) “representa a possibilidade de penetrar as inteligências e sobretudo as almas, com as grandes verdades naturais, situadas acima de todos os sistemas, que não pertencem a nenhuma escola, mas ao senso comum, e que compõem de qualquer maneira o patrimônio da razão humana; verdades sem as quais não há nenhuma relação possível, nem nenhuma sociedade (...)”.

Parece perceptível que Cousin coloca as grandes verdades em situação privilegiada em relação aos outros sistemas e define-as como verdades do senso comum. Assim, o *eclétismo* de Cousin não impede a reflexão e ao mesmo tempo manipula o alvo das críticas, cumprindo a função de assujeitamento.

Daí o senso comum, mais do que nunca na história, ter suscitado tanto interesse dos filósofos. Nesse trabalho ele também muito interessará, mas sob uma perspectiva que o considera como historicamente construído, relacionado sempre às paráfrases discursivas, às redes de filiações, àquilo que se sabe por filiação. Assim sendo, torna-se pertinente comentar o que Geertz (1983 apud LAGAZZI, 1988) coloca sobre o senso comum quando o caracteriza como sistema cultural e o divide em cinco propriedades, das quais uma, a literalidade, é especialmente interessante aqui. Ela consiste no fato de que “o senso comum coloca as coisas de maneira simples, literal, como sendo apenas aquilo e não outra coisa”, como explica Lagazzi (1988).

Sobre essa questão de ser “apenas aquilo e não outra coisa”, eis aqui o *esquecimento n. 2* colocado por Pêcheux (1995). Trata-se da ilusão do sujeito achar que determinada coisa só pode significar ‘x’, independentemente do contexto sócio-histórico ou das condições de produção, de onde se origina a ilusão do pensamento do sujeito, da “onipotência do sentido”, e se inscreve a “estabilidade referencial” (ORLANDI, 2001b).

Acerca da literalidade, muito pode ser dito. A literalidade do senso comum, como colocada por Geertz (1983 apud LAGAZZI, 1988) na explicação de Lagazzi, parece ter uma relação bastante estreita com a homogeneidade em contraposição a uma heterogeneidade que, eventualmente, abre espaço para a ruptura, para o diferente, para a revolta, para o “perigo da reflexão crítica”. Essa homogeneidade seria, como diz a autora, a coerência do comportamento do sujeito, um passo para sua sujeição a um poder que lhe é exterior. Desse modo, o *eclétismo* de Cousin, que atribui ao senso comum a característica de ser algo como um princípio organizador das “grandes verdades” que “não pertencem a nenhuma escola”, poderia representar dentro dos espaços discursivos a paráfrase (homogeneidade de pensamentos), em contraposição à polissemia (heterogeneidade de pensamentos).

Paráfrase e polissemia aqui estão sendo colocadas já nos termos da AD. Ainda que em outros momentos tenha-se falado sobre esses processos que constituem o fundamento da linguagem, é importante sempre ressaltar que a produção dos discursos está relacionada à articulação entre eles.

Nesse sentido, poder-se-ia ainda dizer que o senso comum, parafrástico e historicamente constituído, opõe-se ao que poderia ser chamado de um questionamento, uma investigação mais aprofundada sobre determinado fenômeno, seja ele qual for, que migraria para um âmbito polissêmico à medida que possibilitasse sentidos diversos, múltiplos. Esse questionamento, essa investigação poderiam ser representados na França do século XIX pela filosofia questionando o poder da Igreja e, após o *eclétismo*, pela filosofia questionando o senso comum.

No presente trabalho a polissemia poderia ser representada pelo olhar crítico que está sendo lançado acerca dos discursos sobre humor ou, mais especificamente nesse subitem, sobre o que seja senso comum – e por extensão sobre os sentidos do humor da perspectiva do senso comum. Tenta-se desse modo, dentro das perspectivas teóricas que direcionam esse trabalho, explicitar os sentidos possíveis e não um sentido uno, homogeneizante, hierarquicamente privilegiado em relação aos outros, fato observado em 3.1 e 3.4.



Esse olhar crítico, que identifica como dois mitos as duas discursividades já citadas anteriormente sobre humor, não pretende eliminar ambigüidade dos conceitos envolvidos – que definitivamente não é função do analista, já que a ambigüidade, considerando-se que ela existe, é constitutiva do discurso – mas apresentar as possibilidades de sentidos que determinado discurso em um dado contexto enunciativo pode significar. “Dessa forma, todos os sentidos são de direito sentidos possíveis e, em certas condições de produção, há de fato dominância de um sentido sem por isso se perder a relação com os outros (implícitos)” (ORLANDI, 2001b, p. 20-21).

Mas o senso comum é um vespeiro que ora é tocado. Como diz Lagazzi (1988), “tocar na questão do senso comum significa entrar no cerne de uma questão bastante polêmica” (p. 30). Que não se incorra no erro, portanto, de tocar o ninho das vespas sem uma roupa adequada. É pertinente, então, à luz do que foi visto até aqui, verificar mais algumas particularidades do senso comum que dizem respeito estritamente à nossa cultura, ou melhor dizendo, ao nosso contexto sócio-histórico: o Brasil da atualidade.

Nesse sentido, procurar o que seja senso comum nos dicionários talvez não seja um ponto de partida tão interessante quanto foi para o humor, uma vez que esses instrumentos são próprios das sociedades coercitivas e o processo de legitimação promovido por eles é bastante homogeneizador, parafrástico e, nesse sentido, historicamente constituído.

No entanto é válido comentar acerca de outras expressões que fazem o uso da palavra senso, apresentadas dentro da entrada ‘senso’ dos dicionários.

O ‘senso comum’, assim como ‘senso de direção’, ‘senso do ridículo’, ‘senso de perigo’ ou ‘senso de humor’, entre outras expressões que se utilizam do termo ‘senso’, parece sempre remeter a uma capacidade humana específica – não parece haver indícios de efeitos que estendam essa capacidade aos animais nos segmentos -, ainda que boa parte dos animais tenham o ‘senso de direção’ ou o ‘senso de perigo’, cada qual à sua maneira e que constitui um sentido não selecionado (silenciado) no discurso do material consultado.

O ‘senso comum’, no entanto, diferentemente dos outros ‘senso’, parece ser sempre mais amplo que os outros no que diz respeito à capacidade de abarcar assuntos mais diversos no interior do universo discursivo, não só nos discursos produzidos em nossa sociedade, pelos brasileiros, mas também naqueles produzidos em outras sociedades, por outros povos. A expressão em geral é assim construída assim: senso comum *sobre x*, em que *x* compreende um vasto universo discursivo.

Quando expressões como ‘senso de direção’, ‘senso do ridículo’, ‘senso de perigo’, ‘senso de humor’ aparecem no discurso, há algumas idéias cristalizadas que remetem a alguns sentidos.

Por outro lado, quando se fala em ‘senso comum’, parece faltar alguma coisa. O sujeito verifica uma certa necessidade em completar a expressão com a pergunta ‘de que?’, afinal, se há senso comum é sobre alguma coisa e, não só em nossa sociedade como em muitas outras, há senso comum para quase tudo. Ele funciona como uma espécie de respostas padrão a uma quantidade muito grande de impasses cotidianos. Seria como se, na ausência de uma idéia que solucionasse algum tipo de problema de modo preciso, satisfizesse a necessidade de uma resposta para que determinada situação de inter-relação social pudesse prosseguir.

Fosse estabelecida uma taxionomia para hierarquizar os tipos de ‘senso’, é bem provável que a expressão ‘senso comum’ englobasse todas as outras, encabeçando a lista disposta numa chave como se usa em matemática, ou como é denominado em semântica estruturalista, uma espécie de hiperônimo.

Aqui já há um certo deslocamento de sentidos para senso comum em relação àquilo que propunha Cousin para seu *eclétismo* (cf. LAGAZZI, 1988). Não parece estar perdida a idéia básica que se inscreve naquele discurso para o que seja senso comum e que aponta para sentidos como “grandes verdades naturais” ou “patrimônio da razão humana”, mas o contexto já é diverso. As condições de produção a partir de onde são produzidos os discursos sobre senso comum aqui já estão muito mais relacionadas com a memória dos brasileiros, com a materialidade lingüística já legitimada nessa nação. Como funciona o senso comum para esse contexto sócio-histórico talvez seja mais importante a partir de agora.

Veja-se uma situação típica. Quando passantes se deparam com um indivíduo sofrendo um ataque de epilepsia em pleno passeio público, normalmente forma-se um círculo de pessoas em torno do doente e, os solícitos, quase sempre sem colocar a mão no indivíduo, comentam entre si que é preciso chamar um médico: “Tem que chamar um médico!”, “Precisa ligar pro hospital!”. O senso comum, sobre como agir em uma situação dessas, traz prontamente alguma resposta, alguma discursividade.

Agora verifique-se outra situação em que estão configurados um contexto sócio-histórico e condições de produção absolutamente diversas. Sabe-se que, mesmo os antigos povos indígenas da América do Sul tinham o hábito de convocar os xamãs ou pajés para tratar ou curar uma enfermidade insistente e/ou misteriosa. Tanto em um caso como em outro manifestam-se ações

que parecem apontar para a existência de um manual social básico. É a busca pela especialidade. Quando alguém tenta ajudar um indivíduo acometido por algum problema grave de saúde é como se o senso comum tocasse um gongo na cabeça de cada um dos presentes e os fizesse lembrar de alguns procedimentos sobre o que deve ser feito.

É imprescindível reforçar a respeito disso que esses procedimentos – tanto para o exemplo dos passantes como para a busca dos xamãs – vão depender do contexto sócio-histórico, das condições de produção, enfim, do modo como os sentidos são mobilizados entre os sujeitos envolvidos.

Observadas as devidas considerações sobre o fato de que as condições de produção são distintas, é possível verificar que o sentido de epilepsia também era outro, ou melhor, esse objeto não existia enquanto discurso. A questão ligada à religiosidade, o poder de “cura” migra do âmbito religioso para o médico de uma conjuntura a outra. Dessa forma, o que é doença/saúde também depende da conjuntura sócio-histórica.

Uma outra situação, bastante curiosa e diversa dessa e que ocorre em nossa sociedade até hoje, também pode ser verificada. No final da década de setenta, começaram a ser comercializados em no Brasil os jogos eletrônicos domésticos, conhecidos por video-games. Esses equipamentos, que funcionavam acoplados aos aparelhos de TV, ficaram conhecidos de lá pra cá como dispositivos que ocasionam defeitos em televisores: “Diz que estraga a televisão, né?”. O fato é que, na grande maioria das residências em que esse equipamento era instalado, a sintonia de canais ficava prejudicada. O problema, descoberto mais tarde, estava na conexão do brinquedo com a TV e bastava que o adaptador fosse removido para que os canais voltassem a funcionar. O discurso sobre esses brinquedos, no entanto, parece não ter mudado: “Diz que estraga a televisão, né?”, “Esse negócio começa dar problema na TV”. Assim, muitos pais, tios, padrinhos deixam de presentear as crianças com o brinquedo com medo de eventuais danos ao seu televisor. Alguns adquirem, além do brinquedo, um televisor usado para que nele se façam as conexões.

Essas três situações<sup>42</sup>, bastante diversas entre si e que nada tem haver com o humor (apesar de algumas pessoas rirem do último), servem para ilustrar como possivelmente opera o senso comum em nossa cultura, em nossa conjuntura sócio-histórica.

---

<sup>42</sup> Essas situações dizem respeito aos discursos em circulação que, tal como foi descrito na Introdução, podem dizer respeito à memória de um povo e também à memória do próprio analista.

Tanto em “Diz que estraga a televisão, né?”, “Esse negócio começa dar problema na TV”, como em “Tem que chamar um médico”, “Precisa ligar pro hospital”, parece haver uma razão “superior”, que está acima da maioria das “inteligências”, sobre as quais parece não restar outra alternativa senão assujeitar-se, aceitá-las como redes de sentidos e filiar-se a elas. Vale lembrar que o sujeito não tem controle nem consciência de como esses sentidos chegam a ele. Mas eles significam porque não estão “soltos”.

Assim, algo como uma cristalização de sentidos, uma homogeneidade discursiva, um princípio regulador, uma literalidade, enfim, uma paráfrase discursiva inscreve-se nesses e noutros discursos no interior dos quais, como já foi dito, as palavras adquirem sentidos em discursividades que satisfazem àquilo que foi chamado de impasses cotidianos.

Digno de nota é que, algumas vezes, como o caso do epilético ou um outro que envolva socorro de vítimas de quaisquer eventualidades, o senso comum parece funcionar ora como manifestação de civilidade, ora como uma espécie de utilidade pública.

Especificamente a respeito de o senso comum estar também ligado à civilidade, à postura exemplar, à moral ou ao patriotismo, outras coisas podem ser ditas. O próprio dístico “Ordem e Progresso” escrito na bandeira nacional, materialidade específica da simbologia da pátria brasileira, significa o que significa na atualidade em função de um deslocamento de sentidos que tem em seus primórdios uma tendência a incorporar-se ao senso comum. Isso ocorre porque, na ocasião em que foi formulado, eram os discursos positivistas que estavam definindo alguns sentidos para o novo Estado, entre eles a nova caracterização da bandeira – que entre outras coisas deveria substituir a esfera armilar da bandeira de Portugal pela esfera central em azul e branco – e a mensagem que nela representaria, não uma palavra de ordem, mas um preceito universal para a nova nação. Nesse momento, qualquer discursividade que apontasse para um formato de lei não seria aceito de bom grado entre os positivistas. O que deveria vir escrito na bandeira então deveria ter o formato de “regra a ser seguida” (ORLANDI, 2002).

O discurso (regra) ficaria lá, no “onde”, e significaria com toda a sua especificidade, por estar escrito na bandeira, e não numa faixa, num papel timbrado ou no palácio oficial, mas no símbolo maior da nova pátria. Estaria lá, na bandeira, para ser lido por toda a nação, indefinidamente. A formulação dos dizeres tomou a forma de uma máxima em função do discurso positivista tender para esse formato, que não se esvazia na *lex*, mas numa “fala

imemorial, sabedoria do fundo dos tempos” (A.GRESILLON et alii, 1984 apud ORLANDI, 2002, p. 288).

Mas não é só. Além do formato de máxima satisfazer particularmente os positivistas, ela apresenta-se mais científica, menos relacionada às limitações de uma ou outra ideologia, menos propensa à prova de autoria, a-temporal e, entre outras coisas, o que mais importa aqui: legível (interpretável) para o senso comum. “O sujeito ao ler a máxima positivista da bandeira, imprime a ele o sentido de sua cidadania, o ato da leitura já é um gesto cívico” (ORLANDI, 2002, p. 298). Como a máxima constitui-se, além de tudo que o que foi colocado, em um tipo de discurso que tende a apontar para ideologias moralistas, a sua exposição na bandeira nacional também teria a função de promover no sujeito brasileiro um certo desejo de constituir-se como cidadão, exemplar, patriótico, fraterno, etc.

Contudo, a formulação de um discurso sempre tem resultados não muito previsíveis. Os positivistas não poderiam prever os eventuais deslocamentos que poderiam ocorrer com os sentidos em função da exposição da máxima na bandeira nacional. Como foi dito, hoje ele significa o que significa em função dos deslocamentos que ocorreram desde o momento de sua formulação até os dias atuais. O senso comum, que é uma formação discursiva, interpreta o dístico no atual contexto sócio-histórico de um modo diverso de como pretendiam os seus formuladores. Mas aqueles efeitos se historicizaram e hoje significam (cidadania, postura exemplar, patriotismo, civismo, fraternidade, entre muitos outros) porque fazem sentido na memória.

À luz do que foi visto até então, é possível dizer que o senso comum funciona para quase tudo: como agir com um epilético, o que falar à criança sobre o vídeo-game, o que dizer a respeito do enunciado “Ordem e Progresso”, o que falar sobre o humor.

Algumas vezes, os conceitos interpretados pelo SC estão acima das organizações, da volatilidade e relatividade das autoridades e rege, de uma forma geral, uma boa parte das interações cotidianas, das relações entre as pessoas.

O SC está aí e interpreta quase tudo, permitindo ao sujeito, que a partir de seu interior produz um discurso, significar e significar-se. Então, ‘o que é humor?’

## 4.2 FORMAÇÃO DISCURSIVA E SENSO COMUM

Socorrer um epiléptico, comprar um video-game, um carro, uma casa, namorar, casar, estudar, beber, comer, perguntar ‘o que é humor?’, enfim, para todas essas práticas sociais, potencialmente capazes de gerar impasses cotidianos há um discurso pronto, relativamente previsível, que se repete há algum tempo com certa periodicidade. Assim como é próprio da natureza das formações discursivas determinar o que pode e deve ser dito numa sociedade de determinada época (FOUCAULT, 1996, 2000), o ‘senso comum’ parece determinar um conjunto de saberes como um compêndio, uma relação, um resumo daquilo tudo que está presente na maioria das formulações discursivas cotidianas que, por sua vez, encontram-se inseridas em formações discursivas.

Sobre as formações discursivas, há muito o que ponderar. Basicamente, para aqueles que tem alguma afinidade com a AD, as formações discursivas determinam, como foi dito há pouco, o que pode e deve ser dito numa sociedade de uma determinada época. Mas não é só.

De uma forma mais precisa, as formações discursivas definem-se como aquilo que, numa dada formação ideológica, determinam o que pode e deve ser dito. Portanto, na ordem do discurso, as formações ideológicas são representadas pelas formações discursivas.

Porém, não é simplesmente o que pode e deve ser dito por qualquer um, em qualquer sociedade e momento histórico mas, a partir de uma posição dada numa conjuntura sócio-histórica dada. Assim, as formações discursivas não determinam só o que pode e deve ser dito, mas os sentidos das palavras, expressões e proposições que a partir delas são produzidas e que se constituem em discurso.

Isso leva o analista de discurso sempre a considerar que “o sentido de uma palavra, proposição ou expressão não existe em ‘si mesmo’ (em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico”. Assim, as palavras, proposições ou expressões “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Vale lembrar nesse ponto que a unidade (de análise) em AD é o texto, não necessariamente uma palavra, uma oração, uma frase, uma proposição, etc. Desse modo, se uma única palavra já significa é porque já é discurso.

Nesse sentido, elas (palavras, expressões, proposições, etc) tomam seu sentido em referência às posições que assumem aqueles que as empregam, ou melhor dizendo, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1995).

As formações discursivas são, portanto, fundamentais para os analistas de discurso. Maingueneau (1997) considera que o primado do sistema de lugares é crucial em AD a partir do momento que se raciocina em termos de formações discursivas.

Maingueneau (1984, apud ORLANDI, 2001b) também coloca que “ela é fundamental para o analista de discurso porque permite apreciar o modo de inscrição histórico pelo qual uma dispersão de textos pode ser definida como um espaço de regularidades enunciativas” (p. 108).

As formações discursivas, ao mesmo tempo em que determinam o que pode e deve ser dito selecionando e aceitando determinados discursos e, portanto, funcionando como um princípio de aceitabilidade discursiva, também funciona como um princípio de exclusão de discursos à medida que o não-formulável (que não pode e não deve ser dito a partir de uma determinada posição numa dada conjuntura) é interdito.

Portanto, quando alguém responde à pergunta ‘o que é humor?’, esse alguém é interpelado em sujeito por uma ou mais ideologias, que estão inscritas em uma determinada formação ideológica. A existência dessa formação ideológica implica no fato de que, o sujeito em questão, só pode produzir o seu discurso sobre o humor a partir de um lugar e uma conjuntura dadas. Além disso, essa formação ideológica é representada por uma ou mais formações discursivas que determinam o que pode e o que deve ser dito sobre o humor.

Muitas das disciplinas da área de lingüística que se desenvolveram depois do estruturalismo introduzido pelo *Curso de Lingüística Geral* de Saussure, porém, ao tenderem para os produtos da linguagem acabaram por prescindir dos processos da linguagem dando a ela uma visão muito compartimentada. Em AD, não há essa divisão tal como ocorre no estruturalismo.

As formações discursivas, nesse sentido, não são como gavetas ou cadihos cujas dimensões são mensuráveis. Em AD, elas não podem ser concebidas como um grande depósito do qual se possa cubicar sua capacidade volumétrica ou como terrenos que possam ser cercados e cujos limites possam ser estabelecidos. Elas são heterogêneas em relação a si mesmas e seus limites estão se alternando devido ao jogo das lutas ideológicas, dos confrontos político-sociais. São dinâmicas, estão em curso, em movimento e sua especificidade está no próprio paradoxo em

que se constituem. Elas se definem à medida que se relacionam com outras formações discursivas em sua articulação contraditória com a ideologia (ORLANDI, 2001b).

Nesse sentido, perguntar ‘o que é humor?’ para alguém sempre consistirá em abrir espaço para que um sujeito discursivise do interior de uma formação discursiva a ser identificada, e que certamente estará se definindo à medida que estiver se relacionando com outras formações discursivas também a serem identificadas em análise, o que não é uma tarefa fácil: as lutas ideológicas e os confrontos político-sociais podem estar dispostos de modos imprevisíveis.

A pretensão não é a de separar o ‘senso comum’ daquilo que se define como formação discursiva, afinal, o próprio senso comum já é uma formação discursiva ou um conjunto delas.

Todavia, é preciso atentar a algumas especificidades desde já, afinal, se normalmente é possível identificar a qual formação discursiva pertence um indivíduo fazendo uma análise de seu discurso, deve ser porque a formação discursiva a qual ele pertence e que permitiu ao analista identificá-lo tem certa especificidade. Mas, se ao contrário, identificar a formação discursiva a qual pertence um sujeito torna-se uma tarefa difícil, pode-se estar diante de uma formação discursiva que abarca ideologias de muitas outras formações discursivas - que por sua vez condensa muitas ideologias - ou talvez, do SC.

#### 4.3 FORMAÇÃO DISCURSIVA DO SENSO COMUM

Imagine-se agora, que os passantes ilustrados em 4.2 encontrem um indivíduo não sofrendo de epilepsia, mas fazendo a seguinte pergunta às pessoas que transitam: ‘o que é humor?’. Agora, ao invés das convulsões, ele tem um gravador em sua mão. Assim como ocorreu com o atendimento ao epilético ou com a instalação do video-game, haverá respostas prontas a essa pergunta (impasse social). Pertinente é ressaltar que o ataque epilético e o pedido da criança em relação ao brinquedo podem operar com a característica da surpresa. O epilético sabe que mais dia menos dia sofrerá um ataque mas não tem controle sobre isso. Os pais sabem da possibilidade de que, mais dia menos dia, o filho vai pedir o brinquedo (e vão ter um ataque) mas não têm controle sobre isso. O passante sabe que pode ser abordado por alguém fazendo algum tipo de pergunta (quer comprar? onde fica? que bairro é esse?) mas não tem controle sobre isso. Dessa forma, o que o inqueridor coletará, no mínimo, será um significativo *corpus* para análise



discursiva em relação ao que se sabe ou pensa sobre humor (cf. no item 1 o modo de coleta do *corpus*).

As condições de produção aqui são bastante peculiares. Ainda que muitos dos cidadãos das grandes metrópoles já tenham dado entrevistas nas ruas ou pelo menos visto de perto isso acontecendo, não é comum que alguém saia por aí com um gravador perguntando o que é humor. Todos parecem saber o que é.

Mas há aqui uma simplificação. Outros fatores devem ser levados em conta. Caso fosse feito esse mesmo inquérito ao pesquisador ou ao orientador desse trabalho seria bastante possível que a resposta não fosse parecida com aquelas coletadas entre os passantes. As condições de produção são outras, bem diversas das dos passantes - embora isso dependa, como já se sabe, de quem pergunte e em que situação (imagine que a pergunta ocorra numa conversa entre um mestrando e seu filho, por exemplo), afinal, o discurso depende dos interlocutores, é “troca de sentido entre interlocutores”.

Vale lembrar que ao analista não cabe fazer juízo de valores. O contexto sócio-histórico, as condições de produção, as formações discursivas e as formações ideológicas que as representam, o lugar discursivo e os sentidos mobilizados quando da produção de um discurso estão entre as várias coisas que são de sua competência. Colocações a respeito de uma fala ser mais ou menos privilegiada ou pertinente que outra não diz respeito, a menos que se esteja analisando especificamente isso, à função do analista.

Talvez não esteja em jogo primeiramente o conhecimento ou a experiência de pesquisa, mas sim um certo compromisso social, afinal, não se pesquisa para apresentar as mesmas respostas. No entanto, se esse pesquisador ou seu orientador forem surpreendidos por um de seus amigos em uma boate com a mesma pergunta, estará caracterizado um impasse social (com outro contexto sócio-histórico) bastante peculiar. Restará ao acadêmico entrevistado (ou entrevistado acadêmico) fazer algumas escolhas como: a) tentar responder o que qualquer um responderia, b) avisar sobre a complexidade do assunto e deixar pra depois ou c) descarregar toda a teoria que sabe naquele momento para que a pergunta não fique sem uma resposta cientificamente coerente.

Para esse caso, tendo como entrevistado um acadêmico do qual se tem um imaginário (justamente por ser acadêmico) de que este tenha com certa bagagem de pesquisa, o SC (aparentemente a opção ‘a’) seria (interpretaria) apenas uma das respostas (discursividades) possíveis. Considerando-se, no entanto, que dos cento e oitenta milhões de habitantes do Brasil,

apenas uma pequena parcela passa pelas universidades e que, dessa pequena parcela apenas uma fração faz algum tipo de pesquisa extra, há uma quantia ainda muito menor de pessoas que pesquisam o fenômeno humor sob a ótica da AD (cf. justificativa no item 1).

Subestimar, porém, a capacidade que uma pessoa não pertencente ao meio acadêmico tem de dar uma resposta com sentidos que apontem para outro âmbito que não o do parafrástico 'senso comum' seria uma ingenuidade. Volta-se, desse modo, ao SC.

## **5 O SENSO COMUM E SEUS CONCEITOS SOBRE HUMOR**

### **5.1 RELAÇÃO DISCURSIVA ENTRE O SENSO COMUM E O DICIONÁRIO**

O riso é uma arma de destruição: ele destrói a falsa autoridade e a falsa grandeza daqueles que são submetidos ao escárnio. (PROPP, 1992, p. 46)

A título de realizar um breve comentário, em muitos discursos do cotidiano encontramos os sujeitos referindo-se ao dicionário como algo sagrado, inquestionável, referência de acerto e erudição etc. quando estão em pauta as normas de bem dizer e bem escrever. Em verdade, talvez um dicionário não esteja entre os mais volumosos, pesados e caros de toda livraria à toa. O trabalho envolvido quando da produção de tal compêndio e, não só dele mas das gramáticas, elucidários, dicionários de uso, de concordância, de antônimos, de verbos, enfim, parece mesmo faraônico dada a quantidade de tempo e de profissionais envolvida para a construção de tais instrumentos lingüísticos.

Mas que não se deixe enganar por completo. Apesar de todos consultarem dicionários – e isso vale para os profissionais da área de AD também – os sentidos das palavras não são tais como estão expostos nas páginas do grande livro. Os sentidos das palavras dependem da posição que ocupam aqueles que as estão empregando (PECHEUX, 1990, 1995). Os sentidos das palavras não existem por si só, na sua relação transparente com o significante, e sim são determinados pelas posições ideológicas em confronto no processo sócio-histórico. Ele tem sim o seu valor, porém, é preciso atentar à incompletude, à opacidade da linguagem (ORLANDI, 2001a).

Outro fato digno de nota é que o dicionário (de língua portuguesa do Brasil especificamente) tal como se constituiu no Brasil como instrumento lingüístico, já é em si um discurso que se pretende universal.

Não talvez como o senso comum do *ecletismo* de Cousin (apud LAGAZZI, 1988), representando a possibilidade de penetrar as inteligências e as almas com as grandes verdades naturais que não pertencem a nenhuma escola e que compõem o patrimônio da razão humana. Talvez não também como o senso comum que subsumiu a ciência, a religião e a política na realização discursiva de um dístico como “Ordem e Progresso” cujo sentido se historicizou e traz em seu âmago apenas uma parte do que pretendiam os positivistas no Brasil do XIX. Possivelmente também não seja como o senso comum que toca um gongo na cabeça das pessoas e as faz discursivisar a respeito de várias coisas como socorrer vítimas, ser cuidadoso no trânsito de cidade desconhecida, evitar o uso de bolsas em grandes cidades, perguntar o que seja humor, etc.

Talvez o dicionário seja um senso comum que contenha partes de cada um desses formas discursivas. Lá podem sim ser observadas discursividades que se caracterizam como grandes verdades naturais, elementos históricos parciais e isolados em entradas como “positivismo”, “política”, “religião”, “Estado” entre outros, elementos próprios de nossa conjuntura separados em crenças, credices, mitos, folclores, cultura, etc.

Porém não é só. Há também discursividades das mais variadas áreas da ciência tal como estão organizadas na atualidade. Os segmentos extraídos dos dicionários como tal como estão apresentados no capítulo 2 mostram uma parte disso. Abreviações como fisiol. (fisiologia), anat. (anatomia), med. (medicina), hist. med. (história medieval), próprias de dicionários de língua portuguesa apontam para uma época bem mais contemporânea em relação a séculos passados e legitimam um saber lingüístico e um saber lexicográfico de uma conjuntura sócio-histórica mais atual.

O senso comum do dicionário, porém, tal como está aqui sendo exposto não é o foco principal, ainda que tenha suscitado observações importantíssimas até o presente momento. O que constitui o foco principal a partir dessas observações é o SC, observável nos discursos produzidos a partir da pergunta “o que é humor?”.

## 5.2 O SENSO COMUM EM PERSPECTIVA DISCURSIVA: PARÁFRASE E POLISSEMIA

O senso comum, muito citado e retomado no parafrástico ciclo do cotidiano, é, discursivamente falando, o “retorno aos mesmos espaços do dizer” (ORLANDI, 2001a, p. 36).

As formações discursivas, compostas normalmente por várias ideologias, costumam ditar algumas regras básicas em uma determinada sociedade. A expressão senso comum, exposta pela maioria dos (tidos como) bons dicionários, apresenta basicamente uma mesma acepção. Trata-se de um empréstimo da Filosofia que consiste em defini-lo como um complexo de idéias normalmente aceitas em uma dada época. É importante lembrar que o modo como o próprio dicionário é construído não foge muito à definição de SC pelo fato de que ele próprio constitui-se como algo muito parecido com o resultado da coleta do SC sobre os significados. Nos dicionários comuns, diferentemente dos dicionários de uso em que os lexicógrafos freqüentemente recorrem à fala, há ainda a predominância de sentidos conferidos aos cânones da literatura e, portanto, a

chamada língua escrita, haja vista que os falantes algumas vezes mais se confundem do que se esclarecem ao consultá-lo. Isso está previamente explorado na introdução desse trabalho quando da exposição das acepções dos dicionários latino e português e suas comparações com os discursos atuais. A questão do dicionário sob o ponto de vista discursivo, no entanto, está exposta nos capítulos 2 e 5. A simplória comparação aqui apresentada tem apenas o objetivo de ilustrar o que será adiante exposto.

Pode ser difícil imaginar a expressão SC sem as suas respectivas relações diretas com a experiência humana. Como já foi colocado, há SC para a maioria das coisas. O conceito de SC, dessa forma colocado, parece estar muito próximo do que Bakhtin (1992, p. 118) chama de *ideologia do cotidiano*. Ela seria, segundo ele, “a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga”.

Para ficar em apenas um exemplo entre os milhares existentes em nossa cultura, o SC costuma proclamar idades ideais para o ser humano buscar o matrimônio, conceito que, apesar de ultrapassado para muitos no século XXI, ainda pesa nas decisões de muitas pessoas que, por algum motivo, venham a se julgar ou a serem julgadas como supostamente imunes a ele. É uma das manifestações do que é chamado de paráfrase discursiva. A propósito, idade para casar é um tema bastante explorado nas práticas discursivas tidas como humorísticas: ou o indivíduo é contemplado com o matrimônio muito cedo ou muito tarde; parece não haver como escapar dessas discursividades – o analista, quando da ocasião de seu matrimônio também não escapou. Os temas se repetem.

A paráfrase discursiva não é um fenômeno isolado dentro da AD. Ela se constitui à medida que mantém relação com sua contraparte, a polissemia discursiva. De uma forma bastante geral, é possível dizer que da relação entre as duas é que o discurso pode ser produzido. Nesse sentido, o fundamento da linguagem é constituído pela articulação desses dois grandes processos: o parafrástico e o polissêmico (ORLANDI, 2001a; 2001b; 2002).

A partir de uma observação do processo parafrástico especificamente é que o conceito de *matriz* dos sentidos colocado por Pêcheux (1995) pode ser melhor definido. Esse conceito aponta para as formas possíveis que um sentido pode adquirir no processo parafrástico. Em uma outra direção, o processo polissêmico permite a produção de sentidos diferentes e múltiplos (e não formas possíveis de um mesmo sentido).

Um exemplo geral que ilustra essa articulação entre os dois processos pode ser verificado em Orlandi (2001b), onde a autora traça um panorama entre três tipos de discursos: o autoritário, o polêmico e o lúdico.

O autoritário é quase totalmente parafrástico uma vez que impossibilita a mudança, a ruptura, os sentidos múltiplos, momento em que a reversibilidade é quase igual a zero.

O polêmico é o tipo de discurso em que a articulação entre paráfrase e polissemia parece estar equilibrada. A uma certa abertura para a mudança, para a ruptura, para os sentidos múltiplos, momento em que a reversibilidade é controlada.

O lúdico é quase totalmente polissêmico. A reversibilidade é quase total. Praticamente não há controle sobre a mudança, a ruptura, os sentidos múltiplos.

“O exagero do discurso autoritário é a ordem no sentido militar, o do polêmico é a injúria e o exagero do lúdico é o non sense” (ibidem, p. 24).

Dessa forma, considere-se para o caso do SC que proclama idades ideais para o matrimônio citado há pouco, os diferentes discursos eventualmente produzidos por moradores das diferentes cidades existentes no Brasil. Haverá certamente entre as opiniões discursos mais conservadores dizendo que casamento deve ser entre os dezoito e os vinte e cinco anos de idade não dando margem para discussão (o autoritário). Haverá aqueles discursos que aceitarão como saudável a idéia de assumir um casamento com a idade que bem entender abrindo, assim, espaço para discussão (o polêmico). Por fim haverá aqueles discursos que podem constituir-se como brincadeiras tamanha a impropriedade das idéias veiculadas em relação ao que pode e deve ser dito numa conjuntura sócio-histórica como o Brasil da atualidade (o lúdico).

Transportando-se isso para os discursos sobre o humor, talvez o que se tenha seja algo muito parecido. O humor estaria relacionado com alegria, riso e felicidade na maioria das discursividades (o autoritário, o parafrástico). Quando uma dúvida paira sobre o humor e questiona sobre esse fenômeno não ser exatamente isso o que se pensa após se investir de um olhar um pouco mais crítico (o polêmico, que está mais para a presente pesquisa)<sup>43</sup>. O humor como algo absolutamente diverso de tudo o que se pensava poder dizer sobre ele (o lúdico).

Imprescindível é o fato de que, na atual conjuntura, nem é preciso gastar muita análise para saber que o discurso autoritário é dominante. O humor, como pôde ser visto nos resultados de algumas análises no capítulo 2, está relacionado predominantemente à sua face tida como

'boa'. Na mesma linha de raciocínio, quando se trata de fazer humor, não raro é colocado em pauta o fato de um homem com quarenta anos ainda não ter se casado - "Nossa, ele já não é tão novinho", "Não vai agüentar o tranco quando vier a molecada" – ou o fato de um homem bem jovem assumir a responsabilidade do matrimônio - "Nossa, ele é tão novinho", "Não agüenta muito e logo se cansa"<sup>44</sup>.

Assim, em nossa sociedade, no sentido do que já foi colocado, o discurso lúdico representa a mudança, a ruptura (polissemia), o discurso polêmico representa a abertura, o possível (paráfrase mais polissemia) e o discurso autoritário representa a ordem dominante (a paráfrase).

Em outras palavras, a paráfrase discursiva, o inverso da polissemia, seria um conjunto idéias cuja origem é desconhecida e que continuam sendo repetidas por muitos sujeitos a partir daquilo que é definido em determinadas formações discursivas. A paráfrase, como foi dito, consiste no retorno aos mesmos espaços do dizer e praticamente não representa quaisquer alterações ou rupturas em termos ideológicos.

Bergson (1993), a propósito, fala de um interessantíssimo fenômeno de repetição no que diz respeito ao humor (e ao riso) especificamente. Diz ele que se está sempre bem longe da causa originária do riso. Isso remete ao fato de que, quando o assunto é humor (piada, pilhéria, gracejo, blague, chiste, dito espirituoso, etc.), nada há de muito original. As formas cômicas (discursos) se repetem e os mecanismos (materialidades lingüísticas) também:

“Uma determinada forma cômica, inexplicável por si própria, não se compreende, com efeito, senão pela semelhança com outra, a qual só nos faz rir pelo parentesco que tem com uma terceira e assim sucessivamente, durante muito tempo...” (p. 53)

Ao levantar questionamentos sobre o porquê de escrever sua obra tendo em vista que o homem que ri não muda e seu modo de rir também não, Minois (2003) coloca que verificando as análises de Aristóteles sobre o humor e o riso pode-se ter a impressão de que os gregos riam como se ri hoje, com as mesmas variações e pelas mesmas razões há 2.300 anos.

---

<sup>43</sup> Tenha-se em vista também alguns dos resultados das mais recentes pesquisas sobre o funcionamento do cérebro.

<sup>44</sup> Esses enunciados são discursos em circulação que dizem respeito à memória de um povo ou à memória do analista.

Acerca disso expõe algumas blagues que encontrou em sua pesquisa. Conta uma em que um filho, após ter vendido todos os livros, escreve para seu pai dizendo que enfim eles teriam lhe dado o tão esperado retorno financeiro. Há uma outra em que um homem queixando-se com seu amigo de ter dores de cabeça uma hora depois que acorda recebe como resposta a sugestão de acordar todos os dias uma hora mais tarde. Não seria demais dizer aqui que essas duas blagues possuem estruturas (materialidades lingüísticas) bastante parecidas com muitas outras da atualidade (mais adiante, ainda nesse subitem, estão presentes algumas considerações sobre estruturas de blagues, anedotas ou piadas). Não raro elas se repetem, entre outros espaços, nos programas humorísticos televisivos. Algumas vezes em países de mesma língua como Brasil, Portugal, Angola, etc. Outras, em países de línguas diversas (Inglaterra e França) como pôde notar o próprio Minois acerca dos exemplos que relatou.

Ainda sobre as idéias que se repetem, Propp (1992) apresenta em determinadas partes de sua obra dados sobre antigas histórias russas em que os respectivos autores versam sobre povos de comportamento muitíssimo estranho. Ato como serrar do galho a ponta em que se está sentado é uma entre as curiosas e absurdas práticas desses personagens da literatura russa citados por ele. Incrível é a semelhança das descrições com o que é encontrado em termos de façanhas impossíveis para os seres humanos nos desenhos animados dos séculos XX e XXI, após o advento da televisão.

A propósito, muitos dos desenhos animados mais atuais ainda parecem tender a uma rotina que teria se tornado constante em meados do século XX. Críticas à indústria cultural à parte, os desenhos que em princípio pareciam ser os maiores representantes da fantasia em oposição a um certo racionalismo, tomaram um rumo um tanto diverso e amiúde tornam-se divulgadores de clichês muito próximos àqueles explicitados pelo filão ‘entretenimento’ do cinema moderno (ADORNO & HORKHEIMER, 2000). Dessa forma, não há, aparentemente, apenas a paráfrase de idéias que vem de muito longe – como as citadas por Propp (1992) – mas uma repetição daquilo que prevê a indústria cultural no que diz respeito aos temas. O que era uma versão das comédias ‘pastelão’ na primeira metade do século XX, parece hoje martelar nos cérebros um discurso próprio das conjunturas que regem a mídia em geral (ADORNO & HORKHEIMER, 2000). É questionável, nesse sentido, a existência do ‘novo’ e do ‘neutro’, mesmo quando estão envolvidos produtos eminentemente infantis.



O hábito que têm certos povos em satirizar outros grupos de nações diversas também parece não ser novo. Isso pode ocorrer por vários motivos: políticos, religiosos, étnicos, econômicos, etc. Os brasileiros, a exemplo disso, por motivos pouco conhecidos pela maioria deles, têm há quase meio século o hábito de fazer piadas sobre os colegas portugueses. Essa discursividade humorística, que absolutamente não é neutra, também não é nova. Minois (2003) fala sobre um fenômeno discursivo muito parecido que ocorrera em relação aos povos das cidades de Cimo (Ásia Menor) e Abdera (Trácia), cujos habitantes eram tidos como pouco inteligentes.

Os mais modernos programas humorísticos da TV brasileira, por mais que atualizem seu guarda-roupa, cenário e actantes, não conseguem ficar imunes de algumas discursividades cristalizadas (algumas até de origem improvável e muitas vezes desconhecida). Piadas, pilhérias, gracejos, blagues, calemburs, anedotas, trocadilhos e muitos outros elementos que parecem pertencer à grande categoria 'humor' não raro são repetições de outras repetições. Blagues como aquelas explicitadas por Minois e citadas há pouco são exemplos disso.

Válido lembrar que poder instituído também exerce enorme influência no conteúdo ideológico veiculado pelas diferentes mídias. Após o golpe militar no Brasil em 1964, filmes, peças, jornais, músicas, programas de rádio e televisivos, entre muitos outros, tiveram os dias contados. Segundo Napolitano (2004), a criação foi substituída em muitos casos por programações repetitivas e enfadonhas já que, muitos dos temas 'quentes', passaram a ser resfriados pelos censores que faziam plantões no teatro, no jornal, na televisão, no cinema e no rádio brasileiros. Já não era possível fazer graça e fazer rir de absolutamente tudo. Os temas precisaram mudar.

Digno de nota é que as blagues, anedotas e piadas são normalmente compostas por caracteres estruturais que obedecem a alguns poucos padrões. Dito de outro modo, ao contrário do que se pensa (senso comum), é possível verificar que não há milhões e milhões de tipos de textos engraçados e sim, milhões e milhões de variantes e combinações de alguns poucos. Desse modo, o humor (irônico, ácido ou sutil) durante o regime militar deve ter contado com as mesmas estruturas à medida que se mudavam os temas.

Gil (1991), após ter relacionado uma grande quantidade de piadas e anedotas, verificou que muitas delas repetiam-se quanto ao tema e estrutura e diferenciavam-se entre si apenas pelo nome dos personagens.

Acredita-se, sob essa perspectiva, que qualquer indivíduo tido como bom contador de piadas ou anedotas em determinada conjuntura pode potencialmente possuir em sua memória algo como algumas poucas dúzias de padrões estruturais com os quais ‘monta’ as respectivas discursividades do gênero humorístico.

Contudo, quem determina o que é um bom ou um mau contador de piadas não é o analista. Ao analista, como dito anteriormente, não cabe fazer juízo de valores tampouco observações que exponham dados conteudistas. Dessa forma, o bom (ou o mau) contador de piadas aqui está baseado nos sentidos que são mobilizados nos discursos entre brasileiros.

Assim, ao estabelecer uma comparação entre esses poucos padrões estruturais das piadas e a estrutura de um prédio que está em construção, podemos dizer que, sendo rígida e resistente às mais diversas intempéries (inclusive ao tempo), tem potencialmente a capacidade e a flexibilidade de comportar uma infinidade de tipos de sacada, fachada, revestimentos, cores, entre outros. Além do aspecto externo, que normalmente dá ao observador um efeito grandioso, há também todo um conjunto de elementos que podem ser escolhidos internamente como portas, divisórias, sistema de condicionamento de ar, TV a cabo, rede de computadores, entre muitos outros. É óbvio que tudo o que for construído, instalado ou aplicado na estrutura principal deve seguir parâmetros preestabelecidos pelo conjunto regras e cálculos que compõem a engenharia (elétrica, eletrônica, civil, hidráulica, etc.) e a arquitetura. Mesmo um servente de pedreiro, sendo um mero aprendiz da arte da construção, sabe, por exemplo, que não se deve aplicar a tinta sobre uma parede que ainda não tem o reboco.

Assim são as piadas, blagues e anedotas, sob a perspectiva dessa comparação. Por mais curtas, concisas ou econômicas que sejam, elas sempre trazem em seu interior uma estrutura rígida e resistente (inclusive às rupturas discursivas). A essa estrutura podem ser apoiadas as mais diversas combinações de personagens e situações discursivas, que vão variar de acordo com a habilidade daquele que as coloca em funcionamento.

Essa repetição, essa veiculação incessante daquilo que já existe, essa aparente ausência de criatividade, essa mera adaptação de construções de outras épocas se identificam quase diretamente com as paráfrases discursivas. A propósito, nesse mesmo item, são tecidas algumas considerações sobre criatividade e produtividade sob a perspectiva da AD. Esses modos discursivos estão diretamente relacionados com paráfrase e polissemia discursivas.

Algumas vezes, por parte dos sujeitos mais atentos e observadores, essas paráfrases são mencionadas indiretamente por meio de manifestações discursivas conhecidas como citações de cultura. A exemplo disso temos em nossa cultura frases adaptadas como ‘debaixo do sol não há nada novo’ ou o desgastado trocadilho ‘nada se cria, tudo se copia’, extraído, em parte, da máxima “Na natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”, atribuída ao físico-químico Antoine Laurent de Lavoisier (1743-1794)<sup>45</sup>. A propósito, mais curiosas ainda as colocações desse cientista em relação ao que está nesse momento sendo discutido, afinal, segundo ele, embora a matéria pudesse mudar de estado numa série de reações químicas, sua quantidade não seria alterada, conservando-se a mesma tanto no fim como no começo de cada processo, o que, guardadas as devidas proporções, parece lembrar o processo parafrástico no que diz respeito ao fato de ele permitir que o mesmo sentido seja produzido sob várias de suas formas<sup>46</sup> – diferente do processo polissêmico em que os sentidos tornam-se múltiplos.

Voltando à discussão colocada a pouco nesse mesmo subitem acerca dos discursos sobre humor, temos pelo menos uma formação discursiva que determina como isso deve ser. Quando alguém em uma sociedade como a nossa define o humor como algo que até então acreditava-se ser impensável (o lúdico), normalmente tem instaurada a áurea de paródia em torno de si e ele passa a ser visto como um indivíduo cuja mente opera em contra-ideologia, ou seja, torna-se não-parafrástico. É importante colocar aqui que paródia e contra-ideologia, quando citadas fora dos domínios da AD, adquirem características que prezam pela simples descontinuidade e/ou a sátira, como nos ensina Sant’Anna (2000, p. 28). De uma forma ou de outra, é importante não perder de vista que não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2001a). Todo dizer é ideológico em relação às outras ideologias.

O SC, portanto, está mais relacionado ao discurso autoritário que ao polêmico ou ao lúdico. O SC tende para esse tipo de discurso não porque é parecido com o exagero do discurso militar, mas por ser dominante. Há, como foi dito, senso comum para tudo. As formações discursivas que o compõem interpretam sentidos para uma quantidade muito grande de impasses sociais em nossa conjuntura sócio-histórica trazendo uma resposta, um discurso pronto para quase tudo. Podem não ser necessariamente verdades universais ou naturais, podem não se

---

<sup>45</sup> As discursividades ‘debaixo do sol não há nada novo’, ‘nada se cria, tudo se copia’ ou mesmo “Na natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma” constituem-se como discursos em circulação e dizem respeito à memória de um povo e à memória do próprio analista.

identificar de modo definido com essa ou aquela ideologia, podem abrigar equívocos de toda ordem mas estão aí e significam. Os sujeitos não têm controle nem acesso ao modo como esses sentidos neles se constituem. Muitos deles vem de muito longe, de outra época e deles restam apenas seus efeitos que podem ser observados nos discursos que aí estão. Os sujeitos repetem o que faz sentido na memória e o que faz sentido na memória significa. Os sentidos significam. Vem pelas filiações a redes de sentidos e pelo funcionamento das redes parafrásticas que se formam ao longo de tempo e se historicizam de modo a apresentar aos sujeitos a ilusão da transparência, da homogeneidade, da literalidade (ORLANDI, 2002).

O SC é literal, no sentido de ser *matriz* de sentidos. É cristalização de sentidos. É sedimentação de sentidos. Os sentidos, ao serem mobilizados e compreendidos sempre de uma forma determinada, adquirem uma certa unidade, uma certa homogeneização de usos.

Na tensão entre o mesmo e o diferente, entre o parafrástico e o polissêmico, predominam os sentidos institucionalizados no universo discursivo, que asseguram a unidade, a homogeneidade. Ainda que todos os sentidos sejam sentidos possíveis, há situações, há condições de produção que favorecem a dominância de um sentido sobre outros e isso ocorre historicamente. Está caracterizado, então, a “institucionalização do sentido dominante” (ORLANDI, 2001b).

Decorre então da institucionalização do sentido dominante a legitimação e, o legítimo, como foi visto para o caso dos instrumentos lingüísticos no capítulo 2, se fixa como o oficial, o literal.

Portanto, o oficial, o “cristalizado”, o legítimo sobre o que seja humor aqui não é necessariamente só o que está no discurso do dicionário (instrumento lingüístico legitimado), mas também o que está em todos os discursos pertencentes ao universo discursivo brasileiro.

O SC pode interferir sobre as questões voltadas ao humor, ao riso e ao cômico, que são apenas algumas das muitas experiências humanas, da mesma forma que fixa idades para casar e explica como ensinar o gato a fazer cocô na caixa de areia. E talvez resida mesmo aí a dificuldade em determinar, no âmbito daquilo que é tido como prática do humor, o que é criação e o que é reprodução, afinal, árdua – e eventualmente infértil – é a tarefa de verificar o que seja uma piada (ou blague, ou anedota) nova em nossa conjuntura. Por outro lado, significativa é a bibliografia

---

<sup>46</sup> Deixe-se um questionamento: sinteticamente (e simplificada), uma dessas formas não seria o que os críticos de televisão indicam como ‘programas novos como piadas velhas’?

que analisa essas discursividades denominadas piadas, blagues ou anedotas no que toca à estrutura e funcionamento discursivos.

Sobre isso vale ainda lembrar aqui a distinção entre produtividade e criatividade, já que está em discussão a articulação entre os dois grandes processos que constituem o discurso: o parafrástico e o polissêmico.

A produtividade não instaura o diferente na linguagem uma vez que são utilizadas sempre as mesmas operações para produzir variações de elementos, contribuindo com a manutenção do legítimo, do institucionalizado. A criatividade instaura o diferente na linguagem uma vez que são utilizadas operações diferentes capazes de promover a ruptura no processo de produção dominante de sentidos (ORLANDI, 2001b).

O analista, reconhecendo essas diferenças entre produtividade e criatividade, entre paráfrase e polissemia, e a multiplicidade de sentidos como inerente à linguagem, deve ser crítico em relação àquilo que é tido como legítimo, literal, institucionalizado, de uso regulado ou homogeneizado (ibidem).

Note-se que não são apenas os discursos sobre o humor que tendem à paráfrase, mas também a estrutura e o funcionamento das discursividades tidas como humorísticas denominadas piadas (ou blagues, ou anedotas).

A propósito, é possível observar discursividades relacionando diretamente ‘piada’ com humor:

“Distração com piadas para todos que ouvem. Histórias engraçadas para rir.”

Acima, na SD22, o sujeito significa o humor de forma a identificá-lo com o ato de distrair-se com piadas veiculadas oralmente: “Distração com piadas para todos que ouvem.” Há, ainda, uma direção, ou seja, o humor é endereçado a alguém: “para todos que ouvem”.

Ainda nessa mesma SD22, o humor significa de forma a identificar-se com histórias engraçadas: “Histórias engraçadas para rir.”. É dada, então, a finalidade “para rir”. O humor, dessa forma, tem uma função e está, portanto, em conjunção com o riso.

Dito de outro modo, o humor para ele pode ser tanto a prática de distrair-se ouvindo piadas quanto a prática de ouvir ou ler histórias engraçadas.

O humor parece ser aquilo que produz atos, ações no outro. O sujeito que pratica o humor não é enunciado. Em outras palavras, o humor está metaforizado em “piadas”, em “histórias engraçadas”, que tem uma finalidade “x” (de provocar o riso). Os verbos ‘distrair-se’, ‘ouvir’ e ‘rir’ apontam para esse sentido e estão presentes materialmente no texto. O humor parece ser o próprio sujeito, é “personificado”.

Há, desse modo, uma regularidade discursiva entre SD22 e o **segmento 4** (*quadro 1*) exposto no capítulo 2. A percepção, a apreciabilidade, a expressividade de um indivíduo em relação ao que seja humor estão funcionando nesses dois recortes e não parece haver indícios de que o humor seja um ‘estado’, bastante freqüente nos discursos analisados em 2.4.

Veja-se a SD23:

“É um estado na qual nos encontramos; estado este de alegria, empolgação, etc.”

Nesse discurso o sujeito significa o humor de forma a identificá-lo como um estado (humano): “É um estado na qual nos encontramos...”

Esse estado tem as especificidades da alegria e da empolgação, ou como já foi dito nas outras análises, com uma valoração aparentemente ‘positiva’, marcado pela predicação: “estado este de alegria, empolgação, etc.”

Dito de outro modo, o humor para ele pode ser o fato de estar alegre, estar empolgado, ou as duas coisas ao mesmo tempo. O sentido para humor, tal como foi mobilizado, relacionando-se com um estado, assim como as especificidades ‘alegria’ e ‘empolgação’, não aponta para atos ou ações como em SD22, mas para sentimentos (humanos) como em SD02.

Relevante é observar que neste caso o humor está ‘no sujeito’: “na qual nos encontramos”. O sujeito se coloca no discurso na SD23, diferente da SD22 em que há certa impessoalidade, produzindo efeito de verdade genérica.

O sujeito discursivo responsável por SD23, dessa forma, mobilizou um sentido que em 2.2 está relacionado no **segmento 3** (*quadro 1*). Esse sentido retoma uma memória discursiva em que o humor possui uma dimensão psicológica.

Estabelecendo uma relação entre ambos, fica um tanto visível que o humor em SD22 não é só estado do indivíduo (propriedades físicas e mentais) em sua dimensão interna (“disposição de espírito, estado afetivo”, etc.) como em SD23, mas representa um certo aspecto cognitivo, uma

competência perceptiva em sua dimensão externa – “capacidade de perceber, apreciar ou expressar o que é cômico ou divertido, expressão irônica e engenhosamente elaborada da realidade” como apresentado em 2.2.

O sentido para indivíduo, tal como é mobilizado em SD22 parece não só ser capaz de sentir o humor, mas percebê-lo, avaliá-lo e até produzi-lo.

No entanto, em SD22 e SD23 – assim como em SD02 (em 2.2) - o humor aparece com uma dimensão que vem ao encontro dos conceitos detectáveis no SC: de que é entendido e apreciado e, de que está presente no texto sempre com a função principal de promover o riso. Não parece ser possível detectar sentidos promovam efetivamente uma ruptura no SC.

Veja-se a SD13:

“É algo contagioso e que transmite coisas boas, quando se está de bom humor. Em uma roda de amigos se há alguém que gosta de contar coisas engraçadas e que está sempre alegre; vai contagiando os outros também.”

Nesse discurso o humor não significa algo que possa manter relação em primeira mão com um estado ou sentimento humano, mas a um fenômeno indefinido, misterioso, inexplicável: “É algo contagioso e que transmite coisas boas...”. O sujeito parece não saber explicar exatamente o que é – a discursivização que vem em seguida parece ser uma tentativa de exemplificação.

No entanto, o requisito básico para que esse “algo” indefinido funcione, seja eficiente e faça o seu trabalho é que a pessoa para a qual este “algo” se dirige tenha uma certa especificidade: “...quando se está de bom humor.” - embora possa ser preenchido tanto como ‘aquele que transmite’ quanto como ‘aquele que recebe’ (aquele que provoca o humor: “...há alguém que gosta de contar...”). É só sobre certas circunstâncias (quando, se) que o humor funciona.

Importante salientar que a pergunta foi ‘o que é humor?’ e o início da resposta foi “É algo contagioso e que transmite coisas boas, quando se está de bom humor”. Então é discursivizada uma diferenciação entre humor e bom humor porque o enunciado “...quando se está de bom humor” traz o pressuposto de que ‘quando não se está de bom humor’, ou seja, ‘se está de mau humor’.

De qualquer forma, não apenas um ou dois sentidos para humor foram mobilizados aqui, mas pelo menos três. Primeiramente o humor adquire uma característica que não o define muito bem em relação ao sentido mobilizado em outros discursos: “É algo contagioso e que transmite coisas boas...”. Em outro segmento, a expressão “bom humor” permite que um sentido que não está presente em sua materialidade também se faça presente. Trata-se da contraparte do bom humor que é o mau humor. A relação entre o humor e o bom humor constitui-se em um outro sentido que parece apontar para uma tríade: humor, bom humor e mau humor.

Propp (1992), acerca dessa especificidade ‘contagiosa’ mobilizada para humor, relata vários exemplos de como o humor (tido como ‘positivo’) e o riso em uma pessoa podem fazer com que outras também se tornem assim.

Bergson (1993), sobre o ‘contágio’, fala sobre “quantas vezes se disse já que, no teatro, o riso do espectador é tanto mais prolongado quanto mais cheia está a sala?” (p. 20). Em outras palavras, parece haver aqui uma retomada desta memória discursiva.

Importante ressaltar que o sentido ‘mau humor’ está presente porque a materialidade (que em AD é lingüística e histórica) significa a memória discursiva, ou seja, aquilo que constitui o discurso mesmo não ocorrendo no nível da formulação. Suas especificidades, no entanto, não foram explicitadas nessa discursividade. Algum comentário a respeito disso já foi tecido em 2.4, momento em que, apesar do sujeito apresentar de alguma forma a face ‘ruim’ do humor, não discursivizou a respeito dela.

A respeito disso, quando se fala em qualquer modalidade de programação humorística (já citado nesse mesmo item), é incomum atribuir a ela as características não-inteligível, não-apreciável e incapaz de promover o riso (cf. mitos 1 e 2 no item 1) pelo fato de serem estruturados de uma maneira tal que tenham o potencial de atingir o maior número de telespectadores possível.

Válido lembrar aqui o comentário de Propp (1992) acerca da incompatibilidade no humor com a prolixidade. Tudo o que é enfadonho, demorado ou que preza por um exagero que não diz respeito aos mecanismos do humor ou do riso podem colocar a perder uma produção que se pretende humorística.

Parece existir no Brasil um certa lei de mercado para determinados programas humorísticos que determina dentro de alguns critérios o que deve e o que não deve estar disponível em determinadas épocas (cf. 2.1 acerca da relação do poder instituído com as formas



de humor). A inteligibilidade e a eficiência enquanto *lubrificante social* (KUPERMANN, 2001; 2006) provavelmente são alguns deles. Veja-se um recorte de SD15:

“Programas vem liderando audiências porque trabalhavam o humor e outros estão em completa decadência porque não provocam o riso.”

O sujeito nesse discurso parece falar de um lugar discursivo que lhe dá certa autonomia para discursivizar acerca do que é e do que não é eficiente e/ou inteligível entre os brasileiros. O sentido mobilizado para humor aponta para um recurso que proporciona a liderança de audiência (eficiência, inteligibilidade) a determinados programas e promove o riso dos espectadores.

Dessa perspectiva, ao que tudo indica, o humor está necessariamente em conjunção com o riso.

Outro fator é que ele está descrito como aquilo que pode ser trabalhado, moldado, adaptado: “...trabalhavam o humor...”. O humor, portanto, como aquilo que pode ser percebido, entendido, apreciado e produzido parece estar de acordo com a concepção de sujeito presente no **segmento 4** (*quadro 1*), exposto em 2.2.

Um sentido que aponta para algo como não-humor (ou ausência de humor) não está materialmente presente, ou seja, não se manifesta pelo código. O humor parece ter nessa discursividade a especificidade de estar ou não presente, provocar ou não riso.

O não-humor (ausência de humor) desse discurso, portanto, não implica em efeitos absolutamente inversos como ‘choro’ ou ‘tristeza’, ou seja, as pessoas, no máximo, não riem e desaprovam.

Um efeito discursivo similar parece ocorrer com textos humorísticos na modalidade escrita. Esses são levados com frequência aos mais diferentes meios de comunicação impressos como revistas, jornais, livros, coletâneas, etc. Nas escolas e faculdades, é comum serem apresentados às mais diversas salas de aula sempre com o intuito de tentar promover maior descontração entre os alunos que eventualmente perdem o interesse por outros textos não-humorísticos. Caracteriza-se, nesse caso, uma tentativa de tornar a leitura mais acessível e agradável, como diz Smith (1999). A tentativa, no entanto, está baseada no SC e, como será exposto, o SC abriga equívocos.

O fato é que o humor não se estabelece como tal de forma automática e mecânica. Algumas vezes o próprio humor, ou seja, aquilo que é tido como humor em uma determinada sociedade de uma determinada época sequer é notado como humor por muitos sujeitos na sociedade. Esse fenômeno ocorre quando alguém tenta de algum modo ser engraçado e não ‘calcula’ com precisão – porque, como já foi dito, o sujeito não tem controle sobre os efeitos do discurso que produz - a capacidade que tem seu interlocutor em administrar os elementos contidos no discurso. Há, nesse momento, a concretização do esquecimento número dois colocado por Pêcheux. Nesse esquecimento, o enunciador tem a ilusão de que o sentido de seu enunciado é suficientemente claro e que só terá uma interpretação por parte de seu interlocutor (ou interlocutores):

“Concordamos em chamar *esquecimento n° 2* ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas de seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, 1995, p. 173).

O famoso “não acredito que você não entendeu” entre os brasileiros está relacionado a isso. A linguagem não é transparente. Ela é opaca e incompleta e essa incompletude é a condição da sua existência, afinal, se existisse apenas apenas um significado para tudo, então não haveria linguagem. O discurso é fundamentado pela articulação entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia). Não entender também é discursivisar. É apresentar a possibilidade de algum sentido não só ser interpretado de outro modo, mas também de não ser interpretado a partir daquilo que deve e que pode ser dito em uma conjuntura.

### 5.3 RELAÇÃO DISCURSIVA ENTRE O SENSO COMUM E O MITO

Como já foi comentado, quando acontece de o interlocutor não entender aquilo que está sendo exposto pelo sujeito que apela para um tema humorístico, pode ser observada uma iminente incompatibilidade de formações discursivas entre os sujeitos.

Esse fato colabora com a confirmação da hipótese de que o SC, mesmo constituindo-se da condensação de muitas ideologias pertencentes a diversas formações discursivas, abriga

equivocos. Assim, não é pois a condensação (ou concentração) de diversas ideologias que torna uma formação discursiva mais precisa em termos de interpretação de determinado fenômeno social como o humor, nesse caso.

Por isso os conceitos representados pelo discurso do senso comum que circulam sobre humor estão sujeitos a equivocos deslocando-se dos sentidos míticos (ou relativos aquilo que está aqui sendo chamado de mito).

Por esse motivo esses conceitos foram chamados de mitos, afinal, o conceito mais comum que se tem de mito em nossa sociedade, como visto no capítulo 2, não é bem aquele usado entre os estudiosos desse fenômeno. Em outras palavras, o conceito de mito que é tido como clássico entre os filósofos é bem diverso daquele que verificamos nos discursos atuais entre os brasileiros. Dessa forma, falar que um discurso sobre o humor 'é mito', significa identificá-lo com algumas concepções cristalizadas sobre o que seja humor: (1) de que é apreciado e facilmente entendido e (2) de que está presente no texto sempre com a função principal de promover o riso.

Quando o discurso do sujeito não se identifica com um destes mitos pode-se dizer, da perspectiva assumida nessa pesquisa, que os sujeitos não se inscreverem na mesma formação discursiva do interlocutor, como será exposto mais adiante. Para esses casos, parece funcionar um certo distanciamento ideológico do locutor em relação ao interlocutor.

Na tentativa de refletir melhor sobre a questão da incompatibilidade de formações discursivas a que os sujeitos se inscrevem para interpretar o discurso do humor, foi analisado um texto que tematiza o adultério, assunto tido como polêmico na atual conjuntura. A propósito, o sentido para polêmico aqui é igual àquele abordado anteriormente quando se discorreu a respeito dos três tipos básicos de discurso: o autoritário, o polêmico e o lúdico. É um assunto, portanto, sobre os quais são produzidos discursos em que a relação entre os processos parafrástico e polissêmico encontra-se em certo equilíbrio. A discursividade que será analisada é classificada como piada pelo SC. Importante lembrar mais uma vez que o SC costuma quase sempre classificar esse tipo de texto como humorístico e, dessa forma, acredita-se que esteja associado à alegria, ao riso, à diversão, e a algo absolutamente inteligível em qualquer aspecto. Veja-se o texto<sup>47</sup>:

---

<sup>47</sup> Esse texto faz parte dos discursos em circulação e diz respeito tanto à memória de um povo quanto à memória do próprio analista.

Em época de temporada, vários médicos chegaram em caravana à distante pousada para pescarem em companhia de suas esposas que, naquele ano, recusaram-se por unanimidade a ficar em casa. O conhecido e prestativo caseiro, estranhando a presença de mulheres com idade mais avançada que da última vez, sorriu e fez logo uma observação em relação às novas companheiras:

\_ Ô doutor! Cada puta feia que vocês trouxeram dessa vez!

Analisemos, primeiramente o risível. Há necessidade de saber porque o SC dita ser risível esse texto pelo simples fato de pertencer à modalidade (humorística) indicada ao início. Não interessa, por ora, um trabalho de verticalização teórica sobre o saber discursivo do caseiro, personagem principal. Interessa o fato de seu enunciado final ter um iminente potencial de desencadear o riso. Há várias explicações para isso.

Segundo Propp (1992), é possível rir de tudo no homem: ações, dizeres, gestos, coisas que ele constrói ou fabrica, etc. Em *O nome da rosa* (Eco, 2003), os embates sobre o caráter lícito do riso entre *Guilherme* e *Jorge* retomam questões sobre essa. Em determinado momento de um dos confrontos *Jorge* diz que “o riso sacode o corpo, deforma as linhas do rosto, torna o homem semelhante ao macaco”. “Os macacos não riem”, responde *Guilherme*, “o riso é próprio do homem, é sinal de sua racionalidade” (p. 130). Essa concepção do riso ser inerente ao homem é atribuída por muitos autores a Aristóteles. Minois (2003), no entanto, coloca que Aristóteles não disse que “o riso é próprio do homem”, mas que o homem “é o único animal que ri” ou “nenhum animal ri, exceto o homem” (p. 72)

Contudo, sob a perspectiva da AD, isso depende diretamente da conjuntura sócio-histórica, do contexto enunciativo, enfim, das condições de produção do discurso. Desse modo, assim como o sentido das palavras dependem da posição que ocupa aquele que as empregam, algo ser engraçado também depende de um dado momento histórico, de uma certa disposição social e das formações discursivas a partir das quais as interpretações são realizadas.

Nesse sentido, o caseiro não pode suscitar o riso por si só. Tal denominação diz respeito normalmente a uma pessoa que é paga em dinheiro ou em espécie para cuidar de uma residência que fica na maior parte do tempo sem a presença de seus donos. Não há nada de engraçado nesse trabalho como tal.

Aliás, é bastante questionável que algumas profissões possam por si só serem engraçadas. O palhaço é interpretado em muitas formações discursivas (pode-se dizer no SC) entre brasileiros

como algo engraçado por si só, ou melhor, seu sentido enquanto tal está na discursividade corporal ou gestual. Porém, ainda que ele signifique no SC como uma espécie de ícone da alegria e muitas vezes o símbolo maior das atividades circenses (basta dar uma olhada nos cartazes), não é em todo lugar e em qualquer momento que este sentido se produz como tal. A propósito, sobre essa relação entre humor, riso, circo, palhaço, vale a pena verificar um recorte da SD17, constituinte do *corpus*:

“(...) O humor pode ser apenas para divertir crianças e adultos como no circo que tem todo um aparato divertido, alegre, encantador que faz o público se divertir e dar boas gargalhadas.(...)”

Aqui o sujeito discursivo significa o humor como um aparato, um recurso, como todo um sistema especializado em promover diversão e gargalhadas tal como é o circo da maneira como está discursivizado. O circo romano – do modo como se constituía - também tinha a função da diversão. Porém, a idéia de que além de diversão o circo atual promove gargalhadas vem de algum lugar.

Absolutamente tudo no circo parece ser diversão - ainda que talvez fosse necessário pesquisar o que significa diversão entre os brasileiros -, mas nem tudo faz gargalhar. O globo da morte, os elefantes, os leões, os acrobatas, as dançarinas e até mesmo o mágico potencialmente podem fazer gargalhar dependendo, por exemplo, da habilidade do apresentador-narrador (que entre outras coisas pode simular dizeres inusitados associando-os aos animais e aos artistas).

A função básica dessas atrações, no entanto, seria a de divertir. A função de gargalhar parece ser, desde há muito tempo, a do palhaço. Essa memória<sup>48</sup> construída sobre a relação entre palhaço e riso aparece discursivizada em: “um aparato divertido, alegre, encantador que faz o público de divertir e dar boas gargalhadas”.

Não há porém, no discurso uma menção direta ao palhaço e, no entanto, ele significa quando remetido a memória discursiva. E seu significado é estendido não só às outras coisas do circo mas ao circo tal como é interpretado na atual conjuntura. Mas esse significado para palhaço provavelmente só funcione dessa forma à medida que ele é constituinte do circo.

---

<sup>48</sup> O conceito de memória é entendido tal como está em Orlandi (1996, 2001a).

Não é previsível (ainda que possível) que um homem cuja profissão seja a de palhaço, vista-se de palhaço e faça palhaçadas quando está num veredicto processando o dono do circo que não anda em dia com as obrigações trabalhistas.

Assim sendo, volta-se a colocar que não há nada de engraçado na profissão de caseiro, tendo em vista o modo como a nossa sociedade capitalista se organizou (modo de produção assalariada) e hierarquizou as profissões e, portanto, fez significar poderes aos sujeitos que as exercem. fez significar também aquilo que o sujeito pode ou não dizer tendo em vista o lugar que ele ocupa na estrutura social, no caso da piada, a de caseiro, empregado que deve se manter em seu lugar social já determinado, como algo evidente, de que não se questiona. Do lugar social a que está inscrito, predicado pela profissão, ele não é risível e somente o seria no momento dissesse o que não poderia ser dito do lugar que ocupa. No entanto, na discursividade da piada este deslocamento é possível e a operação se faz por um processo de identificação entre caseiro e médicos como sujeitos "homens", tendo em vista a representação sobre o que seja homem no discurso do senso comum em nossa sociedade.

O objeto risível, dessa forma, seria o desvendamento daquilo que o SC definiria de um "defeito de caráter dos médicos". O caseiro, possivelmente, jamais teria dito o que disse nos consultórios dos profissionais em questão pois sabe exatamente quais são os procedimentos ritualísticos nas várias modalidades de relacionamentos sociais. No consultório, o médico é lido do lugar profissional, e como tal, fala pelo discurso autoritário, nas condições de produção de nossa sociedade. Como nos ensina Foucault (1996), as relações de poder ali, estão fortemente estabelecidas.

Há, porém, várias piadas com estrutura parecida em que o delator é normalmente um bêbado. O ébrio, que normalmente está psicicamente alterado, não age dentro da *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996) como o caseiro, o gerente do hotel ou seja lá quem for. As relações de poder para ele tornam-se frouxas. Há um problema que salta aos seus olhos e, não vendo motivos para deixá-lo, coloca a nu um dos muitos atos potencialmente risíveis do homem. O bêbado é um dos personagens mais explorados nos textos humorísticos em função da comicidade que seus atos podem produzir. A partir do momento em que ele não mais equilibra suas percepções e reações, pode estabelecer-se uma rigidez do caráter, do espírito ou do corpo. Isso promove, segundo Bergson, o deslocamento do "centro comum em torno do qual a sociedade gravita" (1993, p. 27). "Essa rigidez é o cômico e o riso é o castigo" (ibidem, p. 28).

Muitos filmes e peças de teatro já foram exibidas contendo personagens que, por um motivo ou outro, não conseguiam mais mentir ou, pelo menos, só diziam a verdade. Esses personagens evidentemente tinham a mesma característica de um ébrio, ou seja, colocavam a perder a tentativa de omitir algo que estava sendo mascarado por alguma formalidade social<sup>49</sup>.

Mas há muito mais a dizer sobre essa discursividade. Observar o senso comum em perspectiva discursiva não é uma tarefa rápida. Vários discursos em circulação – e que são por vezes constituintes da memória do analista – estão presentes (inevitavelmente) nas reflexões sobre esse tema e talvez seja por isso que, ao final da pesquisa, esse subitem tenha se mostrado um dos mais longos de todo o trabalho.

Portanto, falar sobre alguns possíveis sentidos presentes em um texto classificado como piada pelo senso comum tem sua razão de ser. Acredita-se que o discurso do tipo ‘piada’ seja um dos maiores representantes do humor na atual conjuntura. SD02 e SD22, constituintes do corpus, trazem alguns indícios disso: “...é estar alegre, feliz, **contar piadas...**”, “Distração **com piadas** para todos que ouvem.” (grifo do analista).

Retomando a piada dos médicos e do caseiro, portanto, pode gerar a indiferença ao invés do riso. A causa do riso pode ser dada, porém, “é possível existirem pessoas que não riem e que é impossível fazer rir” (PROPP, 1992, p. 31). A causa disso, segundo Propp, “pode residir em condições de ordem histórica, social, nacional e pessoal” (ibidem, p. 32).

As condições de ordem histórica, social, nacional e pessoal de que fala Propp aqui são especialmente interessantes à AD e ao que é discutido nesse trabalho, mesmo considerando-se que ele fala a partir de um quadro teórico diverso desse da AD.

Particularmente quando se fala em condições de produção do ponto de vista da nação, pode-se pensar na relação do sujeito com sua língua nacional e nas diferentes discursividades possíveis através dela que faz com que uma piada possa não ser interpretada como tal por um dos interlocutores. Como diz Orlandi (2002), “falamos a mesma língua mas falamos diferente” e, no caso abordado, os locutores podem pertencer tanto a outro país de mesma língua quanto ao mesmo país. Nesses dois casos há identidade lexical, semântica e sintática com o código do texto, porém, incompatibilidade nas formações discursivas.

---

<sup>49</sup> Em momento oportuno, será talvez imprescindível tecer comentários a respeito desses personagens que são o pivô do possível riso na modalidade discursiva em que estão presentes elementos denominados em nossa sociedade como humor, uma vez que sua representação social está relacionada aos ‘marginais’ ou ‘excluídos’, enfim, aqueles que podem dizer loucuras.

O SC, portanto, produz uma certa homogeneidade sobre o conceito de humor e sua relação com o riso. Para que o texto promova o riso ou não, antes é necessário que ele seja interpretado como risível e essa interpretação deve ocorrer com certa compatibilidade em relação às ideologias que interpelam os indivíduos em sujeitos.

Pensando então a especificidade do SC em relação a outras eventuais formações discursivas que com o SC possam estar se articulando, essa especificidade está justamente no fato de que o SC está muito mais para as formações discursivas relacionadas aos mesmos espaços do dizer, às grandes verdades naturais, à homogeneidade de usos. A formação discursiva da área médica, por exemplo, pode não se enquadrar assim, mas como um conjunto de instruções próprias de uma disciplina, definida por suas proposições (tidas como verdadeiras), seu domínio de objetos, seu conjunto de métodos, suas regras e definições (FOUCAULT, 1996).

O SC, muitas vezes, sobrevive de mitos. As formações discursivas próprias das disciplinas (áreas científicas de modo geral), por outro lado, normalmente tem um mínimo de informação lógica, de embasamento científico, de potencial estético e daí, talvez, a presença de algum rudimento de especificidade, uma especificidade diversa daquela do SC.

Em outra direção, o SC também tem as suas especificidades. É possível verificar, nesse sentido, que em determinadas colocações de certos discursos praticamente não há termos técnicos de quaisquer disciplinas conhecidas. Parecem não haver quaisquer tipos de proposições, domínio de objetos, conjunto de métodos, regras e definições detectáveis ou potencialmente capazes de determinar uma disciplina nessas discursividades mas, mesmo assim, parecem coerentes, homogêneas, oficiais de um modo geral, pois produz o efeito de verdade por apagar a historicidade: um objeto de referência ou um sentido sobre ele é assim, sempre foi assim, não é uma construção. É o que aqui se denomina SC.

Por outro lado, há as discursividades que não são interpretáveis para uma dada conjuntura.

Para esse último caso, exemplifique-se com o clássico comentário que se faz quando uma pessoa parece estar totalmente alienada dos impasses sociais. Diz-se de uma pessoa com tal característica que 'não tem ideologia'. Iminente é a confusão dessa afirmação uma vez que não há sujeito sem ideologia.

Retome-se aqui o conceito de Pêcheux (1995) a respeito da *ideologia em geral* e sobre o fato de ela ser não-histórica. Talvez, por não possuir forma histórica "completa" - forma histórica resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação em determinada formação



social determinada historicamente - não seja possível determinar *como* exatamente funciona determinado discurso e, de *quando* ele é.

A diferença entre *ideologia em geral* e *ideologia dominante* já discutida no subitem 4.1 vem ao encontro dessa questão. O SC, por ser historicamente construído, por ter o seu uso homogeneizado e regulado, por assegurar certa unidade parece identificar-se muito mais com o conceito de *ideologia dominante*.

Pertinente é ressaltar que isso talvez não pudesse ocorrer com o conceito de *ideologia em geral* pelo fato de não serem tão detectáveis o *quando* e o *como* os sentidos lá significam.

Assim, retomando o que foi dito no início desse subitem, o SC é o cotidiano, é a paráfrase, é o retorno ao mesmo espaço do dizer, é a ideologia do cotidiano que, segundo Bakhtin (1992, p. 118), difere dos “sistemas ideológicos constituídos, tais como a arte, a moral, o direito, etc”, onde os sentidos possivelmente significam a partir de formações discursivas próprias de algumas áreas específicas, de algumas disciplinas.

O que Bakhtin chama nesse exemplo de ‘sistema ideológico constituído’ parece corresponder ao que Pêcheux (1995) chama de *ideologia dominante*, uma vez que aquele fenômeno, assim como esse, possui uma forma histórica concreta, identificável em um dado contexto sócio-histórico e oriundo de uma determinada formação ideológica e as respectivas formações discursivas que a representam.

Daí dizer-se, especificamente a partir desse subitem, que o SC muitas vezes sobrevive de mitos.

Perceptível, no entanto, é a complexidade do termo mito. Aqui, de modo extremamente simplificado, ele é tudo aquilo aceito por uma determinada cultura de uma dada época que não possui contraparte lógica, estética ou científica. Idéias sobre o planeta ser quadrado, a existência de gigantescos monstros nos mares do sul ou a terra ser o centro do universo são concepções que, em princípio, foram aceitas pela maioria daqueles que a elas foram expostas em suas respectivas disposições sócio-histórico-culturais que, por muito tempo, sobreviveram sem uma contraparte científica eficiente. O SC, portanto, sob o ponto de vista do que foi exposto, pode constituir um grande gerador de conceitos em periélio com o equívoco. A análise de *corpus* procurou demonstrar que, dentro da mesma perspectiva, o SC gera o que aqui foi primeiramente chamado de conceito e rebatizado como mito, em outras palavras, aquilo que é ideologicamente aceito entre alguns sujeitos discursivos que compartilham o mesmo âmbito social e histórico mas que,

está em afélio em relação às FD que abarcam ideologias com maiores especificidades nos vários ramos da atividade humana.

#### 5.4 SOBRE OS MITOS EM TORNO DO HUMOR

Este subitem representa o momento em que, após terem sido expostas as teorizações acerca dos conceitos organizados no presente dispositivo analítico (humor, senso comum, mito, formação discursiva, SC, etc.), não se tenta detectar especificamente esse ou aquele sentido nas discursivizações dos textos coletados, mas uma grande parte dos sentidos que eventualmente apontam para os conceitos mobilizados em todo o trabalho.

Já existe o conhecimento, nesse momento, que os mitos sobre o humor nos quais foi lançado o olhar crítico da AD não são como os mitos fantásticos ou sagrados de povos indígenas ou civilizações exóticas. O termo mito aqui delimitado diz respeito ao sentido mobilizado para mito na atual conjuntura sócio-histórica e está relacionado ao equívoco. O equívoco, do qual muitas vezes sobrevive o SC, como foi dito, está relacionado a uma certa homogeneização de usos, a uma sedimentação de sentidos que se oficializam, que se legitimam.

O humor, na maioria dos discursos que constituem o *corpus*, aparece relacionado com a alegria, o riso e a diversão.

Neste subitem é apresentado um outro tipo de discursividade em que o humor não significa alegria, riso ou diversão apenas. Mostrem-se, portanto, aqueles discursos em que o humor significa também mau-humor, sarcasmo, humor negro, crítica ácida às falhas dessa sociedade, possibilidades de chateação, de choro, de angústia, de humilhação.

Os efeitos dos discursos que apontam para esses sentidos estão aí como espectros, a serem visualizados em um universo que constitui o interdito, o não-significado, e que por um motivo ou outro não tem espaço cativo na ordem do discurso.

Não haveria como discursivizar acerca da existência dos mitos, dos equívocos em que incorrem a maioria dos discursos sobre humor se não existisse a contraparte. Haveria então só a paráfrase, a repetição indeterminada de um sentido apenas ao longo de um período indefinido em uma determinada sociedade. A linguagem em toda a região do discurso *sobre* o humor então talvez não se fundamentaria. O mito no sentido aqui delimitado não existiria pois todos os sentidos

para humor representariam apenas as várias formas do mesmo sentido. Não haveriam sentidos múltiplos, diferentes – o polissêmico.

Já foi aqui colocado que os discursos, de um modo geral, são produzidos a partir da articulação dos processos parafrástico e polissêmico e que, são eles que dão fundamento à linguagem (ORLANDI, 2001a; 2001b).

Portanto, é a partir da análise desses discursos, desses poucos – e pode-se até dizer raros - discursos que mobilizam sentidos outros não encontráveis nas interpretações feitas a partir do SC, que se procura entender o funcionamento da palavra humor tendo como diretriz os mitos delimitados no item 1.

Verificou-se que o dicionário (capítulos 2 e 5), o mito (capítulos 2 e 5) e o senso comum (capítulos 4 e 5) tendem a operar predominantemente de modo parafrástico, cristalizando sentidos para humor em todo o universo discursivo. As diferenças, as rupturas discursivas, que são menos recorrentes, representam o modo polissêmico de se discursivizar o mesmo tema – a coexistência desses dois modos discursivos é que permitem o funcionamento da linguagem tal como é conhecido.

Por essa perspectiva e tendo em vista os saldos de algumas análises (2.4 e 5.2), já é possível estabelecer um balizamento e separar os dizeres sobre o humor em dois grupos. Esses dois grupos, por sua vez, podem estar sendo interpretados por duas duas formações discursivas diversas entre si.

No *quadro 1* (2.2) e principalmente no *quadro 2* (2.4) já existe uma tentativa de separar os discursos em grupos que configuram uma dada formação discursiva. Com o progresso da pesquisa, no entanto, esses grupos foram se delimitando sob o agudo olhar crítico da AD e chega-se, enfim, à possibilidade de que, basicamente, exista apenas duas formações discursivas: a do senso comum (o SC) e a da ruptura (os ecos discursivos).

Em vários discursos, alguns desses sentidos estão inter-relacionados e funcionando como idênticos. Não seria possível, portanto, no espaço reservado a uma dissertação verificar todos esses diferentes ‘formatos’ em que o humor foi apresentado pelos sujeitos na presente perspectiva teórica. Assim, apenas aqueles que se tornam relevantes para a detecção dos ecos é que são averiguados:

Analise-se a SD08:

“Humor é uma coisa complexa, num dia estamos dum jeito no outro estamos de outro, nunca estamos igual.  
 A minha filha é exemplo disso.  
 Está na fase da aborrecência.  
 Ao mesmo tempo que está rindo, já fica de mau humor.  
 Quando falo com ela até penso o que dizer porque se não já fica de bico.”

Aqui, o sujeito apresenta o humor como estado (sentimento) humano, como uma propriedade física e mental do indivíduo: “num dia estamos dum jeito no outro estamos de outro, nunca estamos igual”. Porém, parece ser o único momento em que esse discurso se inscreve em uma formação discursiva como aquela apresentada no *quadro 3* (vide 2.4). Esse sujeito em seu discurso não relacionou o humor a piadas, histórias, filmes ou peças engraçadas, a programas humorísticos televisivos ou radiofônicos.

Além disso, aponta para a potencialidade do fenômeno desdobrar-se em sentidos vários: “Humor é uma coisa complexa”. É uma outra formação discursiva que não é o SC.

Há aqui vários indícios de que as condições de produção envolvidas na construção de seu discurso puderam contribuir no fato de ter adicionado como exemplo empírico daquilo que associou ao humor a própria experiência que tem com a filha: “A minha filha é exemplo disso”. Está caracterizado nesse recorte o que se poderia chamar de um discurso testemunhal.

Verifique-se agora como os mitos funcionam aqui. Antes de ser apreciado, o humor precisa ser entendido, ou seja, interpretado (mito 1). Assim, se para ele o humor é complexo tal como coloca, não parece assim tão inteligível a interpretação. Paira ainda certa indefinição: “nunca estamos igual”. Como as formações discursivas a partir da qual ele significa o humor não definem exatamente o que é humor, parece não ser possível a ele discursivizar sobre isso ser bom ou ruim. Isso talvez venha da real dificuldade de se lidar com a adolescência, essa complexa transformação que existe desde os tempos em que o homem evoluiu dos primatas (ou foi criado, dependendo do lugar onde é interpretado) e instituiu as primeiras sociedades.

O enunciado “(...) Ao mesmo tempo que está rindo, já fica de mau humor. (...)” permite detectar algo mais: parece haver conjunção do humor com o riso, uma vez que “mau humor” contrapõe-se a “rindo”. As fronteiras que delimitam o que é bom ou mau humor, no entanto, parecem muito tênues, fato que parece colaborar para mudanças tão bruscas sem nuances intermediárias como “impassibilidade” ou “tristeza” presentes no **segmento 3** do *quadro 1* (vide 2.2).

Pelo que se vê, não parece tratar-se de um discurso do tipo dominante. Ele tende à polêmica à medida que começa a se afastar da homogeneização de usos, de uma certa literalidade que normalmente silencia a possibilidade de se dizer que o humor pode também ser mau. Essa potencial face do humor, no entanto, já foi mobilizada em outros textos apresentados nesse trabalho. A diferença aqui é que, além de estar significando não só implicitamente mas também materialmente, essa outra face do humor mostra-se, em certo equilíbrio com a outra, momento em que parece não haver predominância do ‘bom’ ou do ‘mau’. O SC, na maioria das análises feitas, não interpreta o humor com essa especificidade (vide 2.4).

Outro dado importante é que não foram detectadas aqui quaisquer oscilações de sentidos como em outros discursos do *corpus*. O humor significa aparentemente algo como o resultado de um equilíbrio de forças e mostra-se assim no decorrer de toda discursividade.

Mitos 1 e 2 aqui parecem esfacelar-se.

Verifique-se a SD10:

“Acredito que o humor seja o expressar do estado de espírito de um ser humano. Esse humor pode se caracterizar em bom ou mau. Algumas pessoas expressam seu humor através da fala, outras dos gestos e outras através da escrita. O humor é um dos sentimentos que preenchem o ser humano.”

Os sentidos mobilizados para humor nesse discurso são, em alguns aspectos, parecidos com aqueles mobilizados em SD08.

Esse sujeito, assim como o sujeito da SD08, também não relacionou o humor a temas tidos como humorísticos pelo SC (piadas, histórias, filmes, peças ou programas engraçados).

Por outro lado, parece ter se inscrito no SC em um dos seus enunciados quando relaciona o humor ao ato de expressar um sentimento humano, tal como pode ser verificado no *quadro 2 em 2.4*: “Acredito que o humor seja o expressar do estado de espírito de um ser humano.”. O discurso institucionalizado também parece estar presente uma vez que os recortes dos discursos dos dicionários feito no capítulo 2 apresenta também esses significados para humor. Digno de nota é que o SC e o discurso do dicionário identificam-se nesse segmento tal como sugerido no capítulo 5.

Interessante ainda é verificar na SD10 que o sujeito não parece ser tão categórico em suas colocações. Há uma posição sujeito que modaliza, que não coloca a definição no lugar da verdade

como ocorre no SC. Ao invés da ilusão da certeza marcada pelo verbo ser nas flexões ‘é’ ou ‘está’, comuns em SD01 (“Humor pra mim é um estado de espírito; é estar alegre (...) é fazer a pessoa que está ao seu lado rir e sentir-se feliz...”) e SD02 (“O humor é um dos sentimentos (...), uma pessoa com bom humor está sempre de bem com a vida há também pessoas que se dedicam (...))”, existem as marcas “acredito”, “algumas”, “pode” e “e um dos”.

O sujeito atribui a esse ato, denominado ‘humor’ por ele, também a especificidade de ser tanto bom quanto mau: “Esse humor pode se caracterizar em bom ou mau.”

Note-se que há também uma discursividade sobre os modos como esse estado ou sentimento pode ser expressado (pela fala, gestos ou escrita): “...da fala, outras dos gestos e outras através da escrita.”

É possível verificar, ao final, o humor significando sentimento e atribui-se a ele uma certa característica de inerência ao ser humano - “O humor é um dos sentimentos que preenchem o ser humano.”-, característica presente no **segmento 3** do *quadro 1* (vide 2.2).

Cabe aqui levantar uma dúvida sobre essa questão representar algo que se sente em oposição a algo que se pratica, como encontrado, por exemplo, na SD17: “(...) O humor pode ser apenas para divertir crianças e adultos como no circo que tem todo um aparato divertido, alegre, encantador que faz o público se divertir e dar boas gargalhadas.(...)”

Aqui, o humor adquiriu dois sentidos: ato de expressar um sentimento (estado de espírito) e o próprio sentimento. Ainda que tenha ocorrido essa oscilação de sentidos para humor, parece predominar em seu discurso o ‘formato’ sentimento. Interessantemente (e não só nesse discurso), esses sentidos para humor parecem possuir a sua matriz discursiva nas concepções dos antigos gregos, concepções que curiosamente não são discursivizadas nos dicionários da Latim, muito posteriores à época do Aristófanes ou Dionísio, o cínico.

Dessa forma, o humor aqui, ainda que pareça inteligível ao seu sujeito, é aparentemente menos inteligível que para o sujeito do discurso (2) em 2.4, que lá atribuiu ao humor quase tão somente a especificidade ‘bom’ (relacionado à alegria, ao riso e à diversão, como interpreta o SC). Pode-se dizer que o sujeito em SD02 teve a ilusão de saber do que se tratava e que o presente sujeito não definiu sua certeza, fato materializado (talvez representável) pela construção verbal “Acredito (...)”.

Acerca de ser apreciado também parece não haver discursividades. Como parece ser requisito básico entender (interpretar) para poder apreciar, e a formação discursiva a partir da

qual ele interpretou não lhe permitiu interpretar o humor com certas especificidades (como ocorre no SC), também parece não ser possível gostar ou não de algo cuja adjetivação ‘bom’ e ‘mau’ mostram-se em equilíbrio.

Sobre estar no texto sempre com a função de promover o riso (mito 2) faça-se uma remissão ao que já foi dito. O sujeito só ri daquilo que interpreta como risível – salvo eventualidades discutidas no capítulo 3. O humor aqui não aparece discursivizado nem como risível nem como não-risível.

Os mitos aqui parecem não funcionar.

As SD10 e SD08 infelizmente, ou felizmente (ou vice-versa tudo isso) - o analista deve tentar ser neutro e jamais pretender chegar a uma conclusão porque incorreria no erro da onipotência do método, algo abominável em AD – são os dois únicos textos que tenderam significativamente para o discurso polissêmico dentro das perspectivas disponibilizadas pelo *corpus*. Em outras palavras, foram os únicos discursos em que não predominaram discursividades que tratam do tema humor como relacionado à alegria, ao riso e à diversão (SC).

A grande maioria, como está demonstrado nas análises em 2.4 e 5.2, não chegou a ensaiar uma polemização.

É pertinente agora analisar um discurso no qual, apesar de predominarem sobremaneira sentidos interpretados pelo SC, estão presentes alguns ecos de efeitos que se deslocam dos sentidos cristalizados contidos nele mesmo.

Veja-se a SD11:

“O humor é uma forma de dissipar todas as coisas negativas que há em nossas vidas. Há muitas formas de humor: o humor agradável que serve para divertir e o humor que nem sempre faz com que as pessoas se divirtam.

O humor é a expressão mais alegre e agradável que podemos ver, sentir. Nós temos muitos humoristas bacanas em nossas rádios, televisões, teatro, etc. Podemos citar muitos, mas o mais engraçado é o Dr. Pimpolio da rádio, é engraçado, divertido.”

O que mais interessa nesse discurso é o enunciado em que são mobilizados sentidos que dificilmente são interpretados pelo SC. Selecione-se (como feito em 2.4) esse enunciado: “Há muitas formas de humor: o humor agradável que serve para divertir e o humor que nem sempre faz com que as pessoas se divirtam.”

Nesse segmento, o sujeito interpreta primeiramente o humor como potencialmente bom ou mau, apesar de explicitar também a possibilidade do fenômeno ocorrer de várias formas, cada qual aparentemente com sua especificidade: “Há muitas formas de humor...”.

Os efeitos de sentidos que não são encontráveis no SC explicitam-se na comparação entre as formas de humor: “o humor agradável que serve para divertir e o humor que nem sempre faz com que as pessoas se divirtam”.

Dessa comparação pode-se extrair especificamente a discursividade polissêmica, resultado de um uso não homogeneizante (ainda que restrito) e de certa forma não oficial: “o humor que nem sempre faz com que as pessoas se divirtam”.

Interessante notar que há algumas regularidades desta SD em relação à anteriormente analisada, a SD10. Aqui, em alguns segmentos, o sujeito também parece não ser tão categórico, ou seja, ele parece sair do lugar da verdade através de formas do tipo ‘nem sempre’.

Importante observar é que esse sentido mobilizado para humor parece não fazer com que ele perca a sua classificação, ou seja, continua sendo humor. Por outro lado, não parece haver aqui as especificidades ‘bom’ ou ‘mau’, mas um humor que, mesmo mantendo várias de suas características, não faz rir e não diverte as pessoas. Há vários comentários de Propp (1992), Bergson (1993) e Minois (2003) acerca desse efeito do humor sobre as pessoas<sup>50</sup>.

Nesse sentido, é possível dizer que não se manifesta propriamente na SD10 o discurso maniqueísta do ‘ou é isso, ou é aquilo’ – se não é ‘bom’, é ‘mau’. Parece haver algo mais em relação ao que se vê em SD10, ou seja, um paralelo entre bom/mau versus agradável/não- agradável: “...o humor agradável que serve para divertir e o humor que nem sempre faz com que as pessoas se divirtam.”<sup>51</sup>.

Contudo, o sujeito parece não ter explicitado detalhes sobre o que seria esse humor, que se não é bom (como dita o SC) e não é mau (como significa em alguns poucos discursos), pode tomar formas como humor negro, sarcástico, ácido, derrisório, etc. Parte desses sentidos podem ser conferidos no **segmento 5** do *quadro 1* a partir de enunciados como “expressão irônica e engenhosamente elaborada da realidade” ou “humor negro”.

<sup>50</sup> Algo sobre a posição desses teóricos em relação a esse assunto já foi exposto nos capítulos 2 e 3.

<sup>51</sup> Vale lembrar aqui a reflexão de Pêcheux (1995) sobre a posição de evidência.



Esses, no entanto, juntamente com os que puderam ser detectados no discurso, compõem alguns ecos de efeitos que se deslocam dos sentidos cristalizados e que podem ser encontrados no universo discursivo brasileiro, mesmo com a hegemonia do discurso dominante.

Além do enunciado “Há muitas formas de humor: o humor agradável que serve para divertir e o humor que nem sempre faz com que as pessoas se divirtam.”, considerado o segmento mais importante na presente análise, de onde foi possível detectar a discursividade polissêmica “o humor que nem sempre faz com que as pessoas se divirtam”, há certamente outras discursividades.

Nessas discursividades, que compõem a maior parte da SD11, predominam sobremaneira sentidos interpretados pelo SC e presentes nos discursos institucionalizados, como foi dito.

Adequado, portanto, é averiguar agora como funcionam os mitos nesse recorte do discurso.

Sobre ser facilmente entendido e apreciado (mito 1), já se sabe por outras análises que o requisito básico para ser apreciado é ser entendido. Isso não significa, por outro lado, que entender garante a apreciabilidade.

Assim, não é adequado dizer que o sujeito considerou como inteligível ou não esse humor tal como significou em seu discurso. O que se pode dizer é que a ele parece por algumas vezes (não se sabe quantas) não-apreciável: “(...) nem sempre faz com que as pessoas se divirtam.”.

Sobre estar no texto sempre com a função principal de promover o riso (mito 2) não há muito mais o que dizer, salvo para caso em que o sujeito, tendo a ilusão de ter interpretado o exato sentido, considerou inteligível, apreciável e identificou como função principal não a de promover o riso, mas a de promover a derrisão<sup>52</sup>, tão somente.

De outro modo, tal como construído pelo sujeito, pode ser inteligível ou não, e em decorrência disso, pode ser apreciável ou não. Daí ter como função principal (ou não principal) a promoção do riso ou não.

Digno de nota é que, pela primeira vez essas observações puderam ser feitas em uma análise. Isso talvez ocorra pelo fato de que pela primeira vez o humor apareceu não relacionado diretamente à alegria, riso e diversão e, principalmente, com especificidades que promoveram ruptura, enfim, deslocamentos ainda da dicotomia ‘bom’ e ‘mau’.

---

<sup>52</sup> O conceito de derrisão aqui é entendido como explicitado por Bonafous, 1987.

O que de mais interessante pode ser detectado nesse discurso como um todo é que, o sujeito discursivizou quase que integralmente a partir do SC, fez ecoar alguns poucos efeitos polissêmicos, e retornou ao SC de modo categórico. Parece que sequer teve consciência de que se contradisse em seus próprios dizeres.

Os mitos aqui, no recorte discursivo estabelecido, seriam improváveis.

Talvez seja possível agora montar um quadro esquemático como aqueles apresentados no capítulo 2 para que se possa visualizar as formações discursivas a partir das quais são interpretados sentidos outros que não o do SC e que trazem, portanto, ecos de outras discursividades mais polissêmicas e distanciadas do discurso dominante, do literal, do “cristalizado”.

Eis o *quadro 3*:

| <i>quadro 3</i>      | segmentos selecionados  |   |  |
|----------------------|---|---|--|
|                      | humor como sentimento<br>(estar, ser, ficar, etc.)                                    | humor como ação/ato<br>(fazer, praticar, promover, etc.)  | Ecos/deslocamentos<br>discursivos  |
| <b>discurso (02)</b> | “Humor pra mim é um estado de espírito; é estar alegre, feliz (...)”                  | “(…) contar piadas, fatos engraçados, é fazer a pessoa que está ao seu lado rir (...)”                      |  |
| <b>discurso (01)</b> | “O humor é um dos sentimentos (...)”  | “(…) atos verbais ou não verbais criados para servirem de entretenimento para todos os seres humanos (...)” |  |
| <b>discurso (08)</b> | “(…) num dia estamos dum jeito no outro estamos de outro, nunca estamos igual. (...)” |   | “Humor é uma coisa complexa, num dia estamos dum jeito no outro estamos de outro, nunca estamos igual. (...)”                                |
| <b>discurso (10)</b> |   | “(…) O humor é um dos sentimentos que preenchem o ser humano.”  | “(…) Esse humor pode se caracterizar em bom ou mau (...)”  |
| <b>discurso (11)</b> |   | “O humor é uma forma de dissipar todas as coisas negativas que há em nossas vidas (...)”                    | “(…) Há muitas formas de humor: o humor agradável que serve para divertir e o humor que nem sempre faz com que as pessoas se divirtam (...)” |
|                      | FORMAÇÃO DISCURSIVA DO SENSO COMUM - SC   |   | OUTRA FD   |

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

...os gregos antigos não sabiam de si mesmo o mais importante: não sabiam que eram antigos e nunca se denominaram assim (BAKHTIN, apud MACHADO, 2005, p.160)

Desde a formulação das questões que deram origem a essa pesquisa, o que se procurou fazer foi analisar as práticas discursivas *sobre* o humor para que se pudesse compreender melhor o funcionamento dessa palavra no interior de algumas das muitas discursividades em que ocorre.

Dentre essas muitas discursividades, contribuíram para compor o *corpus* de análise alguns **discursos em circulação** – formados em por respostas dissertativas à pergunta ‘o que é humor?’ e pela memória discursiva do analista – e alguns segmentos discursivos compostos por **discursos legitimados** dos instrumentos lingüísticos conhecidos como dicionários, tal como foi explicitado no item 1.

Os sentidos adquiridos pelas palavras dependem da posição que ocupam aqueles que a empregam ou, mais especificamente falando, dependem das formações discursivas a partir das quais os sujeitos que as empregam produzem seus discursos. Dessa forma, os sujeitos que discursam sobre o humor, além de falarem a partir de uma determinada posição (social e histórica), produzem suas discursividades sobre esse tema a partir de determinadas formações discursivas e isso tudo efetivamente pôde ser observado em análise.

Ao analisar alguns dos discursos sobre o humor constituintes do *corpus* verificou-se que os **discursos em circulação** os **discursos legitimados** tinham certa tendência a compor o discurso do senso comum. Não foi fortuita ou aleatória, portanto, a escolha e utilização de um *corpus* que, em princípio, pareceria heterogêneo demais a um outro analista tendo em vista o trabalho aqui proposto. De um modo geral esse *corpus* mostrou-se relativamente adequado e não menos interessante. O discurso do senso comum, dessa forma, manteve-se significativamente presente nos recortes analisados e constituintes do *corpus*, como se acreditava.

Porém, no interior daquilo que parecia uma massa homogênea - e que produz uma ilusão imperceptível às pessoas que não se investem de um olhar mais crítico – cintilavam ecos de outros discursos, de outras formações discursivas, diversas daquelas encontráveis no discurso do senso comum.

O fato é que os sujeitos, inconscientemente, além de serem incapazes de controlar todos os efeitos de seu discurso, são também incapazes de perceber que, daquilo que a ele parece um bloco discursivo inteiriço, sólido e infracionável, eventualmente escapam partículas de discursos outros que se projetam tangencialmente em direções diversas e que, inevitavelmente dão margens para outras interpretações.

Especificamente sobre o que se diz a respeito do humor, pôde-se verificar que os diferentes modos de significar o humor nessa conjuntura eventualmente davam a ele sentidos bem diversos do cristalizado discurso institucional ou do ‘engessado’ discurso do senso comum.

E foi averiguando essas discursividades que irradiavam ‘átomos’ discursivos para outras direções que foi possível colocar em questão algumas concepções cristalizadas sobre o humor, afinal, se ele é um fenômeno tal como é descrito nessa conjuntura, porque esses outros ecos, que apontam para deslocamentos em direção a outras discursividades - e que são invisíveis aos observadores menos críticos - se fazem presentes e significam?

A pergunta, instigante, não calava e a pesquisa seguiu adiante: essas partículas ‘errantes’ precisavam ser examinadas.

Contudo, não seria possível fazer com que todos os ecos, detectáveis nessa ordem do discurso fossem verificados. Uma delimitação teve de ser feita para que apenas alguns desses ecos ou direções interpretativas fossem estudados. Daí surgiu o recorte de duas concepções – que nesse trabalho foram chamados de mitos - sobre o humor que permearam praticamente todo o trabalho: de que é apreciado e facilmente entendido (1) e de que está presente no texto sempre com a função principal de promover o riso.

O analista, então, a essa altura, teve de lançar mão de outras teorias que pudessem dar conta dos vários conceitos que estavam inevitavelmente envolvidos nessa intrincada problemática, estabelecida a partir de questionamentos e dúvidas do próprio analista, com as quais pôde erigir o dispositivo analítico explicitado no item 1. O humor, o riso, o senso comum, as formações discursivas, os mitos, todos esses conceitos tiveram de ser minimamente esmiuçados dentro da perspectiva da teoria de base que é a AD para que a pesquisa pudesse prosseguir.

A maior contribuição desse trabalho para o meio acadêmico, contudo, provavelmente diga respeito ao modo como o conceito de formação discursiva é retomado. Esse conceito, bastante presente em muitas discussões aqui expostas e, de certa forma, abandonado em algumas análises

no meio acadêmico, ora talvez pela dificuldade em observar sua extensão, ora pela complexidade envolvida naquilo que o constitui, está colocado aqui em estreita relação com os conceitos de senso comum e mito.

Tal relação só foi possível tendo em vista que os mitos e o senso comum, analiticamente, são discursos com suas respectivas formações discursivas. O conceito de formação discursiva do senso comum (SC) então, por essa perspectiva, pôde ser pensado mas, na relação com um outro tipo de formação discursiva bastante diversa, como aquelas encontradas nos discursos acadêmicos.

Contudo, nem todas as dúvidas puderam ser diluídas; algumas outras surgiram à medida que o trabalho ganhava forma e, ao que parece, isso talvez seja natural em qualquer pesquisa minimamente calcada na seriedade pois não há um começo ou um fim absoluto para um texto, seja ele qual for. Sempre haverá de dizer alguma coisa e sempre haverá ecos de que tal coisa já foi dita de alguma forma em algum lugar.

O presente analista jamais poderia prezar pela onipotência do método (ORLANDI, 2002) e deixar-se seduzir pela ilusão do trabalho acabado, encerrado em um paralelepípedo formado pela pilha de folhas que é o livro ou a dissertação, como diz Foucault (2000). O trabalho, na verdade, continua. Algumas das dúvidas que persistem sobre o funcionamento da palavra humor ou sobre o conceito de formação discursiva provavelmente serão diluídas, outras sofrerão deslocamentos e apontarão para outros sentidos - e talvez esse seja o desejo de todos os pesquisadores e, em especial, de todos os analistas de discurso.

## 7 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural. O iluminismo como mistificação de massas. In: ADORNO et al. **Teoria da cultura de massa**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ALMEIDA, Napolão Mendes de. **Gramática latina**: curso único e completo. São Paulo: Saraiva, 1994.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Portugal: Presença, 1979 (1970).

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Fontes, 2000.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BAKHTIN, M. **Cultura popular na idade média e no renascimento**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral**. Campinas: Pontes.

BERGSON, Henry. **O riso**. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. dos textos originais, com notas, dirigida pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma. São Paulo: Edições Paulinas, 1967.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos lingüísticos**. 11. Ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

CAMPBELL, Joseph. **As transformações do mito através do tempo**. São Paulo: Cultrix, 1990.

CÉSAR, Constança Marcondes. Implicações contemporâneas do mito. In: MORAIS, Regis de. **As razões do mito**. Campinas: Papyrus, 1988.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DICIONÁRIO ESCOLAR LATINO-PORTUGUÊS. 3. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1962.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DICIONÁRIO LATINO-PORTUGUÊS. São Paulo: Anchieta, 1944.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise de discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. ed. 7. São Paulo: Loyola, 1996.
- GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Ed. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- GIL, Célia Maria Carcagnolo. **A linguagem da surpresa: uma proposta para o uso da piada**. 1991. 184 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Filologia Românica, Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 1991.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GRAN DICCIONÁRIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. 3. ed. Madrid: SGEL, 1989.
- HAROUCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.
- HONÓRIO, Maria Aparecida. Novas leituras sobre o Brasil: a construção de um saber lexical no processo de escolarização indígena In NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (orgs.). **História do saber lexical e a construção de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002.
- HUTCHEON, Linda. **Teoria política da ironia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia: ensinamento das formas de arte do século XX**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- KRAFT, Ulrich. **Riso, um instinto**. Viver Mente E Cérebro. Scientific American. Ano XIII. n. 141, outubro de 2004.
- KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969. (Martins Fontes)
- KUNDERA, Milan. Discurso de Jerusalém: O Romance e a Europa In KUNDERA, Milan. **A arte do romance: ensaios**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- KUPERMANN, Daniel. **Do humor e do grotesco na psicanálise**. VI Fórum Brasileiro de Psicanálise: Unisinos em São Leopoldo-RS, de 05 a 08 de 2001.
- KUPERMANN, Daniel. **A piada como terapia**. Revista Época, n. 399, p. 16-18, 09 de janeiro de 2006.
- LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.
- LEROY, Maurice. **As grandes correntes da lingüística moderna**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. S. Paulo: Cultrix, 1976.

- LYONS, J. **Língua(gem) e lingüística**. [Trad. de Marilda Averborg Winckler et alii]. Rio de Janeiro: Pontes, 1987.
- MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.
- MINOIS, Geoges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Unesp, 2003.
- MOURA, Tarcisio. O mito, a matriz da arte e da religião. In: MORAIS, Regis de. **As razões do mito**. Campinas: Papyrus, 1988.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: utopia e massificação**. São Paulo: Contexto, 2004.
- NASCIMENTO, Edna Maria F. S.; GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (orgs.). **Problemas atuais da análise do discurso**. 1994.
- NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. IN NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (orgs.). **História do saber lexical e a construção de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. 1999.
- ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso & Leitura**. ed. 6. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001b (Coleção passando a limpo).
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001a.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Ed. 2. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.



- PINTO, Ziraldo A. **Ninguém entende de humor**. Revista de cultura Vozes, ano 64, v. LXIV, n. 3, abril de 1970.
- POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Fontes, 2001a.
- POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua**. Análises lingüísticas de piadas. Campinas, Mercado de Letras, 2001b.
- PROPP, Vladímir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.
- RATEY, John, J. **O cérebro: um guia para o usuário**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- SÁ, Jorge de. **A crônica**. Ed. 6. São Paulo: Ática, 1999.
- SÁ, RODIX, GUARABIRA. Mestre Jonas. In: SÁ, RODIX, GUARABIRA. **Outra vez na estrada**. São Paulo: Som Livre, 2001. 1 CD.
- SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANT'ANNA, Afonso Romano de. **Paródia, paráfrase & CIA**. Ed. 7. São Paulo: Ática, 2000.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- SMITH, Frank. **Leitura significativa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- STAM, Robert. **Bakhtin, da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo, SP: Ática, 1992.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando. **Outras do analista de Bagé**. Porto Alegre: L&PM, 1982a.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando. **O analista de Bagé**. Porto Alegre: L&PM, 1982b.
- VERMES, G. & BOUTET, J. (orgs.). **Multilingüismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

## 8 ANEXOS

### ANEXO A – SEQÜÊNCIA DISCURSIVA (discurso institucionalizado)

Humor, oris, s. m. I – Sent. próprio: 1) umidade, líquido (de toda espécie: água, vinho, lágrimas, sangue) (...). II – Daí: 2) humores do corpo humano (...). 3) umidade. (DICIONÁRIO ESCOLAR LATINO-PORTUGUÊS, 1962).

Humor, oris, s.m. umidade, lentura. (...) vapor, humor. **Baechi humor:** (...) vinho. **Humor linguae:** (...) saliva. **Humor corporis saecatus:** (...) **Humor proefandus:** (...) urina. (DICIONÁRIO LATINO-PORTUGUÊS, 1944).

Humor. [Do latim *humore*, ‘líquido’.] 1. Fisiol. Substância orgânica líquida ou semilíquida. 2. Anat. Designação comum a certas matérias líquidas existentes no organismo 3. Umidade (...) 4. Disposição de espírito (...). 5. Veia cômica, graça, espírito (...) 6. Capacidade de perceber, apreciar ou expressar o que é cômico ou divertido. **Humor aquoso.** Anat. (...). **Humor negro** (...). **Humor vítreo.** Anat. (...). (AURÉLIO, 1998).

Humor (...) 1. hist med líquido secretado pelo corpo e que era tido como determinante das condições físicas e mentais do indivíduo [Na antiguidade clássica contavam-se quatro humores: sangue, bile amarela, fleuma ou pituíta e bile negra ou atrábiles] 2. p.ext. anat designação comum a substâncias líquidas existentes no corpo. 3. Med estado afetivo durável que depende da constituição psicofisiológica do organismo como um todo constituindo o pano de fundo sobre o qual diferentes conteúdos psíquicos tornam uma tonalidade afetiva, p. ex., de irritabilidade, impassibilidade, tristeza, etc, que ultrapassa sua ação imediata 4. 1665 p. ext. estado de espírito ou de ânimo; disposição, temperamento (...) 5. P. ext. comicidade em geral; graça, jocosidade 6. Expressão irônica e engenhosamente elaborada da realidade; espírito (...) 7. P. met faculdade de perceber ou expressar tal comicidade (...) **h. aquoso** anat líquido transparente que ocupa o espaço entre o cristalino e a córnea do olho **h. negro** humor (...) que se expressa a propósito de uma situação ou de uma manifestação grave, desesperada ou macabra **h. vítreo anat** (...) corpo vítreo (...). (HOUAISS, 2001).

## ANEXO B - SEQÜÊNCIA DISCURSIVA (respostas dissertativas – discursos em circulação)

**1-** O humor é um dos sentimentos atos verbais ou não verbais criados para servirem de entretenimento para todos os seres humanos, uma pessoa com bom humor está sempre de bem com a vida há também pessoas que se dedicam em fazerem humor para alegrar a vida de outras pessoas

**2-** Humor pra mim é um estado de espírito; é estar alegre, feliz, contar piadas, fatos engraçados, é fazer a pessoa que está ao seu lado rir e sentir-se feliz depois de falar com você.

**3-** O humor é quando estamos felizes, não são todos os dias, mas existem pessoas que nunca estão tristes, todos os dias estão bem humorados, conheço pessoas assim, um vizinho que todos os dias conta piada. Existem filmes muito engraçados, desenhos, seriados, novelas.

**4-** É quando você se sente bem, feliz. Quando acontece alguma coisa boa, um parente que conta piadas, uma pessoa bem humorada, que você se anima só de vê-la.

**5-** O humor é o que todas as pessoas deveriam ter consigo, é o ato sincero de mostrar que tudo em sua vida vai bem, o humor torna a vida de cada pessoa mais leve, traz riso quando se tem vontade de chorar.

**6-** O humor é uma descontração, onde expressamos as nossas alegrias, pois o sorriso, a gargalhada faz sentir-mos bem.

**7-** O humor é uma característica que nem todas as pessoas possuem, é ser um pessoa engraçada, extrovertida. O humor serve também para que possamos encarar o dia a dia muitas vezes exaustivo, de uma maneira melhor para todos.

**8-** Humor é uma coisa complexa, num dia estamos dum jeito no outro estamos de outro, nunca estamos igual.

A minha filha é exemplo disso.

Esta na fase da aborrecência

Ao mesmo tempo que está rindo, já fica de mau humor

Quando falo com ela até penso o que dizer porque sinão já fica de bico

**9-** Humor é um sentimento de alegria, liberdade; uma sensação boa que sentimos quando estamos de bem com a vida e com nós mesmos.

Profissionalmente o humor não quer dizer que o indivíduo está bem ou feliz; pelo contrário; mesmo com problemas o “humorista” tem o dever de passar a alegria aos outros; é também humorado no dia-a-dia.

Esta sensação: “humor”, todos nós possuímos mesmo sendo ele positivamente ou negativamente.

**10-** Acredito que o humor seja o expressar do estado de espírito de um ser humano. Esse humor pode se caracterizar em bom ou mau. Algumas pessoas expressam seu humor através da fala, outras dos gestos e outras através da escrita. O humor é um dos sentimentos que preenchem o ser humano.

**11-** O humor é uma forma de dissipar todas as coisas negativas que há em nossas vidas. Há muitas formas de humor: o humor agradável que serve para divertir e o humor que nem sempre faz com que as pessoas se divirtam.

O humor é a expressão mais alegre e agradável que podemos ver, sentir. Nós temos muitos humoristas bacanas em nossas rádios, televisões, teatro, etc. Podemos citar muitos, mas o mais engraçado é o Dr. Pimpolio da rádio, é engraçado, divertido.

**12-** Hahahaha... até parece uma piada essa pergunta!

Rimos de quase tudo e sempre estamos prontos para mostrar os dentes... mas quando se pergunta o que é nos deparamos com um suposto enigma.

Sinceramente, o humor faz parte de cada um, e está dentro de nós, muitas vezes até sem agente perceber. Ele nos faz chorar de tanto rir. É algo sem forma, sem cor, sem cheiro, mas tem uma característica; trazer e fazer as milhares de bocas sorrirem.

O humor não tem raça, sexo, e nem escolha religião, ele simplesmente existe: mas não vive por si só, tem que existir alguém para o humor existir.

Quando ouvimos uma piada, quando achamos uma pessoa engraçada, quando temos que parar de rir não conseguimos, não nos damos conta de que o humor ali está.

Hahahahaha... Humor! Humor é nada mais nada menos que ser feliz sem perceber! Viver sem saber que se vive! Sorrir sem saber que tem humor!

**13-** O humor é uma postura descomprometida com a seriedade diante uma situação, é agir com descontração e hilariedade. O humor é uma visão otimista da vida. É um estado de espírito.

**14-** É algo contagioso e que transmite coisas boas, quando se está de bom humor. Em uma roda de amigos se há alguém que gosta de contar coisas engraçadas e que está sempre alegre; vai contagiando os outros também.

**15-** Modo ou maneira para provocar o riso dos indivíduos. Os reis possuíam os súditos para lhe contarem histórias, piadas com o intuito de divertimento e conseqüentemente risos, muitos risos. Atualmente o humor tem sido usado para desmascarar a sociedade. Tanto política como social, para debochar de atos escandalizadores vistos e esquecidos pelos cidadãos.

Nada escapa dos humoristas, caricaturistas, atuam nos detalhes, no interior do ser humano e da sociedade.

Programas vem liderando audiências, porque trabalhavam o humor e outros estão em completa decadência porque não provocam o riso.

**16-** Humor é uma maneira divertida, descontraída e sobretudo inteligente de encarar o mundo, as pessoas, as situações cotidianas e etc.

Em alguns programas de TV, internet encontramos situações humorísticas e até mesmo em pessoas comuns que tem o dom de contar piadas, anedotas, etc.

O humor é algo muito característico do povo brasileiro que, sempre que pode, faz uma “brincadeirinha”, um “gracejo”.

**17-** Humor é uma forma lúdica, divertida, de expressão dos sentimentos humanos perante uma determinada situação. O humor pode ser apenas para divertir crianças e adultos como no circo que tem todo um aparato divertido, alegre, encantador que faz o público se divertirem darem boas gargalhadas. Há programas específicos de humor na TV, no rádio, INTERNET, enfim, o humor está sempre presente nas nossas vidas.

Encontramos também o humor sarcástico que serve para ironizar uma situação que podem ser várias como: política, social, religiosa, racial, etc.

O humor é fundamental, com ele as pessoas podem expressar-se de maneira indireta, o que ela poderia dizer ou escrever a pessoa que pretendia acertam.

**18-** Humor é o estado em que nós deixamos de ver a vida com tanta seriedade e começamos a levar de modo agradável cada momento dela, mesmo que para isso você trabalhe mais o seu jeito de ser. O humor serve para mostrar o lado bom e divertido da vida sabendo desde o começo que não se nasce com humor desenvolvido mas sim o desenvolvemos

**19-** É uma forma de se expressar de maneira divertida. Nem sempre o humor poderá ser de forma divertida.

É também um estado de espírito, você pode estar de bom ou de mau humor.

**20-** Humor é o modo que muitas pessoas têm. Existe aquelas pessoas que são de bem com a vida 24h, nunca as vemos de mau humor, elas estão com o sorriso estampado no rosto diariamente, sempre dizendo algo para que as outras pessoas se sintam bem.

Essas pessoas cheias de humor são abençoadas, pois mesmo com grandes problemas elas conseguem sorrir

Eu tenho sorte, por viver rodeadas de pessoas assim, pois elas estão sempre levantando o meu humor.

Temos também humoristas nas TVs, mas não sei se esses humoristas tem humor constantemente ou apenas quando estão trabalhando.

Mas das pessoas que convivo eu sei que são constantes. Por exemplo a Lú eu nunca a vi triste, com nada, nem mesmo quando está com problemas.

No meu serviço tenho uma amiga que vive sorrindo, cantando e contando piadas o tempo todo. Certo dia perguntei a ela se nunca tinha problemas, e ela me respondeu que problemas todos tem, mais que eles só podem ser resolvidos com o tempo e o melhor a fazer até lá é sorrir, pois ela me disse se caso ficasse emburrada, chorando ou descontando nas pessoas iriam resolver, então ela procura ser sempre feliz com tudo e todos e os problemas se resolvem do mesmo modo.

**21-** Humor é uma cultura, diversificada, dinamica, engraçada que as pessoas encontram para se divertir, se distrair. Para se encontrar consigo mesma. O humor também é uma cultura popular que nos seres humanos necessitamos muito dela.

O humor é alguém que sempre está presente em nossos dia-a-dia, em todos os lugares, em todas as fases da nossa vida: criança, jovem, adulto, e o idoso.

O humor também é transmitido de várias formas; em rodas de amigos com piadas, etc. E também o humor pode ser transmitido em revistas, gibis, jornais, etc. Como também na T.V. e no rádio, com progras, que muitas vezes são bastante aproveitoso coerente, já muitas vezes não são assim, são totalmente ao contrário, não tem nada de enriquecedor.

**22-** Distração com piadas para todos que ouvem. Histórias engraçadas para rir.

**23-** É um estado na qual nos encontramos; estado este de alegria, empolgação, etc.

**24-** É algo que surge dentro da gente, quando vemos algo que é engraçado, algo que impulsiona a nos dar prazer.

**25-** É algo que faz parte de nossas vidas

**26-** Humor é tudo aquilo que é fora do comum. É aquilo que nos mostra o irreal na realidade.

## ANEXO C - LETRA DA MÚSICA MESTRE JONAS (SÁ E GUARABIRA)

Dentro da baleia mora mestre Jonas  
Desde que completou a maioridade  
A baleia é sua casa, sua cidade  
Dentro dela guarda suas gravatas  
Seus ternos de linho  
E ele diz que se chama Jonas  
E ele diz que é um santo homem  
E ele diz que mora dentro da baleia  
Por vontade própria  
E ele diz que está comprometido  
E ele diz que assinou o papel  
Que vai mantê-lo preso na baleia  
Até o fim da vida, até o fim da vida  
Dentro da baleia a vida é tão mais fácil  
Nada incomoda o silêncio e a paz de Jonas  
Quando o tempo é mau a tempestade fica de fora  
A baleia é mais segura que um grande navio  
E ele diz que se chama Jonas  
E ele diz que é um santo homem  
E ele diz que mora dentro da baleia  
Por vontade própria  
E ele diz que está comprometido  
E ele diz que assinou o papel  
Que vai mantê-lo preso na baleia  
Até o fim da vida, até o fim da vida,  
Até subir pro céu